

Empresa de Trens Urbanos de
Porto Alegre S. A. - TRENSURB

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Porto Alegre/2014



MINISTÉRIO DAS CIDADES
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE S.A – TRENSURB

Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e Norma de execução nº 01/2013 aprovada pela Portaria CGU nº 133/2013.

Unidade Responsável:

GEPLA – Gerência de Planejamento Corporativo

Porto Alegre, 2014

SUMÁRIO

PARTE A - CONTEÚDO GERAL.....	11
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	12
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	12
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	13
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	20
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	21
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	21
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	22
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE	22
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	32
2.2.1 Programa Temático	32
2.2.2 Objetivo.....	32
2.2.3 Ações.....	32
2.2.3.1 Ações – OFSS	32
Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS.....	32
2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS.....	45
2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar não Processados - OFSS.....	46
2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI.....	49
2.2.3.5 Análise Situacional.....	52
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	53
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	53
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	53
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	56
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	72
3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal	72
3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	73
3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos.....	75
3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	77
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	78
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	78
3.6 INDICADORES.....	78
4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	78
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS	78
4.1.1 Programação.....	78
4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	78
4.1.1.1 Análise Crítica.....	80
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	80

4.1.3 REALIZAÇÃO DA DESPESA	82
4.1.3.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL	82
4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Executados Diretamente pela UJ	83
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total	84
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ	86
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação	86
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação	86
4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa	87
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	88
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	88
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três últimos Exercícios	89
4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	89
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	90
4.4.5 Análise Crítica	91
4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ	92
5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	92
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	92
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	92
5.1.1.1 Lotação	92
5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	93
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho	94
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções	94
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segunda a Idade	95
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segunda a Escolaridade	95
5.1.3 Demonstração de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	96
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	98
5.1.4.1 Qualificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	98
5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada	98
5.1.5 Cadastramento no SISAC	98
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	98
5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU	99
5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	99
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico	100
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	100
5.1.7 Providências Adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	100
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	101
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	105
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	105
5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	105
5.2.3 -Informações sobre a contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	106

5.2.4 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	107
5.2.5 - Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	107
5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários	107
6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	107
6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	107
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	112
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	112
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	112
6.2.3 Discriminação dos Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ	114
6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	114
7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	115
7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	115
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	118
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	118
8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	120
8.3 MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE CONSUMO PRÓPRIO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	120
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	121
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	121
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	121
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI.....	122
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	122
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	126
9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	127
9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	137
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	137
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	137
9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	137
10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	138
10.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	138
10.2 MECANISMOS PARA MEDIR SATISFAÇÃO DOS CIDADÕES-USUÁRIOS	140
10.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS	140
11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	140
11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	140
11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (LEI 4.320/64) - N.A.....	142
11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS	163
11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida	163
11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora.....	164
11.6 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE	165
12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	167
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	167

PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO.....	168
33 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	169
48 MEDIDAS ADOTADAS INTERNAMENTE PARA DOTAR A GERÊNCIA DE JURÍDICA DE INSTRUMENTOS EFICAZES PARA O CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS DE QUE A EMPRESA SEJA PARTE INTERESSADA	175

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB – Relatório de Gestão Individual.....	12
Quadro A.2.2.1 - Programa Temático - N.A.	32
Quadro A.2.2.2 – Objetivo – N.A.....	32
Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS	32
Quadro A.2.2.3.2 - Ações/Subtítulos - OFSS - N.A.....	45
Quadro A.2.2.3.3 Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS	46
Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento.....	49
Quadro A.3.2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade	56
Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	74
Quadro A.3.3.3 - Síntese da Remuneração dos Administradores	75
Quadro A.3.3.3.1 - Síntese da Remuneração dos Administradores	76
Quadro A.3.3.3.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores	77
Quadro A.3.3.4 - Detalhamento de itens da Remuneração Variável dos Administradores -N.A. 77	77
Quadro A.4.1.1 - Programação de Despesas	79
Quadro A.4.1.2.1 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa – N.A.	81
Quadro A.4.1.2.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	81
Quadro A.4.1.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total.....	82
Quadro A.4.1.3.2 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ – N.A.	83
Quadro A.4.1.3.3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total .84	84
Quadro A.4.1.3.4 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ – N.A.	86
Quadro A.4.1.3.5 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação – N.A.	86
Quadro A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação – N.A.	86
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência Posição em 31.12.2013	88
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios ..89	89
Quadro A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termos de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	89
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	90
Quadro A.5.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	92
Quadro A.5.1.1.2 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	93
Quadro A.5.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)	94
Quadro A.5.1.2.2 Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12.	95
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12	95
Quadro A.5.1.3 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	96
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de Dezembro - N.A.	98
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 - N.A.....	98
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	98
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	99
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC	99

Quadro A.5.1.5.4 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art.14 da IN TCU 55/2007) - N.A.	100
Quadro A.5.2.1- Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada - N.O.	105
Quadro A.5.2.2 – Autorizações Para realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados - N.O.	105
Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	106
Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra – N.O.	107
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários	107
Quadro A.6.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	112
Quadro A.6.2.2 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	113
Quadro A.6.2.3 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ - N.O.	114
Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - N.O.	114
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....	115
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	118
Quadro A.8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	120
Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício - N.O.	121
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	121
Quadro A.9.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	121
Quadro A.9.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	122
Quadro A.9.2.2 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - N.O.	126
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR	137
Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013 - N.O.	137
Quadro A.11.5.1 - Composição Acionária do Capital Social.....	163
Quadro A.11.5.2 - Investimentos Permanentes em Outras Sociedades	164

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Unidades Organizacionais (UO's)	15
Tabela II - Estruturas de Gestão	54
Tabela III - Quadro resumo - Indicadores Econômicos	71
Tabela IV - Padrão Organização Internacional do Trabalho – OIT	101
Tabela V - Histórico Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes de Trabalho	101
Tabela VI - Quantitativos Acidentes de Trabalho	102
Tabela VII - Índice de absenteísmo	103
Tabela VIII - Índice de Rotatividade anual	103
Tabela IX - Admissões e Desligamentos	103
Tabela X - Pesquisa de Clima Organizacional - Índice Geral	104
Tabela XI - Participação dos Investimentos em relação aos limites legais	169
Tabela XII - Retorno das aplicações.....	170

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Organograma	14
Figura II - Gráfico Mapa de Processos	20
Figura III - Posicionamento Estratégico	23
Figura IV - Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho.....	27
Figura V - Matriz da Análise Ambiental	59
Figura VI - Gráfico Evolução Taxa de Cobertura Operacional.....	61
Figura VII - Gráfico Evolução Custo por Passageiro Transportado	62
Figura VIII - Gráfico Receita Operacional de Transporte.....	63
Figura IX - Gráfico Evolução Passageiros Transportados	63
Figura X - Gráfico Índice de Eficiência Operacional (IEO)	64
Figura XI - Gráfico Evolução Pesquisa Satisfação Usuários	65
Figura XII - Gráfico Perfil Socioeconômico dos Usuários	66
Figura XIII - Gráfico Evolução MKBF.....	67
Figura XIV - Gráfico Evolução Receita Comercial	68
Figura XV - Gráfico Evolução Expansão Linha 1	68
Figura XVI - Gráfico Demanda Central de Atendimento	139
Figura XVII - Gráfico Demanda Serviço de Informação ao Cidadão	139
Figura XVIII - Gráfico Êxito Judicial do Corpo de Advogados Internos (anual).....	176
Figura XIX - Gráfico Êxito Judicial do Corpo de Advogados Internos (mensal).....	176
Figura XX - Gráfico Êxito Judicial do Contencioso Trabalhista (anual).....	177
Figura XXI - Êxito Judicial do Contencioso Trabalhista (mensal)	177
Figura XXII - Êxito Pagamento de Condenações Judiciais 2013	178
Figura XXIII - Êxito Pagamento de Condenações Judiciais 2012	178
Figura XXIV - Endividamento do Passivo Contingente	179

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

(DN 127/2013 - ANEXO II – TCU)

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades			Código SIORG: 42672
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A			
Denominação abreviada: TRENSURB			
Código SIORG: 00958		Código LOA: 56201	
Código SIAFI: 275060			
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista			
Principal Atividade: Transporte metroviário			Código CNAE: 4912-4-02
Telefones/Fax de contato:	Fax: (051) 3363.8000	(051) 3363.8040	(051) 3363.8447
Endereço eletrônico: marcia.zorn@trensurb.gov.br			
Página da Internet: http://www.trensurb.gov.br			
Endereço Postal: Av. Ernesto Neugebauer, 1985 Bairro Humaitá Porto Alegre – RS CEP: 90.250-140.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 3.115, Art. 5º, de 16 de março de 1957.		Última revisão Estatuto Social: 18/10/2013	
Decreto nº 84.640, de 17 de abril de 1980 e Estatuto Social.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
NPG-ORG-101 (Regimento Interno da TRENSURB)		Última revisão: 24/06/2013	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
A TRENSURB através do Regimento Interno fixou sob a forma de Sistemas os chamados Manuais de Processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as atividades de: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais. Para cada “sistema” há correspondente manual de procedimentos. Todas as Normas da empresa estão publicadas no Portal Notes - Intranet. As informações aos usuários estão disponíveis através de canais publicados em mídia impressa e por meio eletrônico, tais como: periódico “Notícia na Linha” (Jornal tipo mural, colocado em painéis nas estações e no interior dos trens, seu conteúdo aborda temas de interesse dos usuários: dicas e orientações operacionais, campanhas sociais, ações e realizações da empresa), Guia do Usuário (Guias informativos apresentando os principais serviços da TRENSURB: horários, tarifas, linhas de integração, intervalo entre trens, pontos de atração junto às estações), Central de Atendimento e Portal da Internet.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
275060	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
27208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
275060		27208	

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

COMPETÊNCIA

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades onde a União é a maior acionista com 99,8558% do capital, seguida do Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 0,1442% e o município de Porto Alegre 0,1116%. Atua no segmento de transporte urbano e metropolitano de passageiros. Foi constituída mediante autorização do artigo 5º da Lei n.º 3.115, de 16 de março de 1957 e Decreto n.º 84.640, de 17 de abril de 1980, com início da operação comercial em 1985, sendo regida por seu Estatuto Social, legislação aplicável às Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/1976, consolidada) e por Regimento Interno. Seu objeto social é:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviços de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, implantação e operação de quaisquer equipamentos e sistemas de integração com o sistema de transporte ferroviário;
- c) planejamento e implantação de prédios conexos ao seu sistema de transporte ferroviário, permitida a participação de terceiros e respectiva exploração econômica, direta e indiretamente; e
- d) explorar economicamente a marca, a patente, a denominação, a insígnia, bem como todos e quaisquer recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis ou imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros no âmbito do domínio da atividade, direta ou consorcialmente.

A TRENSURB por tratar-se de uma sociedade de economia mista, conforme exposto no parágrafo anterior, deve cumprir, portanto, as disposições da Lei n. 6.404/76 (Lei das S.A.), sendo assim, o fornecimento de suprimentos por compras e contratação de serviços é realizado por processo licitatório, embasado na Lei 8.666/93. Por ser de capital público, e depender de recursos da união é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, atende, também, as disposições contidas na Lei n. 4320/64 (Lei do Orçamento da União).

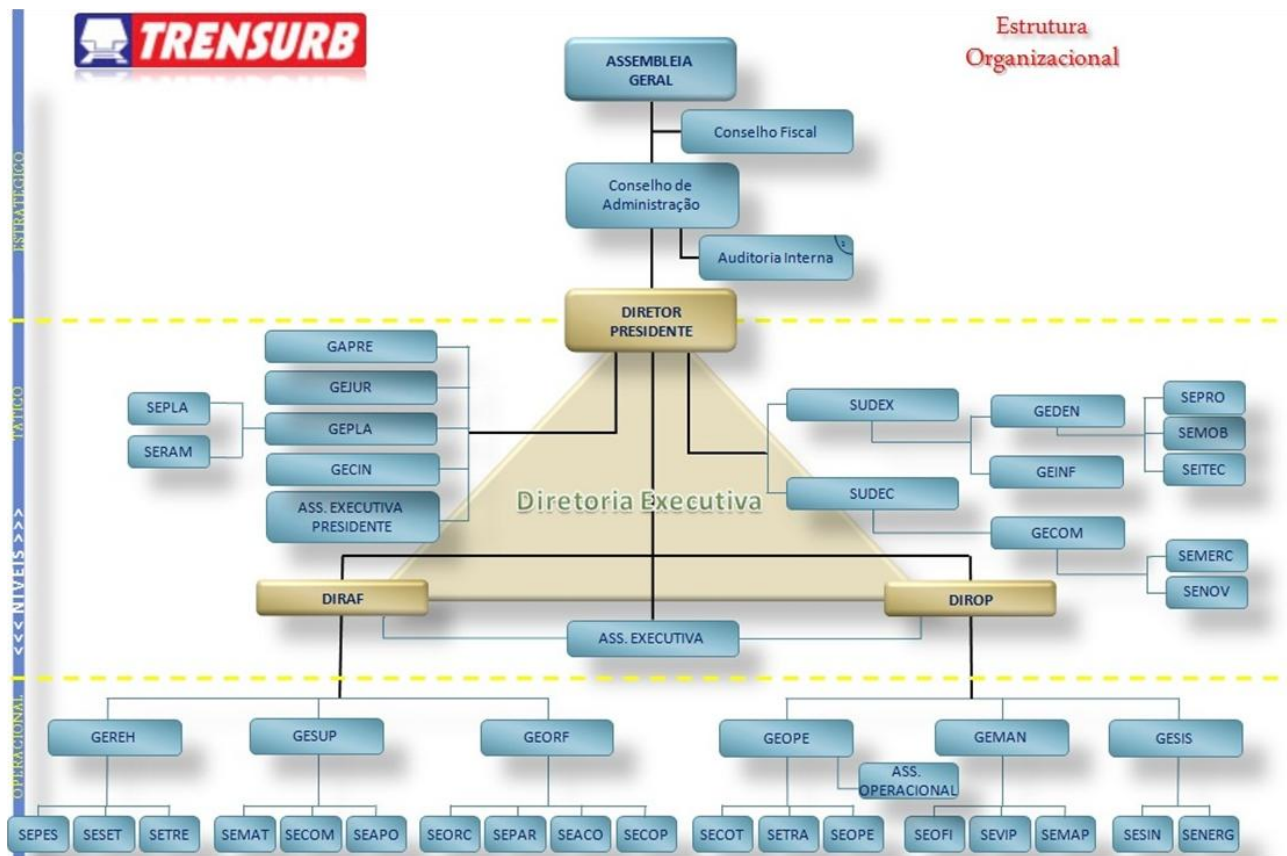
FINALIDADE

A sua finalidade precípua é transportar pessoas de forma rápida, limpa e com qualidade, conectando diferentes destinos. O primeiro trecho da Linha 1 foi inaugurado em 1985, com extensão de 27 quilômetros, com quinze estações, ligando Porto Alegre a Sapucaia do Sul. Em 1997, a TRENSURB chegou a São Leopoldo e em 2013, a Novo Hamburgo, alcançando 42,9 quilômetros de trilhos. Hoje, com 22 estações, integração física e tarifária com 613 linhas de ônibus e uma frota de 25 trens, sendo que os novos 15 trens chegam a partir de maio de 2014, atende aos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

A TRENSURB, ao longo da sua história, consolidou-se como uma empresa indutora do desenvolvimento social e econômico pela introdução de mudanças nos hábitos da população, alterando consideravelmente a realidade dos municípios. Isto porque sua implantação envolveu, não só a instalação do sistema metroviário, mas também a readequação da malha viária, o saneamento, a iluminação pública, a segurança de pedestres e outras obras complementares, sempre priorizando a qualidade do serviço prestado à sociedade, com valorização e respeito às pessoas.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura I - Organograma



Maio/2012

Tabela I - Unidades Organizacionais (UO's)

SIGLA	UNIDADE ORGANIZACIONAL	ATRIBUIÇÕES
AGE	Assembleia Geral	Órgão de deliberação superior da TREN SURB, representativo do corpo de acionistas da Sociedade, quando convocado, tem as atribuições definidas na Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 e no Estatuto Social.
CONFIS	Conselho Fiscal	O Conselho Fiscal é um órgão de fiscalização dos atos dos administradores e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da empresa, em funcionamento permanente. Ao Conselho Fiscal compete desempenhar as atribuições previstas no art. 163 da Lei n.º 6.404/76, no Estatuto Social, no Regimento Interno e nas demais normas que lhe são aplicáveis.
CONSAD	Conselho de Administração	O Conselho de Administração é o órgão de gestão superior da Sociedade sob a forma de colegiado, convocado para tomada de decisões, relacionadas com as políticas e diretrizes da Empresa, aprovação do planejamento global a ser adotado para consecução dos seus objetivos, além do controle dos resultados globais.
AUDIN	Auditoria Interna	Executar e Acompanhar as atividades previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, Examinar o cumprimento das legislações fiscais, previdenciárias, trabalhistas, societárias e todas aquelas que envolvam as sociedades de economia mista, bem como o cumprimento das Normas de Procedimentos Gerais instituídas pela Empresa.
PRES	Presidência	Exercer a direção geral da Sociedade e controle geral de suas atividades.
GAPRE	Gabinete da Presidência	Assessorar o Diretor-Presidente na análise dos programas de trabalho, planos anuais e plurianuais, recomendando ou propondo soluções e medidas práticas a fim de permitir o melhor desenvolvimento dos mesmos.
GE CIN	Gerência de Comunicação Integrada	Definir estratégias de comunicação da Empresa no plano institucional e corporativo. Planejar, coordenar, executar e avaliar os eventos internos e externos à empresa Assessorar, coordenar e publicar as matérias legais de acordo com a legislação em vigor. Diagnosticar, analisar, planejar, coordenar, executar e avaliar resultados de ações de comunicação social da Empresa.
GE JUR	Gerência Jurídica	Representar a TREN SURB, em juízo ou fora dele, em todas as ações, fornecer interpretação legal para todos os assuntos jurídicos que envolvam interesse da Empresa. Colaborar com todos os setores da Empresa em questões de ordem jurídica.
GE PLA	Gerência de Planejamento Corporativo	Dirigir, controlar, supervisionar e assessorar no planejamento da Empresa, desenvolvendo estudos permanentes visando à tomada de decisões, elaboração de planos de ação e alocação de recursos.
SE PLA	Setor de Planejamento	Executar o planejamento empresarial, supervisionando ou elaborando diretamente projetos, programas de trabalho, planos anuais recomendando ou propondo soluções, medidas práticas e estabelecendo o método de divulgação das respectivas estratégias.
SERAM	Setor de Responsabilidade Socioambiental	Elaborar e promover projetos voltados à prática de uma Gestão de Responsabilidade Socioambiental integrando-os às estratégias organizacionais.

SUDEX	Superintendência de Desenvolvimento e Expansão	Desenvolver estudos permanentes visando a tomada de decisões, bem como a coordenação de atividades no sentido de: Desenvolver atividades de informática; Desenvolver e propor estudos sobre custos e tarifas; Programar e desenvolver pesquisas na área de transportes; Desenvolver estudos de compatibilização da oferta em relação a demanda e Propor e acompanhar a elaboração de estudos referentes a expansão do trem.
GEDEN	Gerência de Desenvolvimento de Engenharia	São conferidas diferentes atribuições que envolvem atividades de estudos e projetos de obras civis, sistemas, soluções de mobilidade urbana e inovações tecnológicas.
SEPRO	Setor de Projetos e Obras Civis	Atividades de Estudos e Projetos: Conduzir e elaborar, direta ou via contratação de serviços, os estudos técnicos de viabilidade e projetos básicos e/ou executivos de engenharia, referentes às atividades de expansão ou de melhorias do sistema em operação no âmbito das obras civis. Atividades de Obras: Elaborar especificações técnicas e Editais de Licitação para a execução de obras civis. Elaborar orçamentos, analisar custos, executar e/ou conferir medições, planejar e controlar obras civis.
SEMOB	Setor de Planejamento e Projetos de Mobilidade Urbana	Desenvolver estudos com o objetivo de expandir o atual sistema da Empresa, para futuras áreas da Região Metropolitana. Desenvolver estudos relacionados a custos e tarifas, demandas e ofertas.
SEITEC	Setor de Projetos de Sistemas e Inovação Tecnológica	Conduzir e elaborar Atividades de Estudos e Projetos referentes às atividades de expansão ou de melhorias do sistema em operação no âmbito das montagens dos sistemas eletromecânicos. Elaborar especificações técnicas para a execução de montagens de equipamentos e sistemas e respectivos critérios de fornecimento, medição e controle. Realizar estudos de Atividades de Inovação e Tecnologia.
GEINF	Gerência de Informática	Propor um Plano Diretor de Informática, abrangendo e integrando todas as áreas que compõem a estrutura organizacional da Empresa. Executar serviços de produção de processamento de dados. Organizar e gerenciar serviços de manutenção e reparação de equipamentos de informática de toda Empresa.
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento Comercial	Elaborar o Planejamento Estratégico da Superintendência em conjunto com as Unidades Organizacionais sob sua direção, estabelecendo objetivos, metas e planos de ações, em consonância aos princípios e diretrizes organizacionais previstos no Planejamento Estratégico da TRENSURB.
GECOM	Gerência Comercial	Coordenar a realização de estudos, pesquisas, projetos e planos para o desenvolvimento comercial. Identificar o potencial de novos produtos para comercialização de créditos de viagem e a viabilidade das áreas destinadas às atividades comerciais associados ao serviço de transporte. Desenvolver estratégias de relacionamento com os clientes.
SENOV	Setor de Novos Negócios	Elaborar, submeter à aprovação e executar estudos, pesquisas, projetos e planos para o desenvolvimento comercial. Gerir o relacionamento com os clientes internos e externos e contratos comerciais, promover e divulgar portfólio de produtos.

SEMERC	Setor Comercial	Elaborar, submeter à aprovação e executar estudos, pesquisas, projetos e planos para o desenvolvimento do sistema eletrônico de comercialização de créditos de viagem através dos cartões eletrônicos e bilhetes. Acompanhar a compensação de créditos entre os sistemas de Bilhetagem Eletrônica integrados e a contabilização das receitas auferidas através do sistema de comercialização de créditos de viagem através dos cartões eletrônicos e bilhetes.
DIRAF	Diretoria de Administração e Finanças	Dirigir e controlar as atividades das Gerências de Recursos Humanos, Suprimento e Apoio, Orçamento e Finanças e Contabilidade e Patrimônio.
GEREH	Gerência de Recursos Humanos	A Gerência de Recursos Humanos é o órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Administração e Finanças para as atividades de planejamento e administração das áreas de Recursos Humanos. Orientar, coordenar e controlar o desenvolvimento das atividades de Recursos Humanos, formulando programas de trabalho dos Setores de Pessoal, Higiene e Segurança do Trabalho e de Seleção e Treinamento, dimensionar seus recursos e submeter esses elementos à Diretoria de Administração e Finanças para efeito de aprovação.
SEPEP	Setor de Pessoal	Analisar, avaliar e classificar todos os cargos da Empresa, organizando e atualizando, permanentemente, o Sistema de Remuneração e Desenvolvimento (SIRD) da TRENSURB. Prestar orientação funcional. Cumprir e fazer cumprir, em todos os órgãos da Empresa, as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de todas as determinações pertinentes, emanadas das autoridades superiores, bem como as Normas Gerais Internas relativas ao pessoal da Empresa. Executar todos os procedimentos de rotinas da folha de pagamento.
SESET	Setor de Higiene e Segurança do Trabalho	Selecionar e aprovar equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de prevenção e combate a incêndio. Inspecionar locais e instalações da Empresa, observando condições de trabalho e visando determinar fatores de risco e acidentes, bem como, prevenir e identificar doenças profissionais. Promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.
SETRE	Setor de Seleção e Treinamento	Estudar, planejar e preparar programas de treinamento de pessoal, de acordo com as necessidades da Empresa. Coordenar e orientar as atividades de treinamento e estágio desenvolvidas na Empresa. Promover periodicamente a avaliação de desempenho dos empregados, visando o acompanhamento profissional e as promoções por merecimento.
GESUP	Gerência de Suprimento e Apoio	Responsável pela orientação, coordenação e controle das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Administração e Finanças para as atividades de compras, suprimento de materiais e apoio.
SEMAT	Setor de Materiais	Executar os trabalhos de recebimento, fiscalização, conferência e estocagem de materiais e equipamentos promovendo exames técnicos e armazenamento dos mesmos em condições convenientes.
SECOM	Setor de Compras	Executar compras de materiais e equipamentos, segundo as normas, planos e programação estabelecidas na Empresa. Promover a realização de licitações relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, bem como de fornecimento de materiais e equipamentos, na forma da legislação federal pertinente e normas internas.

SEAPO	Setor de Apoio	Executar, controlar e supervisionar os serviços de limpeza e conservação interna e externa dos prédios, dependências, instalações, móveis e utensílios da administração da Empresa, bem como limpeza e conservação de áreas verdes e arruamentos, exceto pátio da manutenção. Quando estes serviços forem subcontratados deverão ser controlados e supervisionados. Coordenar as atividades de recepção, zeladoria, telefonia e cooperagem.
GEORF	Gerência de Orçamento e Finanças	Órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Administração e Finanças, para as atividades de orçamento, pagamentos, receitas, guarda e aplicação dos recursos financeiros, acompanhamento e controle de contratos, atividades contábeis e de controle dos bens patrimoniais.
SEACO	Setor de Administração de Contratos	Efetuar o controle dos contratos. Revisar os editais e contratos. Orientar e assessorar gestores quanto aos projetos básicos, controles e obrigações contratuais.
SECOP	Setor de Contabilidade	Preparar balancetes e balanços aplicáveis à legislação das Sociedades Anônimas. Coordenar e controlar a aplicação do plano contábil da Empresa. Processar toda a documentação para pagamento e recolhimento de tributos, contribuições, amortização de financiamentos, juros da dívida e demais despesas. Executar todos os trabalhos de escrituração contábil e fiscal.
SEORC	Setor de Orçamento	Cumprir e fazer cumprir as normas orçamentárias aprovadas pelo Congresso Nacional. Controlar a emissão e cancelamento das notas de empenho através do sistema SIAFI e a execução orçamentária receita x despesa, de acordo com o orçamento publicado.
SEPAR	Setor de Pagamentos e Receitas	Controlar as contas a pagar da Empresa e acompanhar sua efetiva liquidação. Centralizar todos os pagamentos da Empresa. Controlar a movimentação da conta bancária e conta única do sistema SIAFI.
DIROP	Diretoria de Operações	Dirigir e controlar as atividades de operação e manutenção dos trens, via permanente, rede aérea e sinalização da TRENSURB.
GEOPE	Gerência de Operações	Órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Operações para as atividades centralizadas de controle operacional, de produção de transporte, venda de passagens, atendimento, informações e segurança aos usuários.
SEOPE	Setor de Operação de Estações	Executar os serviços nas estações de venda de passagens, atendimento e informações aos usuários, controle de entrada e saída de usuários e demais serviços auxiliares desenvolvidos nas estações, segundo padrões de desempenho e qualidade previstos.
SECOT	Setor de Controle Operacional	Comandar e controlar a marcha dos trens na linha, nos pátios e nas estações, e a alimentação e distribuição de energia para os trens. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de regras gerais de operação, bem como normas e instruções atinentes à execução dos transportes, reportando irregularidades à Gerência de Operações.
SETRA	Setor de Tráfego	Realizar os serviços de transporte metroviário segundo padrões de segurança, regularidade e conforto ao usuário, dentro dos limites de custos operacionais programados, conforme orientações do centro de Controle Operacional.
GEMAN	Gerência de Manutenção	Órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Operações para as atividades de manutenção.

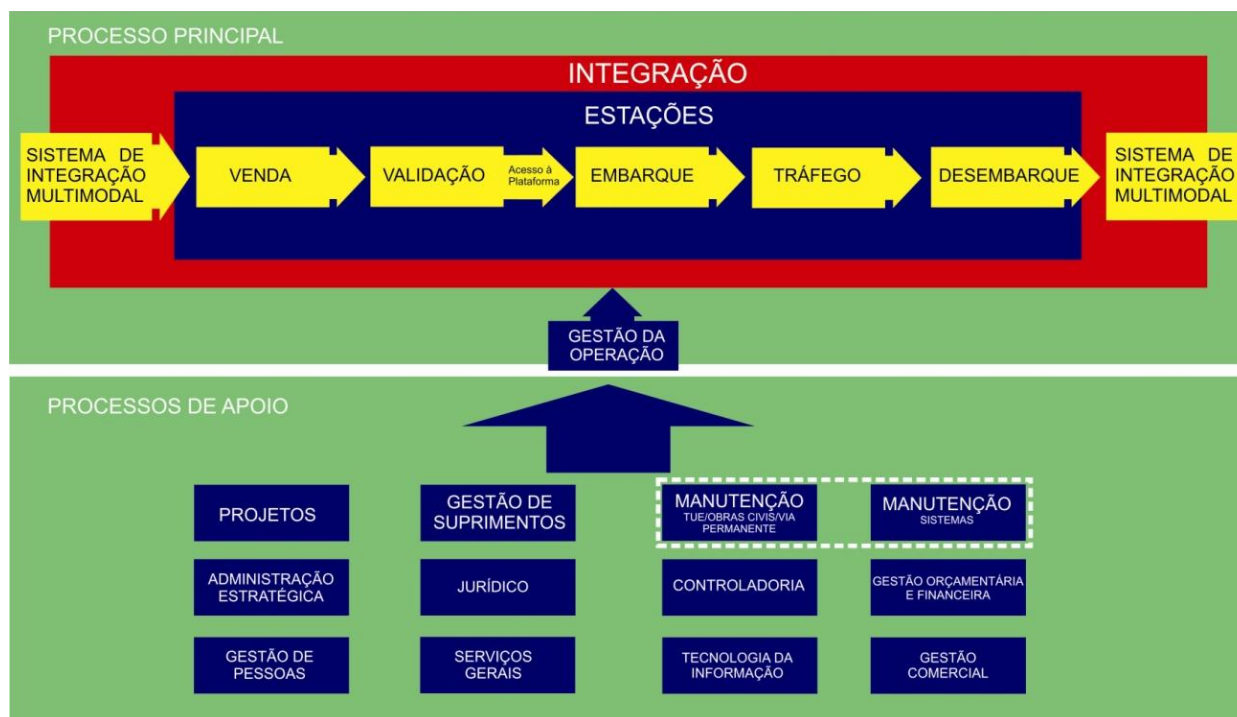
SEOFI	Setor de Oficina	Fazer manutenção preventiva e corretiva em equipamentos dos TUE's, revisões dos componentes removidos na Oficina de Manutenção Leve, reparações devido a acidentes com TUE's, manutenção do material rodante auxiliar da Empresa e realizar manutenção corretiva ao longo da V1, V2 e Pátio.
SEVIP	Setor de Via Permanente	Manter a via permanente em condições adequadas para a operação dos TUE's. Promover a Gestão Técnica, o controle da qualidade, fiscalização dos serviços contratados com terceiros no âmbito da Unidade Organizacional.
SEMAP	Setor de Manutenção Predial	Executar a conservação das obras civis da Empresa, a manutenção dos sistemas de ar condicionado e refrigeração, a manutenção do sistema da bacia rodoviária/Pátio, a manutenção dos elevadores, escadas rolantes e plataformas elevatórias, a manutenção em bombas de combate à incêndio e bombas de água de pequeno porte.
GESIS	Gerência de Sistemas	Órgão da Empresa responsável pela orientação, coordenação e controle da execução das diretrizes estabelecidas pela Diretoria de Operações para as atividades centralizadas de manutenção dos Sistemas.
SESIN	Setor de Sinalização	Fazer a manutenção dos aparelhos, equipamentos e demais componentes do sistema de sinalização, telecontrole de energia, telecomunicações sinalização, telecontrole de e bilhetagem automática nos locais onde estiverem instalados ou no laboratório desse sistema. Controlar e conferir sistematicamente dados e informações sobre o desempenho dos serviços de manutenção e submeter os resultados à Gerência de Sistemas. Avaliar sistematicamente, o desempenho de equipamentos e materiais do sistema de energia, telecomunicações e bilhetagem automática, e dos empregados lotados nos órgãos sob sua supervisão.
SENERG	Setor de Energia	Fazer a manutenção do sistema de rede aérea compreendendo, catenárias, postes e estruturas, e aparelhos seccionadores de linhas. Fazer a manutenção do sistema de energia de alta tensão de tração e de grandes equipamentos do sistema de energia, nas subestações e nas cabines de seccionamento e de paralelismo ou na oficina de manutenção. Fazer a manutenção do sistema de energia de baixa tensão e de equipamentos elétricos em geral e geradores de subestações. Fazer a manutenção da cablagem de energia.

Fonte: Regimento Interno da TRENSURB

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

O sistema processador da Empresa está configurado conforme modelagem do seu Mapa de Processos, sendo que os processos estão classificados em processo principal do negócio e processos de apoio.

Figura II - Gráfico Mapa de Processos



Fonte: TRENSURB

A análise do sistema processador da TRENSURB iniciou em 2006 em conjunto com a Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS). Considerando a premissa de que, para manter uma cultura de gestão de processos é preciso estabelecer e manter um sistema contínuo de acompanhamento dos mesmos a TRENSURB aprimorou a implementação do estudo dos processos.

Em 2012 foi implantado através de Resolução da Diretoria Executiva (RED) o PNP – Programa de Normatização de processos que tem como principal objetivo a normatização dos procedimentos executados pelos macroprocessos mapeados. O lançamento deste programa permitiu criar mecanismo de controle de revisão dos normativos, possibilitando em tempo real informações como o status e o número de dias que o documento está sob responsabilidade de cada UO.

O PNP consiste em normatizar os processos internos de trabalho buscando a padronização e a eficácia dos mesmos, priorizando a qualidade dos serviços e a segurança do trabalho. Trata-se de um conjunto de ações organizadas a partir da coordenação da GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo) para padronizar e normatizar procedimentos e práticas de serviço nas unidades organizacionais envolvidas através do modelo padrão de NPG (Norma de Procedimentos Geral).

A Gestão da Operação é o processo principal no que se refere ao negócio da empresa e ao atendimento aos seus usuários. Sendo assim, seu desempenho é acompanhado através do Diário Operacional e do Índice de Eficiência Operacional – IEO que é acompanhado diariamente pelos gestores com dados e informações pertinentes para análise.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

Conforme demonstrado no capítulo anterior, entre os treze macroprocessos, doze estão classificados como processos de apoio, os mesmos são monitorados e controlados por ferramentas de gestão (softwares) que permitem a análise e consequentemente ações de melhoria.

- 1) Projetos
- 2) Administração Estratégica
- 3) Gestão de Pessoal
- 4) Gestão de Suprimentos
- 5) Jurídico
- 6) Serviços Gerais
- 7) Manutenção
- 8) Controladoria
- 9) Tecnologia da Informação
- 10) Manutenção Sistemas
- 11) Gestão Orçamentária e Financeira
- 12) Gestão Comercial

Um bom sistema de avaliação de desempenho de processos deve gerar indicadores que alimentem uma base de dados que permita a obtenção de informações sobre capacidade e desempenho destes. E assim a TRENSURB construiu e modelou seu Sistema de Gestão baseado em indicadores de Desempenho, conforme descrito no capítulo 2.2.

É importante destacar mecanismos de controle que foram implantados para melhoria dos projetos como a gestão de projetos pela Gerência de Planejamento Corporativo, onde através de requisição de abertura de projeto (RAP) e com as condicionantes definidas todos os projetos são enviados para aprovação da Diretoria Executiva.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros que colaboram ou participam na busca dos objetivos da empresa, estão descritos abaixo.

FORNECEDORES

A TRENSURB visa assegurar a transparência das informações que envolvem seus processos de contratação subordinando-se à Lei 8.666/93 e suas correlatas. Possui canais de comunicação que disciplinam e regulamentam suas contratações, sendo todas publicadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

PRINCIPAIS FORNECEDORES

- ▶ AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A (Energia elétrica de tração)
- ▶ CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica (Energia elétrica de tração)
- ▶ Consórcio Frota POA (Aquisição dos 15 TUE's)
- ▶ Consórcio Nova Via (Expansão Linha 1)
- ▶ Prumo Engenharia (Serviço de engenharia para manutenção da Via Permanente)
- ▶ MPE Montagem e Projetos Especiais S/A (Serviços de manutenção dos TUE's)

- ▶ SQGROUP Engenharia Ltda. (Serviços de engenharia para a manutenção das edificações)
- ▶ STRUTURAL Montagens Especiais Ltda. (Serviço de Eng. e Manutenção dos TUE's)
- ▶ ATP - Associação de Transporte de Passageiros POA (adequação dos sistemas de bilhetagem eletrônica)
- ▶ Petrobrás Distribuidora S/A (Graxas e lubrificantes para TUE's e máquinas da via férrea)

EMPRESAS CONTRATADAS

Buscando aperfeiçoar seu parque industrial foi adotado como diretriz estratégica a contratação de empresas para execução dos seguintes serviços:

- Serviço de engenharia e manutenção dos trens;
- Serviço de engenharia e manutenção da via permanente;
- Serviço de engenharia e manutenção da rede aérea;
- Serviço de engenharia e manutenção de obras civis.

FORÇA DE TRABALHO

Compõem a força de trabalho, pessoas que possuem contrato firmado indiretamente e os que trabalham sob supervisão direta da empresa, ou seja, os denominados empregados, ocupantes dos cargos de comissão, estagiários e aprendizes.

GOVERNO FEDERAL

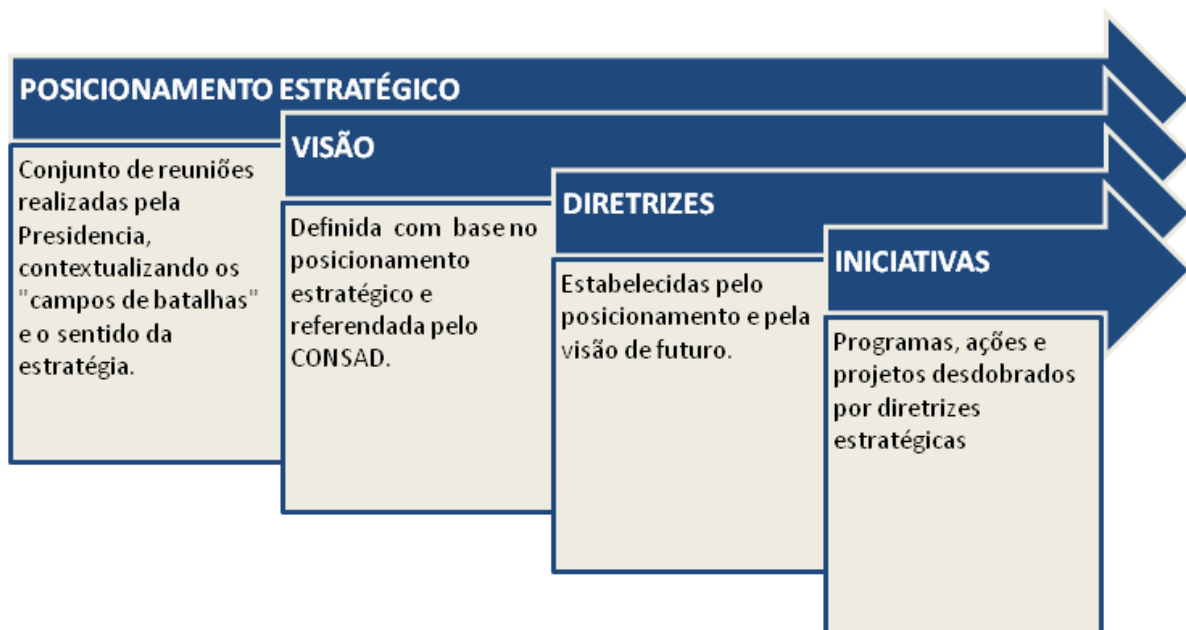
A TRENSURB é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Ministério das Cidades que, para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, necessita do aporte de recursos do Governo Federal. Caracterizando-se, portanto, como uma empresa economicamente dependente, cujo valor da tarifa e limites de orçamento (dotação orçamentária) são definidos e aprovados pelo Governo Federal.

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE

Em 2011, foi elaborado o Plano de Negócios/Metas da TRENSURB para o período de 2012 a 2015 e em paralelo se iniciou o processo de revisão do Planejamento Estratégico, o qual foi aprovado em dezembro de 2013. Como o Planejamento Estratégico é um instrumento macro de direcionamento dos objetivos corporativos da TRENSURB, o detalhamento do Plano de Negócios/Metas foi incorporado a este plano estratégico. Seu conteúdo está apresentando na sequência.

Inicialmente, apresentamos um esquema ilustrativo de como se desenvolveu a metodologia, desde dezembro de 2011 até o presente momento.

Figura III - Posicionamento Estratégico**A) IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

As características de uma organização são sua Identidade Organizacional, que diz quem é, o que faz e qual seu propósito na sociedade, além de evidenciar suas crenças e atitudes.

MISSÃO

Transportar pessoas de forma rápida, limpa e com qualidade, conectando diferentes destinos.

Para a TREN SURB, os principais termos utilizados nesta declaração de missão correspondem a:

TRANSPORTAR PESSOAS: Transportar para a TREN SURB significa a realização do deslocamento de pessoas de forma coletiva, conectando diversos origens e destinos de pessoas, através de uma linha de trens urbanos, buscando constituir interconexões qualificadas com os demais modais de transporte, atendendo diretamente às populações dos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

RÁPIDA: Este termo engloba os atributos de disponibilidade, regularidade e pontualidade dos serviços oferecidos aos usuários, dimensões características do sistema metroferroviário e percebidas pelos usuários.

LIMPA: Além de representar a limpeza das instalações, veículos, acessos e estações, o termo abrange e deixa implícita a boa relação com o meio ambiente através de um transporte que utiliza

energia limpa, e com isso, não gerando resíduos ou gases poluentes motivadores do efeito estufa e do aquecimento global, protegendo o meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas.

QUALIDADE: Este conceito é amplo englobando, os atributos anteriores de disponibilidade, regularidade e pontualidade e agregando os demais de acessibilidade, confiabilidade, rapidez, conforto, segurança, comunicação, estética e aparência, limpeza, cortesia, atitude amigável, poder de resposta, impacto ambiental. A relação entre a percepção dos usuários e a forma como a TRENSURB gerencia todos estes atributos forma o conceito de qualidade disposto na missão.

CONECTAR DESTINOS: Ser um agente para conexões dos destinos das pessoas dos seus usuários, tanto no sentido de suas conexões diárias de origem e destino, como no sentido de destino futuro, pois, ao ajudar as pessoas a realizarem suas conexões diárias ajudamos muitas pessoas a construir a realização dos seus sonhos futuros, atingir seus destinos futuros em suas vidas.

VISÃO

Em 2015, estar entre as três melhores empresas brasileiras do setor metroferroviário em qualidade de serviços e desempenho econômico com inovação tecnológica e responsabilidade socioambiental.

Para a TRENSURB, os principais termos utilizados nesta declaração de visão correspondem a:

QUALIDADE NOS SERVIÇOS: Engloba os conceitos de Eficiência Operacional, que trata da excelência na prestação de serviços aos usuários e busca posicionar a empresa entre as três melhores empresas do setor em 2015.

DESEMPENHO ECONÔMICO: Engloba a busca da máxima eficiência no uso eficiente dos recursos dos recursos e busca permanente da sustentabilidade com máximo possível de receitas próprias.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Busca participar do esforço do país no desenvolvimento da infraestrutura e inovação tecnológica.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: Trata das responsabilidades da Empresa com a sociedade e com o meio ambiente e que vai muito além das obrigações legais e econômicas.

VALORES

Valores são condutas e comportamentos valorizados pela empresa no relacionamento interno, no relacionamento com os usuários/clientes e demais parceiros.

➔ Presteza e bom atendimento aos usuários

As pessoas que transportamos, nossos usuários/clientes, são a razão da existência da Empresa. Presteza e bom atendimento a eles são os valores mais fundamentais da nossa organização e demonstram a característica solidária dos nossos empregados.

→ **Uso eficiente dos recursos**

Estabelecer metas e maximizar os resultados com o uso eficiente dos recursos é uma obrigação de qualquer organização, especialmente de empresas sob administração pública. Estamos sempre na busca por adotar práticas que visem o uso eficiente dos recursos em todos os processos de trabalho.

→ **Respeito à diversidade**

Como empresa sob gestão pública, devemos ser exemplo no respeito à diversidade em todas as suas formas, seja internamente, no relacionamento com nossos usuários ou parceiros. Respeitando sempre a variedade e convivência de ideais.

→ **Participação na busca de soluções**

Devemos cultivar e incentivar cada vez mais a participação na busca de soluções e inovação. Essa deve ser uma prática em todos os níveis da empresa, com a constituição, inclusive, de mecanismos e canais organizados para possibilitar novas ideias e saídas para resolução de problemas existentes.

→ **Cooperação e parceria**

Devemos propagar condutas que incentivem a cooperação e a parceria, tanto no relacionamento entre empregados, como entre unidades organizacionais, com nossos fornecedores e outras instituições, no sentido de promover a boa execução e o alcance dos nossos objetivos.

→ **Cultivo de condutas ambientalmente sustentáveis**

Somos uma empresa que traz somente benefícios à sociedade e ao ambiente. Nossos comportamentos cotidianos e nosso olhar sobre tudo que fazemos devem incorporar profundamente as condutas coerentes com a natureza sustentável da empresa.

→ **Integração com a comunidade**

Tendo em vista a missão da empresa, devemos buscar a integração com a comunidade e com as suas diversas formas de representação e organização.

B) POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

O processo de operacionalização do planejamento orienta a atuação dos gestores e responsáveis na implementação das diretrizes estratégicas e busca dos resultados estabelecidos pela alta administração. A melhoria permanente do processo de gestão tem como objetivo atingir os mais elevados padrões de qualidade do serviço e a melhoria dos resultados na aplicação dos recursos. A fundamentação das orientações da administração da Empresa são as orientações gerais do governo (acionista) para a administração pública e para as Empresas Estatais, que consistem na busca da eficiência dos serviços ou produtos entregues à sociedade e, nas Empresas Estatais, contribuir com projetos para a continuidade do desenvolvimento econômico do país.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento legal de planejamento no estabelecimento das prioridades e no direcionamento das ações do Governo. Tem por objetivo organizar os programas de longo prazo do Governo Federal, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Assim, o orçamento leva em consideração dois tipos de direcionamento, os quais: Custeio que são recursos alocados para o funcionamento da empresa e melhorias necessárias definidas através de prioridades de gestão e Investimento que são os recursos alocados para a ampliação da capacidade da prestação do serviço realizado pela empresa.

Assim, com base neste posicionamento, a perspectiva geral, para o horizonte de 2015, é estar entre as três melhores empresas do setor metroferroviário do país, quanto à qualidade de serviços e desempenho econômico, buscando atingir aproximadamente 48% de cobertura operacional. Tal meta requer aprofundamento do controle e a redução de gastos e o aumento da receita própria, para compensar o reajustamento dos contratos de serviços, salários, remunerações e demais insumos.

C) DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

As diretrizes estratégicas que definem este posicionamento rumo a 2015 são:

- **EFICIÊNCIA OPERACIONAL:** Excelência no serviço aos usuários;
- **EFICIÊNCIA ECONÔMICA:** Uso eficiente dos recursos e redução progressiva da necessidade de subvenção federal;
- **DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA:** Investimento em projetos de infraestrutura e inovação tecnológica do setor metroferroviário;
- **COMPROMISSO INSTITUCIONAL:** No desenvolvimento do transporte público e na responsabilidade socioambiental.

D) INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

O alcance das metas gerais estabelecidas pressupõe a adoção de um conjunto de iniciativas necessárias para a implementação das diretrizes estratégicas. Essas iniciativas desdobram-se em ações e projetos. Na sequência é apresentado o elenco das iniciativas.

1. Implantação de sistema de gestão de indicadores de eficiência operacional e econômica;
2. Redução das despesas operacionais, com controle dos custos e uso eficiente dos recursos;
3. Aumento da eficiência operacional e prevenção de ocorrências operacionais críticas para o usuário;
4. Ampliação da demanda transportada;
5. Ampliação da oferta de transporte com a aquisição de novos trens;
6. Garantia de política tarifária;
7. Desenvolvimento de ações e projetos para o desenvolvimento de tecnologias sobre trilhos e inovações tecnológicas;
8. Ampliação da receita com serviços, negócios e empreendimentos associados;
9. Reorganização da estrutura funcional e organizacional da empresa;
10. Consolidação do papel institucional da TRENSURB.

O conjunto das ações e projetos decorrentes das iniciativas já vem sendo implementados pela administração. A principal premissa para a viabilização do plano será o foco da gestão em metas e resultados buscando permanentemente a eficiência do serviço e o aumento da Taxa de Cobertura Operacional – TCO. Estes índices gerais e seu desdobramento serão controlados por um Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho, conforme demonstrado na figura 4.

E) AÇÕES E PROJETOS

Na sequência, apresentam-se as iniciativas desdobradas em ações e projetos necessários para fazer com que a TRENSURB cumpra sua missão e atinja sua visão de futuro.

1. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE INDICADORES DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL E ECONÔMICA

Figura IV - Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho



Fonte: TRENSURB

O Sistema é composto por quatro grupos de indicadores que envolvem todos os níveis da estrutura organizacional e consiste em estabelecer um padrão de controle, acompanhamento, análise e apresentação dos dados dos grupos de indicadores mencionados. Seu objetivo é medir, avaliar e melhorar os resultados quanto visando ampliar a sustentabilidade econômico-operacional da empresa. Cada grupo de indicadores corresponde a:

— **INDICADORES FINANCEIROS:** Correspondem ao conjunto de contas contábeis e seus desdobramentos utilizados no cálculo da Taxa de Cobertura Operacional (TCO). Este indicador de desempenho, TCO, quantifica a sustentabilidade econômica da empresa, relacionando receitas próprias e as despesas de funcionamento. Estão classificados em dois grupos:

- a) Indicadores financeiros de receitas e despesas de custeio e
- b) Indicadores financeiros de despesas de pessoal

— **INDICADORES OPERACIONAIS:** Correspondem aos Indicadores que medem a qualidade do serviço ofertado cujo foco é a satisfação do usuário.

— **INDICADORES DE GESTÃO:** Correspondem aos indicadores cujo objetivo é avaliar o processo de gestão.

OBJETIVO: Implantar modelo de gestão focado em resultados

- Reorganização da gestão dos indicadores operacionais, visando aprimorar a medição do desempenho das atividades das UO's;

- Implantação de sistema de controle e gestão das contas (receitas e despesas), através do sistema de gestão de indicadores;
- Priorização dos investimentos em serviços e projetos que melhorem a eficiência operacional e econômica;
- Avaliação do desempenho das UO's com base na implantação do sistema de gestão de indicadores de eficiência.

2. REDUÇÃO DAS DESPESAS OPERACIONAIS, COM CONTROLE DOS CUSTOS E USO EFICIENTE DOS RECURSOS

OBJETIVO: Melhorar o desempenho econômico da empresa, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

- Redefinição do quadro de pessoal tendo em vista a reestruturação funcional e de gestão da empresa;
- Aprimoramento da gestão dos custos de pessoal com indicadores desdobrados ao nível das unidades organizacionais;
- Controle e acompanhamento detalhado das contas de custeio (diretas e indiretas) estruturado e desdobrado com indicadores ao nível das unidades organizacionais.

3. AUMENTO DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL ATRAVÉS DA PREVENÇÃO DE OCORRÊNCIAS OPERACIONAIS CRÍTICAS PARA O USUÁRIO.

OBJETIVO: Melhorar permanentemente à qualidade do serviço prestado aos usuários. Definição de programas de ações para os seguintes aspectos críticos:

- Prevenção de ocorrências com o material rodante, sistemas e equipamentos, bem com a revisão dos procedimentos, relacionados com risco ou à segurança dos usuários;
- Prevenção de ocorrências com material rodante, sistemas, equipamentos, bem como atualização dos procedimentos, relacionados à paralisação da operação;
- Prevenção de ocorrências com material rodante, sistemas, equipamentos, bem como atualização dos procedimentos, relacionados ao atraso na circulação dos trens;
- Redução de problemas de comunicação e relacionamento com os usuários.

4. AMPLIAÇÃO DA DEMANDA TRANSPORTADA

OBJETIVO: Melhorar o desempenho econômico da Empresa, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

- Agregação da demanda potencial da Expansão SL-NH;
- Ampliação da integração com os sistemas de ônibus municipais, intermunicipais e regionais;
- Ampliação da integração do sistema de bilhetagem da TRENSURB com os principais sistemas de bilhetagem eletrônica da RMPA;
- Desenvolvimento de projetos para atrair a demanda decorrente do desenvolvimento econômico do eixo de operação.

5. AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE TRANSPORTE COM A AQUISIÇÃO DE NOVOS TRENS

OBJETIVO: Atender a demanda crescente, aumentar a receita e qualidade do serviço;

- Investimento em frota nova;
- Investimento em melhorias operacionais para atender o crescimento da demanda;
- Investimentos de modernização da frota existente e no sistema de controle de tráfego;
- Investimentos na modernização das estações e acessibilidade.

6. GARANTIA DE POLÍTICA TARIFÁRIA

OBJETIVO: Melhorar o desempenho econômico da Empresa, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

- Condição para a realização da receita futura prevista;
- Regulação do número de passageiros transportados.

7. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS SOBRE TRILHOS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

OBJETIVO: Contribuir novos projetos desenvolvimento tecnológico do país

- Apoio ao desenvolvimento e disseminação do uso da tecnologia Aeromóvel;
- Contribuição para o desenvolvimento de tecnologias nacionais inovadoras para o setor metroferroviário;
- Nacionalização de peças e equipamentos.

8. AMPLIAÇÃO DA RECEITA COM SERVIÇOS, NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS ASSOCIADOS

OBJETIVO: Melhorar o desempenho econômico da Empresa, reduzindo a necessidade de recursos de subvenção.

- Ampliação dos espaços comerciais ofertados;
- Concessões para construção de empreendimentos associados;
- Ampliação dos espaços de mídia fixa e móvel;
- Estacionamentos integrados.

9. REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA FUNCIONAL E ORGANIZACIONAL DA EMPRESA

OBJETIVO: Adequar a estrutura organizacional à modernização funcional, tecnológica e de gestão da empresa.

— Consolidação do modelo de relacionamento organizacional e gestão das atividades e serviços contratados.

- a) Conceituar e definir o modelo de relacionamento com as empresas parceiras contratadas;
- b) Adequação do SIRD em função da reestruturação das atividades funcionais decorrentes do modelo de relacionamento e de gestão das parcerias;
- c) Definir as novas competências funcionais e gerenciais para de gestão das parcerias;
- d) Programa de Recursos Humanos para capacitar os gestores para o modelo de relacionamento e de gestão das parcerias;

— Adequação das atividades e estrutura organizacional operacional considerando a modernização tecnológica, as necessidades de novas atividades, tendo em vista as novas funções empresariais, e a definição das atividades e serviços a serem executadas por empresas parceiras contratadas.

- a) Reestruturar as atividades operacionais e de manutenção das unidades organizacionais, tendo em vista a implantação de novas tecnologias e a definição das atividades a serem executadas por empresas parceiras contratadas e as novas atividades emergentes;
- b) Definir a estrutura organizacional das unidades organizacionais considerando a reestruturação das atividades;
- c) Adequação do SIRD considerando a reestruturação das atividades funcionais;
- d) Definir as competências a reforçar e novas a incluir, considerando a reestruturação das atividades;
- e) Programa de Recursos Humanos para capacitação dos gestores e quadro das novas atividades;

— Modernização das atividades e dos processos de trabalho de apoio, com o uso de Tecnologia da Informação – TI.

- a) Definir os processos e atividades de trabalho de apoio atuais que serão reestruturadas utilizando TI;
- b) Redesenho dos processos e atividades de trabalho das unidades organizacionais de apoio com a utilização dos sistemas de TI;
- c) Definir a estrutura organizacional da unidade organizacional de apoio a partir da reestruturação das atividades;
- d) Adequação do SIRD considerando a reestruturação das atividades funcionais;
- e) Definir as competências considerando a reestruturação das atividades;
- f) Programa de Recursos Humanos para capacitar os gestores e quadro de pessoal nas novas atividades;
- g) Redesenho completo da estrutura funcional e de gestão da Empresa.

— Redefinição do organograma, considerando as redefinições anteriores.

- a) A constituição de novas estruturas, tendo em vista as novas atividades organizacionais emergentes: Sistema de Gestão centrado no desempenho operacional e econômico, desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica; implantação, operação e manutenção do Aeromóvel, responsabilidade institucional com o desenvolvimento do

- b) transporte público, responsabilidade socioambiental, planejamento e engenharia de manutenção; gestão do sistema de comercialização, arrecadação e controle de créditos de viagem, gestão operacional do sistema de integração com os demais modos de transporte.

10. CONSOLIDAÇÃO DO PAPEL INSTITUCIONAL DA TRENSURB

OBJETIVO: Fortalecer a imagem da empresa e ampliar o seu espaço institucional perante sociedade.

- Manutenção do papel institucional ocupado: indutor de políticas públicas para o setor de transporte no contexto metropolitano;
- Exploração do caráter sócio-ambiental correto do serviço prestado. “A TRENSURB é uma Empresa do Bem!;
- Implantação de programa de políticas sócio-ambientais;
- Fortalecimento institucional das políticas assistenciais.

Quanto a avaliação dos riscos que podem impedir ou prejudicar o atingimento dos objetivos estratégicos, está contemplado no capítulo 3.2 deste relatório.

2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1 Programa Temático

Os Programas inscritos na Lei do Plano Plurianual da União (PPA) para o período de 2012 a 2015, Lei nº 12.593/2012 não estão sob a responsabilidade da TRENSURB.

Quadro A.2.2.1 - Programa Temático - N.A.

2.2.2 Objetivo

Quadro A.2.2.2 – Objetivo – N.A.

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro A.2.2.3.1 - Ações - OFSS

Identificação da Ação						
Código	0022	Tipo: Operações Especiais				
Título	Cumprimento de sentenças Judiciais Devidas por Empresas estatais					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	901 - Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.300.000	23.249.906	23.008.812	23.008.812	23.008.436		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	002F		Tipo: Operações Especiais			
Título	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos devidos por Empresas Públicas e Soc. de Econ. Mista					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	901 - Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
80.000	59.527	59.412	59.412	59.412		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	00H2 Tipo: Operações Especiais					
Título	Pagamento de Depósitos Recursais Devidos por Empresas Estatais Código:					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	901 - Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000	2.500.000	1.697.255	1.697.255	1.697.255	29.795	
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	0110 Tipo: Gestão e Manutenção					
Título	Contribuição à Previdência Privada					Código:
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.400.000	1.700.000	932.246	932.246	932.246		
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	14TS Tipo: Temático					
Título	Adequação dos Sistemas de Trens a Acessibilidade Universal					Código:
Iniciativa	029W Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência					
Objetivo	Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal. Código: 0580					
Programa	2048 Mobilidade Urbana e Trânsito					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.000.000	3.000.000	2.724.000				2.724.000
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004			% de Execução	1,00	12,00	12,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	14TT Tipo: Temático					
Título	Modernização e Recuperação do Sistema de Trens Urbanos Código:					
Iniciativa	0283 Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos					
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Código: 0574					
Programa	2048 Mobilidade Urbana e Trânsito					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.550.000	1.550.000	662.585	181.000	135.152		481.585
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto executado			% de execução física	1,00	3,00	3,00

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação	
Código	1D73 Tipo: Temático
Título	Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Código:
Iniciativa	02B4 - Fortalecimento da Gestão Municipal e Interfederativa para o desenvolvimento Urbano Integrado e com participação Social
Objetivo	Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Programa	2054 Planejamento Urbano					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
	4.493.365	4.493.365	1.741.007	1.155.071		2.752.358
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Contribuir para o desenvolvimento urbano		unidade	100,00	100,00	100,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
408.549,00	408.549,00		Contribuir para o desenvolvimento urbano	unidade	100,00	

Identificação da Ação						
Código	2000 Tipo: Gestão e Manutenção					
Título	Administração da Unidade					Código:
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.247.525	16.247.525	14.207.112	12.576.689	11.894.926	426.299	1.630.423
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.363.992,00	1.147.664,00	207.804,00			84,00	

Identificação da Ação						
Código	2004 Tipo: Gestão e Manutenção					
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					Código:
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.310.140	3.820.140	3.819.819	3.819.369	3.808.164	103.096	450
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Pessoa beneficiada			Previsto	Reprogramado	Realizado	
		unidade	2.789,00	2.804,00	2.804,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
105.045,00	105.045,00		Pessoa Beneficiada	Unidade	100,00	

Identificação da Ação						
Código	2010	Tipo: Gestão e Manutenção				
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares Código:					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
384.696	434.696	423.853	423.853	423.853		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Criança atendida			Previsto	Reprogramado	Realizado	
		unidade	137,00	140,00	140,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Gestão e Manutenção			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares Código:					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
504.000	504.000	504.000	407.567	407.567	42.857	96.433
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Pessoa beneficiada			Previsto	Reprogramado	Realizado	
		unidade	233,00	390,00	390,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação					
Código	2012		Tipo: Gestão e Manutenção		
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares Código:				
Iniciativa					
Objetivo					
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades				
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.552.192	7.312.192	7.312.192	6.727.697	6.102.604	466.413	584.495
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		unidade	904,00	1.135,00	1.135,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
52.802,00	52.802,00		Pessoa Beneficiada	unidade	100,00	

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Gestão e Manutenção			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União				Código:	
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
83.593.790	95.470.418	94.254.679	94.252.155	91.605.679	230.385	2.523
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Identificação da Ação	
Código	20YB Tipo: Temático
Título	Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos Código:
Iniciativa	02AS Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos
Objetivo	0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.
Programa	2048 Mobilidade Urbana e Trânsito
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000	1.491.579	1.491.579	559.342	345.953		932.234
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes		% Execução	18,00	100,00	100,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Identificação da Ação						
Código	2843		Tipo: Gestão e Manutenção			
Título	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Código:					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
71.042.475	71.550.896	65.615.240	56.073.259	345.953	2.863.124	9.541.981
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Passageiro Transportado		unidade/dia útil	191.617,00	178.027,00	178.027,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
8.662.866,00	7.088.381,00	1.261.885,00	Passageiro Transportado	unidade/dia útil	82,00	

Identificação da Ação						
Código	4641		Tipo: Gestão e Manutenção			
Título	Publicidade de utilidade Pública					Código:
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000	2.000.000	2.000.000	1.874.514	1.737.948	3.749	125.486
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
44.560,00	44.560,00				100,00	

Identificação da Ação						
Código	6438 Tipo: Gestão e Manutenção					
Título	Capacitação de recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos Código:					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	2116 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades					
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000	300.000	300.000	65.165	65.165		234.835
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Empregado capacitado		unidade	780,00	780,00	730,00	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: SIAFI Gerencial

2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Quadro A.2.2.3.2 - Ações/Subtítulos - OFSS - N.A.

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar não Processados - OFSS

Quadro A.2.2.3.3 Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	1D73			Tipo: Temático	
Título	Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano				
Iniciativa	02B4 Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social				
Objetivo	Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.		Código: 589	Tipo: Temático	
Programa	Planejamento Urbano		Código: 2054	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
408.549,00	408.549,00		Contribuir para o desenvolvimento urbano	unidade	100,00

Identificação da Ação					
Código	10SR			Tipo: Temático	
Título	Apoio a Elaboração e Planos e Projetos de Sistema de Transporte Público Coletivo Urbano				
Iniciativa	02AS Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos				
Objetivo	Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.		Código: 584	Tipo: Temático	

Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.000.000,00	1.000.000,00		Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes		100,00

Identificação da Ação					
Código	10SS	Tipo: Temático			
Título	Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano				
Iniciativa	027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.	Código: 574	Tipo: Temático		
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.197.763,00	2.197.763,00				100,00

Identificação da Ação					
Código	13US			Tipo: Temático	
Título	Implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados - Aeromóvel				
Iniciativa	027X Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.	Código: 0574		Tipo: Temático	
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
7.117.832,00	939.557,09		Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal	% de execução física	13,00

Identificação da Ação					
Código	7L64			Tipo: Temático	
Título	Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS				
Iniciativa	027X Expansão e Melhoria da Malha Metroviária do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS				
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.	Código: 574		Tipo: Temático	
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito	Código: 2048		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A				
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria				

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
257.461.456,00	205.685.490,00		Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal	% de execução física	80,00

Fonte: SIAFI Gerencial

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	14TS			Tipo: Projeto			
Título	Adequação dos Sistemas de Trens a Acessibilidade Universal						
Iniciativa	029W Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência						
Objetivo	Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.			Código: 580	Tipo: Projeto		
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito			Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	56201- Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A						
Ação Prioritária	() Sim		(x) Não		Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC		
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.000.000,00	3.000.000,00	2.724.000,00	Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004	% de Execução	1	12	91

Identificação da Ação							
Código	14TT			Projeto			
Título	Modernização do Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS						
Iniciativa	0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos						
Objetivo	Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.			Código: 574	Tipo: Projeto		
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito			Código: 2048	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A						
Ação Prioritária	() Sim		(x) Não		Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC		
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.550.000,00	1.550.000,00	662.585,00	Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal	% Execução Física	1	3	43

Identificação da Ação							
Código	2000			Tipo: Projeto			
Título	Administração da Unidade						
Iniciativa							
Objetivo				Código:	Tipo:		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades			Código: 2116	Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A						
Ação Prioritária	() Sim		(x) Não		Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC		
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.800.000,00	1.800.000,00	1.044.664,00					58

Identificação da Ação							
Código	20YB			Tipo: Projeto			
Título	Fomento à Expansão e ao Fortalecimento de Sistemas de Trens Urbanos						
Iniciativa	02AS Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos						
Objetivo	Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.			Código: 584	Tipo: Projeto		
Programa	Mobilidade Urbana e Trânsito		Código: 2048		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A						
Ação Prioritária	() Sim		(x) Não		Caso positivo: () Brasil sem Miséria)PAC		
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.000.000,00	1.491.579,00	1.491.579,00	Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes	% de Execução	18	100	100

Identificação da Ação			
Código	2843		Tipo: Projeto
Título	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros		
Iniciativa			
Objetivo			Código:
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades		Tipo: Gestão
			Código: 2116

Unidade Orçamentária	56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A						
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
2.000.000,00	2.400.000,00	1.914.874,00	Passageiro Transportado	Unidade/dia útil	191.617	178.027	80

Fonte: SIAFI Gerencial

2.2.3.5 Análise Situacional

Com os recursos disponibilizados nas ações vinculadas a programas temáticos, sob a responsabilidade da TRENSURB, foram colocados em prática diversos projetos que contribuíram para a manutenção do sistema. Podemos citar a ação 1D73 a elaboração de estudo de viabilidade para a revitalização do centro do município de Canoas, que é composta pela passagem subterrânea do trem no centro do município com extensão aproximada de 1,2km entre as estações Fátima e Mathias Velho, deixando assim a estação Canoas em via subterrânea. No final do mês de janeiro de 2014, deve ser concluído o plano funcional da obra contendo as soluções geométricas da via e desvios, o método construtivo do túnel subterrâneo e os projetos de urbanização da área e da nova estação.

A ação 20YB, publicada na lei orçamentária anual, foi utilizada para a elaboração de estudos e projeto executivo para a expansão da linha i da TRENSURB até o Município de Sapiranga, na região metropolitana de Porto Alegre tendo sido executado 74,5% neste exercício e o restante inscrito em restos a pagar para liquidação conforme o andamento do estudo.

Na ação 14TT, foram realizados diversos projetos e estudos, dos quais podemos citar a Recuperação e Reforço do Viaduto Voluntários da Pátria. Este serviço visou corrigir irregularidades presentes no elevado da Av. Voluntários da Pátria em Porto Alegre, tais como deterioração do concreto, da armadura, infiltrações, trincas e desgaste de pavimentação devido a grandes deslocamentos da estrutura. O trabalho encontra-se finalizado. Recuperação parcial de pilares, pintura e instalação de nova cobertura na plataforma da estação Esteio, também concluído no início deste exercício.

Com a ação 14TS, foram licitados projetos para a contratação de empresas para a prestação de serviços de engenharia para a acessibilidade e das estações Rodoviária e Farrapos e a instalação de elevador na estação Esteio. Como a contratação dou-se ao final do exercício houve inscrição do projeto em restos a pagar que serão liquidados e pagos conforme as medições da área.

Para as ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços, a ação 2843, pode-se colocar em prática a realização de projeto com a Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, para a construção de usina solar fotovoltaica de 550 KWP, junto a estação Aeroporto e via do aeromóvel e a também foi possível contratar serviços de engenharia para a modernização e atualização tecnológica do parque de grupo geradores diesel – GGD's. A ação teve 50,65% de execução tendo sido inscritos em RAP os valores para conclusão dos projetos já iniciados. Já a ação 2000 que destina-se a investimentos não ligados a atividade fim, foi utilizada para a compra de bens imóveis necessários à consecução dos trabalhos administrativos e operacionais. Outros equipamentos como impressoras não fiscais para uso nas estações, projetor, ar condicionado entre

outros bens também foram adquiridos neste exercício. Foi executado o montante de 62,23% no exercício e inscritos em RAP os valores para conclusão dos processos licitados e em andamento.

As ações 0110, 20TP, 00H2 e 0022, que são despesas de pessoal, a dotação inicial não foi suficiente para atendimento dos compromissos, para tanto abriu-se pedidos de créditos suplementares, os quais atenderam plenamente as despesas. No total foi suplementado o orçamento no valor de R\$ 26.626.534,00.

As ações 2012, 2011, 2010, 2004, 2004, 002F, 2000, 6438, 4641, 2843, despesas correntes, serviram para custear atividades como pagamento de benefícios, serviços administrativos, manutenção e usos da frota de trens, manutenção e conservação e bens móveis e imóveis da união, pagamento de empresas terceirizadas, pagamento de pensões, depósitos recursais e demais atividades meio, necessárias à gestão e administração da unidade.

Conforme demonstrado, em algumas ações, para que pudéssemos utilizar todo o recurso disponível com as despesas já contratadas, foi necessário a inscrição em restos a pagar de contratações em que os bens e serviços não puderam ser entregues no exercício, mas que deverão ter sua execução no decorrer de 2014.

No exercício de 2013 também teve-se que adequar as despesas a disponibilidade orçamentária em virtude de contingenciamento ocorrido no último quadrimestre estabelecido pelo Decreto nº 8.062 de 29/07/2013 repassado pelo Ministério das Cidades para a TRENSURB em 19/09/2013. Para ajustar a execução, foram priorizadas as despesas já contratadas, e dos processos em contratação, mantiveram-se tramitando os que teriam maior impacto na melhoria da prestação do serviço e que estavam relacionados as diretrizes estratégicas da empresa. No total, executou-se 94,83 % da dotação orçamentária disponível para o ano de 2013.

2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

As informações deste item estão apresentadas no item 3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos deste relatório.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Tabela II - Estruturas de Gestão

Estrutura de Gestão	OBJETIVO	PARTICIPANTES	Documento de Homologação
<p>AGE ASSEMBLEIA DE ACIONISTAS</p>	<p>Órgão de deliberação superior da TRENSURB e tem as atribuições definidas na Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 e no Estatuto Social.</p>	<p>Representativo do corpo de acionistas da Sociedade</p>	<p>Organograma, Regimento Interno e Estatuto Social</p>
<p>AUDIN AUDITORIA INTERNA</p>	<p>Examinar o cumprimento das legislações fiscais, previdenciárias, trabalhistas, societárias e todas aquelas que envolvam as sociedades de economia mista, bem como o cumprimento das Normas de Procedimentos Gerais instituídas pela Empresa; Verificar a execução do orçamento da entidade, visando comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente; Verificar o desempenho da gestão da entidade, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e examinar os resultados quanto à economicidade, à eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais; Orientar subsidiariamente os dirigentes da entidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas; Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais; Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU; Elaborar e Executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria, aprovado pelo Conselho de Administração bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, a serem encaminhadas ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos na Instrução Normativa CGU e sem a presença do Diretor Presidente conforme estabelecido pela Resolução 03 da CGPAR; Testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão, admissão de pessoal; Verificar se os atos e fatos dos dirigentes estão em conformidade com as políticas, planos e diretrizes estabelecidas na empresa; Comunicar os resultados dos trabalhos de auditoria ao Presidente do Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e a Secretaria de Controle Interno, e certificar-se que foram tomadas as providências a respeito de suas observações e recomendações; Assessorar o Conselho Fiscal e atender aos órgãos de controle externos, quando das suas atuações junto à TRENSURB; Assessorar ao Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-Presidente da Empresa quando solicitado.</p>	<p>Estrutura de Gestão</p>	<p>Organograma, Regimento Interno e NPG AUD - 101 (Operacionalidade do trabalho da Auditoria Interna)</p>

AUDITORIA INDEPENDENTE	Prestação de serviço de auditoria independente, assistência e orientações na preparação de demonstrações contábeis.	Contratados	
CONSAD CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Órgão de gestão superior da Sociedade sob a forma de colegiado, convocado para tomada de decisões, relacionadas com as políticas e diretrizes da Empresa, aprovação do planejamento global a ser adotado para consecução dos seus objetivos, além do controle dos resultados globais.	Conselheiros (incluindo o Presidente da TRENSURB)	-
CONFIS CONSELHO FISCAL	Órgão de fiscalização dos atos dos administradores e da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da empresa, em funcionamento permanente.	Conselheiros (incluindo o Chefe da Auditoria Interna)	-
DIREX DIRETORIA EXECUTIVA	Analisar as estratégias e a performance organizacional da Empresa.	Presidente Diretores Superintendentes	-
COPEL COMISSÃO PERMANENTE DISCIPLINAR	Realizar procedimentos relativos aos processos disciplinares internos decorrentes da relação empregatícia.	Três membros efetivos e três suplentes	REP (Resolução da Presidência) nº 0325/2013
COPEL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES	Preparar a formalização da aquisição de bens, contratação de serviços e da alienação de bens residuais, segundo as normas internas da TRENSURB e a legislação federal pertinente.	Três membros efetivos e três suplentes	RED (Resolução da Diretoria) nº 0006/2002
CPAD COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS	Orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção com vistas a estabelecer prazos de guarda e destinação final do acervo de documentos da TRENSURB, considerando a Tabela de Temporalidade de Documentos - NPG-ORG-207, e a Resolução CONARQ nº 14, de 24 de outubro de 2001.	Um presidente e um analista de gestão dos seguintes processos: a) Assuntos Legais b) Econômica & Financeira c) Tecnologia de Informação d) Recursos Humanos	REP (Resolução da Presidência) nº 0274/2010
CIPA COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES	Finalidade de prevenir acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.	Cinco membros efetivos e cinco suplentes (indicados e eleitos)	REP (Resolução da Presidência) nº 0270/2013

COMISSÃO PERMANENTE DE REPRESENTANTES PATRIMONIAIS	Controle de todos os bens patrimoniais listados em sua Unidade Organizacional, mantendo atualizada a localização dos mesmos no sistema SICOB. Fazer parte nos Inventários de Bens Patrimoniais da Empresa. Trabalhar em conjunto com a GEORF e SECOP, no fornecimento e troca de informações que se fizerem necessárias à solução de problemas relacionados a bens patrimoniais.	Representantes patrimoniais indicados por cada UO	REP (Resolução da Presidência) nº 0319/2013
COMISSÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E IMÓVEIS DA TRENSURB	Realizar o Inventário dos Bens Patrimoniais Móveis e Imóveis da Empresa, conforme artigo. 96 da Lei 4.320/64.	Indicados pela DIRAF	REP (Resolução da Presidência) nº 0319/2013
COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS	Avaliar, analisar e classificar todos os bens e/ou materiais passíveis de alienação através de leilão ou doação.	Indicados pela DIRAF	REP (Resolução da Presidência) nº 0242/2010

Fonte: TRENSURB

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro A.3.2 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da Unidade

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X

14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica:					
A análise crítica encontra-se na forma de texto, no item abaixo do Quadro.					

Análise Crítica

Para a TRENSURB o Planejamento Estratégico é um instrumento macro de direcionamento dos objetivos corporativos da TRENSURB e é a partir da instituição deste instrumento que se programam os controles internos e o monitoramento é realizado.

Em dezembro de 2013 foi aprovado o novo Planejamento Estratégico para o horizonte de 2015 assumindo como posicionamento estratégico a busca do alinhamento da Empresa aos objetivos do Governo (acionista) e, perante o setor metroferroviário, se posicionar entre as melhores empresas do país em termos de qualidade dos serviços e eficiência econômica, sem, entretanto, abdicar do seu papel institucional.

Durante este processo de revisão do Planejamento Estratégico, diversos controles foram implementados para consecução dos objetivos traçados, entre os quais destacamos: o sistema de gestão baseado em indicadores de desempenho, a avaliação de desempenho através do Índice de Qualidade e Desempenho (IQD), cujo objetivo principal é apoiar o processo de implantação do modelo de gestão e; instrumentalizar, acompanhar e avaliar as ações que visam o atingimento dos objetivos estratégicos. Destacam-se também a Programa de Normatização de Processos (PNP), a gestão de projetos através da adesão ao mesmo software do Ministério das Cidades, denominado GEPnet.

A TRENSURB tem por referencia o Código de Conduta da Administração Federal o qual menciona que as autoridades públicas devem pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança do público em geral. Por tratar-se de uma Sociedade de Economia Mista dispõe de dois documentos pertinentes às apurações disciplinares: um Acordo Coletivo de Trabalho, que dentre os pontos acordados trata da questão disciplinar, e o Regulamento de Pessoal formalizado em norma de procedimento geral classificada como NPG-PES-701, cuja revisão ocorreu em 2012.

Cabe salientar que a Empresa não dispõe de Código de Ética, contudo este instrumento encontra-se em fase de finalização. O processo de construção é de coordenação da Gerência de Recursos Humanos em conjunto com o grupo de trabalho nomeado através de Resolução da Presidência (REP-0352/2012 de 09 de outubro de 2012) que normatizará os procedimentos à cerca das questões éticas nos relacionamentos internos e externos.

A organização do trabalho e a estrutura de cargos da TRENSURB estão definidas no SIRD – Sistema de Remuneração e Desenvolvimento, por este sistema, busca-se acompanhar os salários praticados no mercado.

Esse plano tem o objetivo de oferecer aos gestores uma estrutura de cargos e salários, políticas e procedimentos para o desenvolvimento e progressão salarial, bem como serve de base para a nomeação das delegações de autoridade que são realizadas formalmente por Resolução da Presidência.

Também relacionado à organização do trabalho, destacamos que por meio do Regimento Interno, fixou sob a forma de sistemas os chamados manuais de processos que estabelecem e disciplinam a execução de atividades, procedimentos e práticas de serviço para as seguintes atividades: Organização, Pessoal, Patrimônio, Contábil, Finanças, Operação, Manutenção, Suprimento, Assuntos Comerciais, Jurídico, Projetos, Tecnologia da Informação e Serviços Gerais. Os manuais de processos são constituídos por um conjunto de Normas de Procedimentos Gerais (NPG) que dispõem sobre a normalização de atividades do processo. Portanto os padrões de trabalho estão descritos em NPG's (Normas de Procedimentos Gerais) sendo sua publicação por meio de Resolução da Diretoria Executiva (RED) e sua divulgação ocorre através do portal Notes no aplicativo Normas Internas.

O processo de diagnóstico dos riscos empresariais ocorre desde 2003, sendo etapa inicial do processo de revisão do planejamento estratégico. A análise de ambiente externo é realizada utilizando o método SWOT e considerando as dimensões política, socioeconômica e tecnológica. Conforme norma de procedimento geral classificada como NPG-PLA-101 que tem por finalidade

estabelecer um conjunto de princípios orientadores para os processos de implantação e/ou revisão do Planejamento Estratégico, esse processo ocorre em um ciclo de quatro anos, e especificamente quanto à análise de ambiente externo envolve:

- Mercados abrangidos pela empresa, características atuais e tendências futuras, oportunidades e perspectivas;
- Concorrência ou competição, isto é, empresas que atuam no mercado, disputando os mesmos usuários, consumidores ou recursos;
- A conjuntura econômica, tendências políticas, sociais, culturais, legais etc., que afetam a sociedade e todas as demais empresas.

O método de análise de ambiente externo, assim como o ambiente interno, consiste na aplicação dos instrumentos de avaliação onde todos os aspectos de cada dimensão deverão ser respondidos considerando a probabilidade de ocorrência da tendência, como alta, média ou baixa; o impacto na Empresa, que poderá ser forte ou fraco e a identificação de ameaça e/ou oportunidade.

O resultado da última análise está classificado em matriz como segue:

Figura V - Matriz da Análise Ambiental

	POSITIVO	NEGATIVO
INTERNOS	<p>Criação de um sistema de avaliação institucional de seu desempenho baseado em indicadores.</p> <p>O planejamento estratégico da organização é convergente com as diretrizes do governo.</p> <p>Aumento da Tarifa. (Dimensão Orientação para Resultados)</p> <p>Integração com as principais tecnologias de bilhetagem. (SIM, TRI e TEU).</p> <p>Expansão até NH e Implantação e desenvolvimento da tecnologia aeromóvel.</p>	<p>A lotação dos Trens pode comprometer a imagem da empresa perante os usuários.</p> <p>É preciso melhorias na qualidade das estruturas (estações, layout interno dos trens, etc.)</p> <p>A empresa não possui consciência de custos implantada em todos os setores.</p> <p>Aumento da tarifa. (Dimensão Socioambiental)</p> <p>A Gestão do Conhecimento não permite a transição das gerações profissionais.</p>
EXTERNOS	<p>Foco na eficiência: Redução de custos, melhora no controle dos gastos públicos, racionalização dos processos e melhoria serviços prestados à sociedade.</p> <p>Alternativas inovadoras de gestão e relacionamento com o mercado.</p> <p>A Copa do Mundo como fator de melhorias em infraestrutura e transportes.</p>	<p>Aumento na expectativa de vida dos brasileiros.</p> <p>Manutenção do Modelo de Transporte que privilegia a mobilidade individual.</p> <p>Crescimento do transporte individual.</p> <p>Constituição de empresas operadoras de transportes pelas grandes empresas do setor de construção.</p>

Fonte: TRENSURB

Quanto aos *procedimentos de controle* afirmamos que as atividades de controle da Empresa estão adequadas, como já citado anteriormente, a prevenção e detecção de riscos, sendo que neste caso utilizamos do instrumento da análise SWOT; do plano de longo prazo, que evidenciamos o Planejamento Estratégico e que o recurso orçamentário destinado está adequado à previsão

orçamentária necessária e; que estes controles são abrangentes e estão relacionados as diretrizes estratégicas que definem este posicionamento rumo a 2015 os quais são:

- EFICIÊNCIA OPERACIONAL: Excelência no serviço aos usuários;
- EFICIÊNCIA ECONÔMICA: Uso eficiente dos recursos e redução progressiva da necessidade de subvenção federal;
- DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Investimento em projetos de infraestrutura e inovação tecnológica do setor metroferroviário;
- COMPROMISSO INSTITUCIONAL: No desenvolvimento do transporte público e na responsabilidade socioambiental.

Quanto ao elemento de estrutura *informação e comunicação* podemos informar que as principais decisões são tomadas em reuniões da Diretoria Executiva, que ocorrem semanalmente, cabendo ao Conselho de Administração a validação e homologação das decisões estratégicas. As decisões são comunicadas pelo Gabinete da Presidência que utiliza de instrumentos formais de comunicação. Cabe as gerencias e chefias a implementação das decisões tomadas.

Os Fóruns de Gestores tem como objetivo apresentar resultados, ações, projetos e principalmente as principais decisões de gestão. Sua finalidade precípua é a apresentação da evolução das estratégias adotadas pela alta administração da Empresa.

Entre os principais meios de comunicação internos, podemos citar o Informativo TRENSURB, distribuído quinzenalmente a todos empregados, Intranet e Comunicações Internas através de instrumentos formais da empresa.

Os meios de comunicação disponibilizados pela Empresa tem a função de identificar as necessidades para a melhoria continua dos serviços prestados, estão descritos no capítulo 10 deste relatório.

Cabe destacar que quanto ao *monitoramento* ratifica-se que o sistema de controle utilizado pela TRENSURB em todos os níveis necessários é adequado e constantemente monitorado, através da constituição do CQD (Comitê de Qualidade e Desempenho) que tem como atribuições acompanhar o processo de implantação do Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho e definição do IQD (Índice de Qualidade e Desempenho) visando garantir a melhoria continua e o atendimento das metas.

O índice de qualidade e desempenho é obtido analisando quatro atributos: implantação do sistema de indicadores, modo de gestão do sistema de indicadores, planos de melhorias e resultados conforme detalhado na sequencia.

1 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INDICADORES

- 1.1 Os indicadores definidos para a UO foram implantados
- 1.2 Os indicadores implantados estão desdobrados adequadamente para acompanhamento, controle e análise efetiva.
- 1.3 A apresentação dos indicadores é realizada no padrão solicitado pela empresa.

2 MODO DE GESTÃO DO SISTEMA DE INDICADORES

- 2.1 Os indicadores e planos de ação são mantidos atualizados pela UO no sistema e padrão solicitado pela empresa
- 2.2 A chefia promove reuniões sistemáticas com os empregados a fim de compartilhar as informações
- 2.3 A chefia promove e incentiva trabalho em equipe
- 2.4 O sistema de gestão é implementado pela estrutura de gestão formal

2.5 Toda documentação necessária (atas de reuniões, planos de ações, análise e solução dos problemas, mudanças de melhoria) é gerada e arquivada adequadamente

3 PLANOS DE MELHORIAS

3.1 Os planos de ação são implementados por uma sistemática regular continuada.

3.2 A comparação entre metas e indicadores é repassada aos empregados.

4 RESULTADOS

4.1 Os resultados pretendidos pelos planos de ação propostos estão orientados às metas estabelecidas para cada indicador.

Por este método buscamos refinar o monitoramento dos controles internos sob uma ótica dos critérios de excelência dos Prêmios de Qualidade como PGQP, ANTP e GesPública, os quais a TRENSURB é adesa.

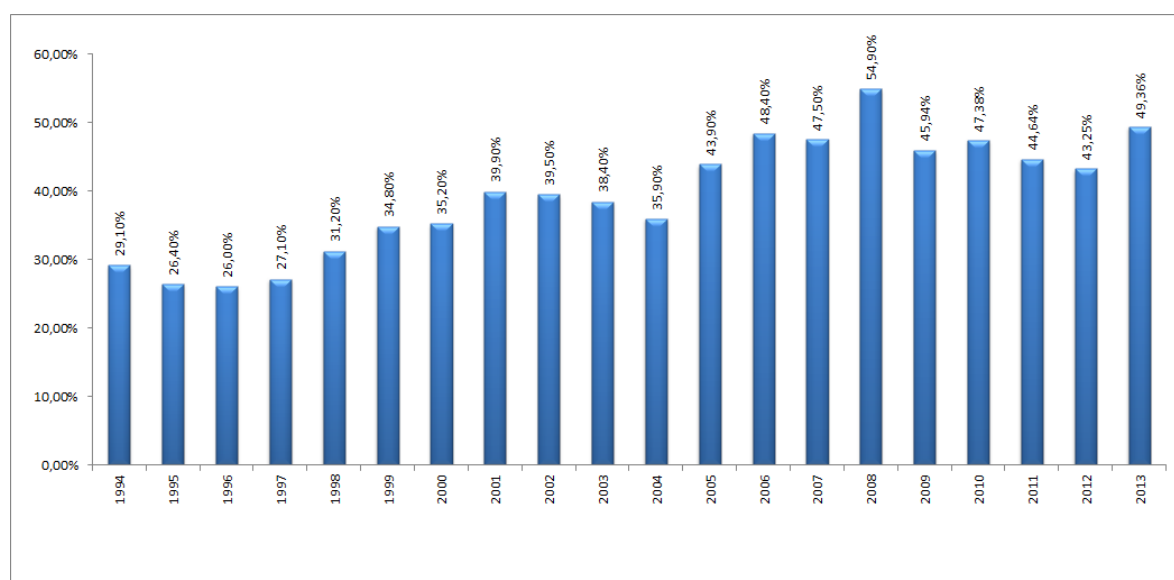
INDICADORES DE DESEMPENHO “DESTAQUES”

Em relação aos controles internos, apresentam-se os principais indicadores de desempenho da TRENSURB.

Taxa de Cobertura Operacional

A Taxa de Cobertura Operacional - TCO é o principal índice financeiro da TRENSURB e seu crescimento é um dos objetivos permanentes da Empresa. Este indicador de desempenho mede a cobertura econômica com receitas próprias, frente às despesas para seu funcionamento.

Figura VI - Gráfico Evolução Taxa de Cobertura Operacional



Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

O gráfico anterior demonstra a evolução da TCO desde 1994 a 2013. Conforme pode ser observado, houve um crescimento de 6,11% na cobertura com receitas próprias de 2012 (43,25%) para 2013 (49,36). Esta melhoria significativa é a combinação da melhora do desempenho com receitas próprias como da redução de gastos.

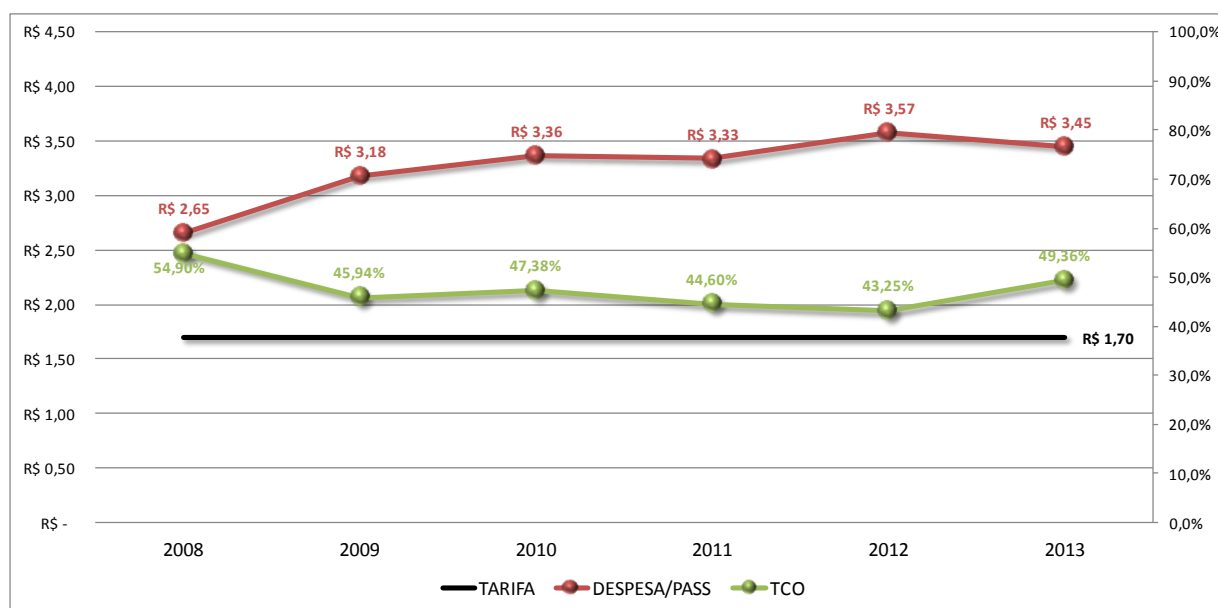
Redução das despesas

A redução de gastos engloba principalmente melhorias decorrentes da implantação do Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho; desonerações tributárias do Governo Federal e redução do custo com Energia Elétrica.

Redução do custo por passageiro transportado

Conforme mostra o gráfico a seguir, o custo por passageiro transportado cai na mesma relação da melhoria da TCO, de R\$ 3,57 por passageiro transportado em 2012 para R\$ 3,45 por passageiro transportado em 2013. Isso num cenário em que a tarifa da TRENSURB se manteve sem reajuste.

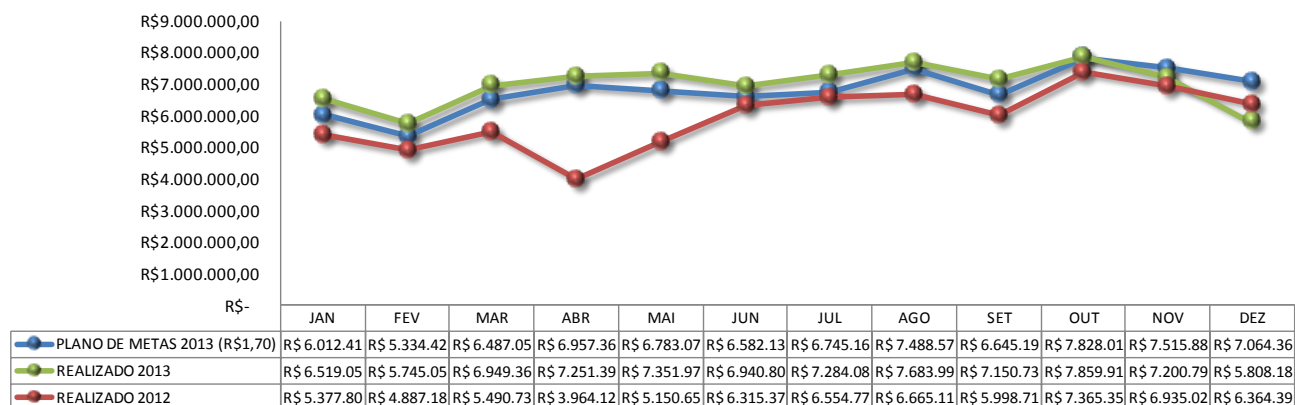
Figura VII - Gráfico Evolução Custo por Passageiro Transportado



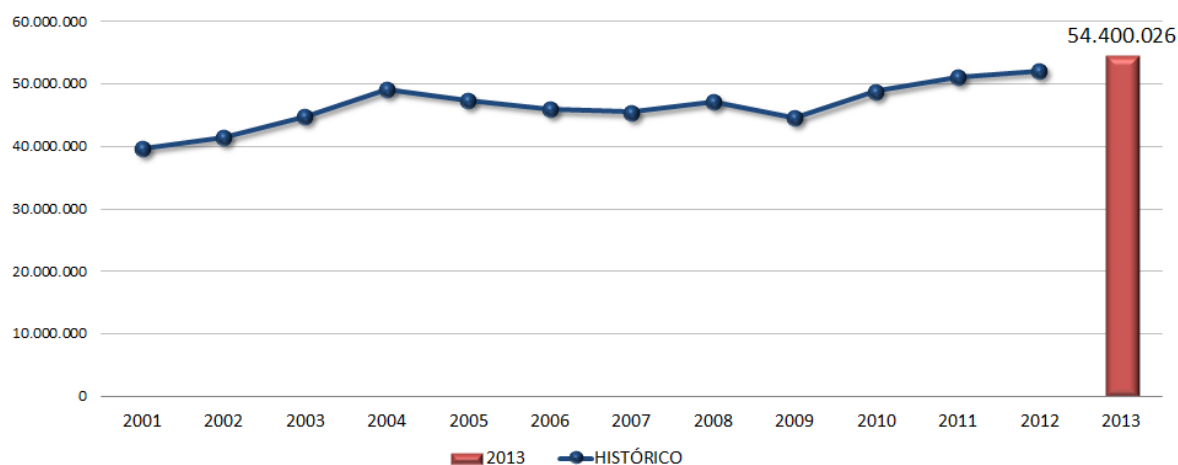
Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Receita Operacional de Transporte

A seguir os gráficos demonstram o aumento de 17,84% da principal Receita da TRENSURB no ano de 2013 em relação ao mesmo período de 2012 e um aumento de 4,75% nos passageiros transportados no mesmo período.

Figura VIII - Gráfico Receita Operacional de Transporte

Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Figura IX - Gráfico Evolução Passageiros Transportados

Fonte: Diário Operacional TRENSURB

O crescimento percentualmente superior da receita, comparativamente ao aumento percentual do número de passageiros transportados, é explicado pela reconversão de passageiros do sistema de integração trem-ônibus - no qual há desconto nas tarifas para os usuários, para passageiros exclusivamente da TRENSURB, os quais pagam a tarifa integral. Esta alteração deve-se basicamente aos avanços na implantação do sistema de bilhetagem eletrônica, o qual elimina a possibilidade de aquisição de um volume desproporcional de bilhetes para a integração, principalmente através da modalidade Vale Transporte.

Índice de Eficiência Operacional (IEO)

Implementado no final de 2012, o Índice de Eficiência Operacional consolidou-se em 2013 como um sistema inédito de acompanhamento objetivo do serviço oferecido ao usuário/cliente/cidadão. É baseado num sistema desenvolvido tecnicamente pela Empresa, que relaciona a performance de

todos os itens operacionais e de manutenção que afetam a qualidade do serviço para o usuário, que combinados entre si compõem uma nota de avaliação interna da qualidade do serviço ofertado.

A construção do modelo para gerar o IEO teve como premissa o preconizado na norma europeia EN13816 (Transporte Público de Passageiros - Definição da qualidade de serviço, objetivos e medições) cujo ponto central é o ponto de vista do usuário/cliente/cidadão em termos da qualidade esperada versus qualidade percebida.

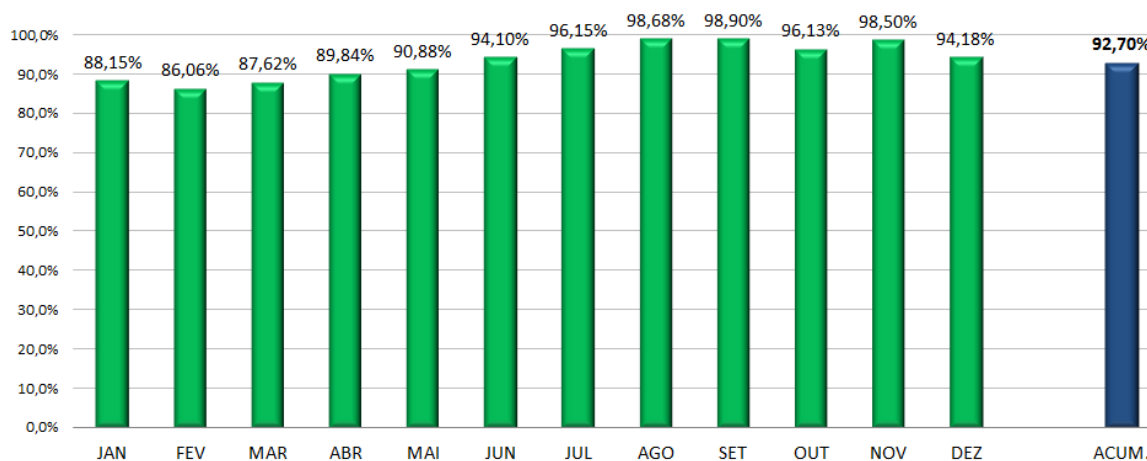
O IEO relaciona, de forma estruturada e sistêmica, os quatro atributos distintivos que qualificam o transporte metroferroviário de passageiros – Disponibilidade, Regularidade, Segurança e Atendimento/Conforto. No processo de construção do modelo os atributos foram desdobrados em 08 Indicadores Chave de Desempenho, 14 Itens de Controle, 29 Itens de Verificação e 292 Famílias de Equipamentos e/ou Ocorrências e Subfamílias de Equipamentos e/ou Ocorrências.

Através do acompanhamento diário dos atributos é possível não apenas de identificar o nível da qualidade das atividades operacionais executadas cotidianamente mas, também, atuar na correção de rumos e falhas com a brevidade necessária para evitar prejuízos à expectativa dos nossos usuários/clientes/cidadãos

Os resultados operacionais do ano de 2013, quantificados no IEO quando comparados diretamente à pesquisa de satisfação dos usuários demonstra um elevado grau de aderência do sistema de avaliação interno com a percepção dos usuários do serviço da TRENSURB. Enquanto que na pesquisa de satisfação, na avaliação geral do serviço, os usuários da TRENSURB atribuíram o índice de 94,70% de satisfação. O índice de eficiência operacional (IEO) de 2013, apurado pela administração foi de 92,70%.

Com o sistema implantado, a administração busca constantemente a identificação das ações sobre todos os itens do sistema, para superar as expectativas dos clientes/usuários/cidadãos. Manter padrões de excelência atingidos e superar aqueles que apresentam desempenho não satisfatório é o foco principal da administração com o sistema implantado.

Figura X - Gráfico Índice de Eficiência Operacional (IEO)

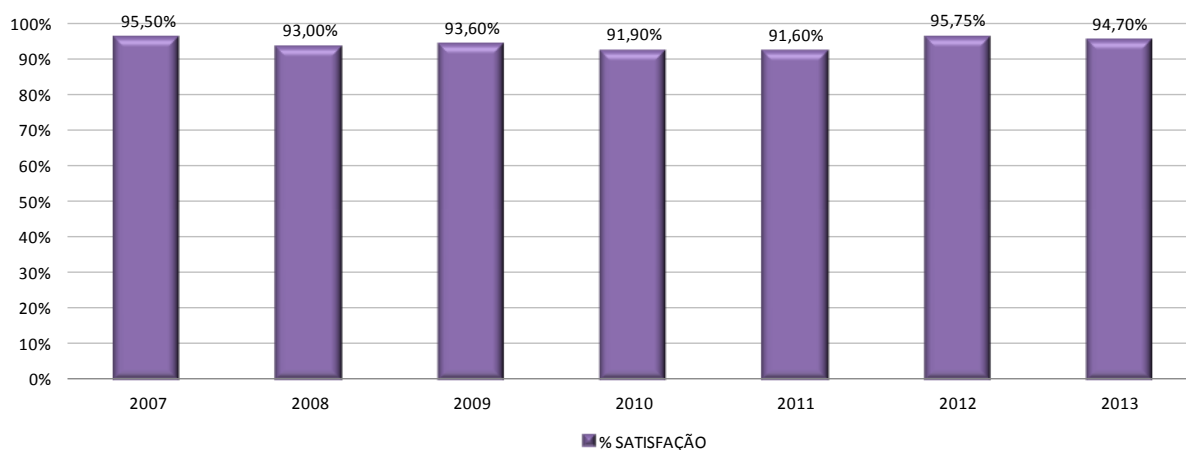


Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Pesquisa de satisfação

A TREN SURB presta um serviço que não só é essencial para o Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre, como o faz com qualidade. A mais recente pesquisa anual de satisfação e perfil dos usuários da TREN SURB aponta índice geral de satisfação de 94,70%, mantendo o histórico de avaliações positivas do serviço oferecido pela empresa.

Figura XI - Gráfico Evolução Pesquisa Satisfação Usuários



Fonte: GEPLA (Gerência de Planejamento Corporativo)

Fonte: Empresa Voice Inteligência

Obs.: O índice de Satisfação Geral é uma pergunta formulada diretamente.

A Pesquisa de Satisfação e Perfil dos Usuários é realizada anualmente através de empresa contratada. A metodologia consistiu em uma pesquisa quantitativa estratificada, com aplicação de um questionário estruturado e padronizado, composto por questões fechadas, separadamente, escalares e em sua maioria de múltipla escolha.

Conforme determinação do Termo de Referência que orienta o estudo, os questionários foram aplicados junto a uma amostra dos usuários do sistema TREN SURB, com entrevistas distribuídas por cotas de acordo com a circulação de passageiros em cada uma das 19 estações. As entrevistas foram realizadas pessoais (face a face), por meio de abordagens espontâneas.

O instrumento de coleta de dados apresentado pela equipe técnica da TREN SURB é dividido em 8 eixos. São eles: Hábitos de deslocamento, Nível de satisfação de serviços, Percepção de melhorias de serviços, Utilização e importância de canais de atendimento/comunicação, Utilização e avaliação do Sistema de Integração e Perfil dos Usuários.

A pesquisa foi realizada no período de 25 de setembro a 03 de outubro de 2013, nas 19 estações que compõem a linha da TREN SURB, nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

A amostra definida durante a execução dos trabalhos para a pesquisa foi de 3.000 entrevistas, sendo 2.460 (82%) nos dias úteis e 540 (18%) no final de semana.

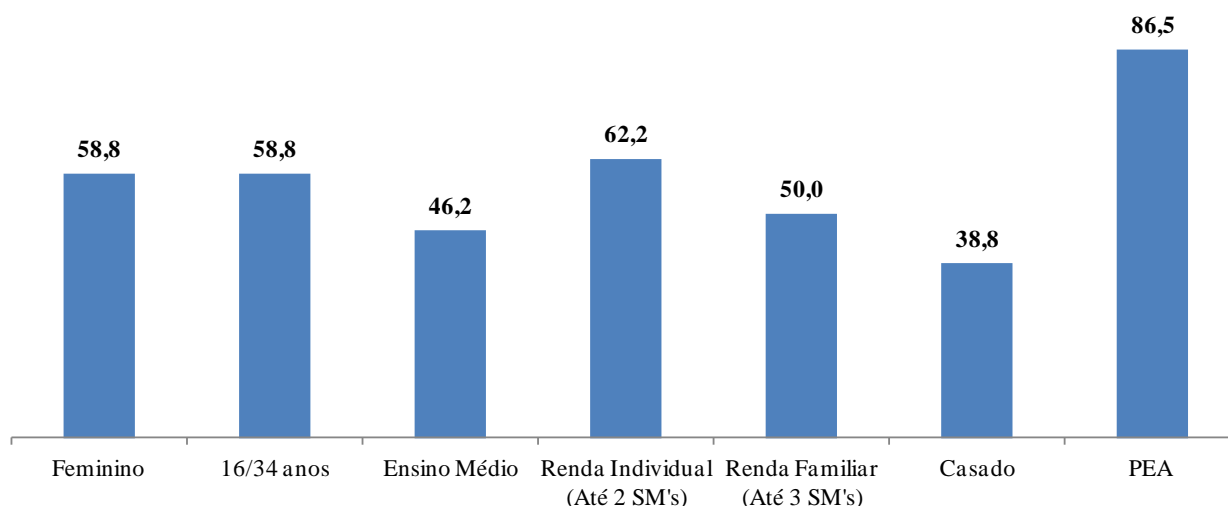
Constatou-se que 62,4% dos usuários utilizam o sistema há mais de cinco anos, mesma tendência dos estudos anteriores. O principal motivo relatado para a utilização do trem é Rapidez (81,4%). Neste ano, como segunda maior tendência, apareceu com alta taxa a questão do Preço (58,2%); em sequência, Pontualidade (25,3%).

Em relação ao Perfil dos entrevistados, a pesquisa confirmou a tendência dos anos anteriores em relação a gênero. As mulheres continuam sendo o maior número de usuários (57,7%). Os jovens

de 16 a 34 anos somam cerca de 58,8%, enquanto as pessoas acima de 55 anos, apenas 10%. 26% têm Curso Fundamental, mesmo que incompleto, e 46,2%, o ensino Médio. Cerca de 1/4 dos usuários tem o curso Superior completo ou incompleto. 62,2% dos usuários ganham individualmente no máximo até 04 Salários Mínimos (SM's). 7% ganham mais de 04 SM's. 50% têm renda familiar até 03 SM's. Outros 23,4%, mais de 04 SM's.

Por estado civil, os solteiros somam 51% e os casados 39%. A maioria esmagadora dos usuários compõe a População Economicamente Ativa (PEA) - 86,5%.

Figura XII - Gráfico Perfil Socioeconômico dos Usuários



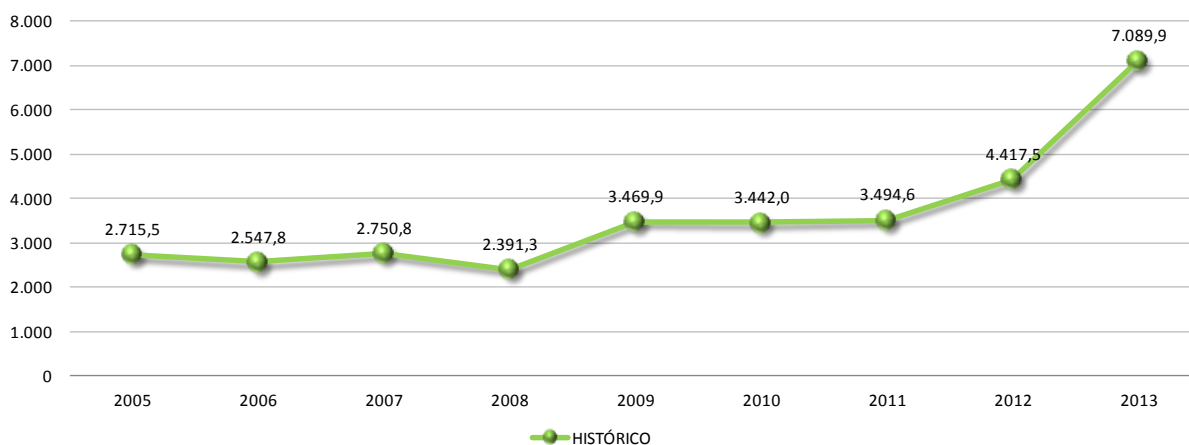
Fonte: Empresa Voice Inteligência

Uma vez concluída a maior parte de coleta de dados da pesquisa quantitativa, se deu início ao planejamento e à aplicação da Pesquisa de Natureza Qualitativa. Esta modalidade de pesquisa pretendeu apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados.

O recrutamento dos convidados foi baseado no cadastro obtido na pesquisa quantitativa e, proporcionalmente, nas características dos usuários. Para a realização da pesquisa qualitativa com grupo de referência, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, de modo a se aprofundar em determinadas questões que precisavam ser exploradas. O Grupo Focal (GP) foi composto entre 11 participantes (caracterizando os diferentes tipos de usuários), realizado em setembro de 2013.

Quilometragem Média Rodada entre Falhas ou Avarias (MKBF)

Como resultado da adoção de melhores práticas um aumento de 50,72% no índice MKBF, um indicador padrão de performance adotado mundialmente pelo setor metroferroviário. Em junho de 2013, foi alcançado o recorde histórico de 10.407 km percorridos entre falhas.

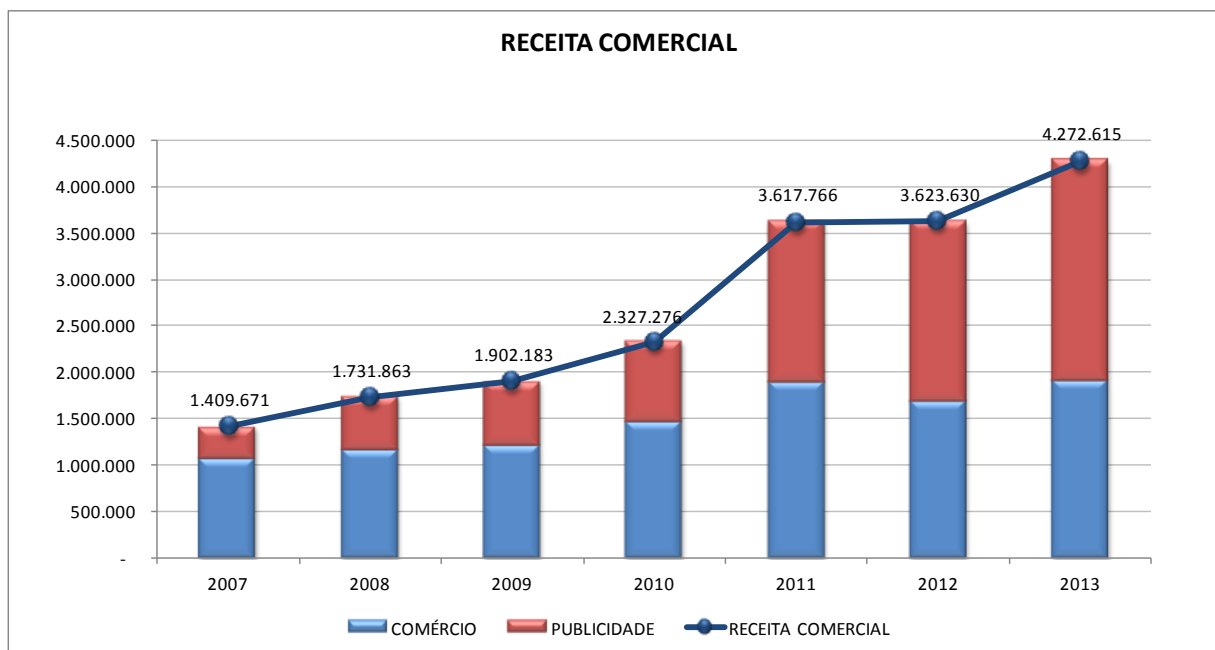
Figura XIII - Gráfico Evolução MKBF

Fonte: GEMAN (Gerência de Manutenção)

Receita Comercial

Seguindo uma tendência do setor metroferroviário, a TRENSURB tem procurado desenvolver negócios associados ao negócio principal, que contribuam para o aumento de receitas e, ao mesmo tempo, qualifiquem o serviço oferecido aos usuários, gerando facilidades agregadas ao transporte. Baseando-se no fato de que o perfil econômico dos usuários é praticamente das classes sociais C e D, e que estas estão em plena ascensão, ampliando sua busca por bens de consumo e gastos por impulso, os espaços dentro do sistema de transporte tornam-se cada vez mais atrativos aos empreendedores/investidores. O portfólio de produtos compreende a exploração de espaços comerciais e publicitários nas estações, trens e nos entornos do sistema, através de lojas, quiosques, estacionamentos, equipamentos de autoatendimento bancário, painéis do tipo front light e envelopamento externo de TUE's, entre outros. Que contribuíram para a arrecadação de R\$ 4.273 mil em 2013, apresentando um crescimento de 17,91% em relação ao ano anterior, passando de R\$1.732 mil em 2008 para o patamar de R\$4 milhões em 2013, representando 4,62% do total de receitas da empresa. O gráfico abaixo demonstra a evolução da Receita Comercial desde o ano de 2007.

Figura XIV - Gráfico Evolução Receita Comercial

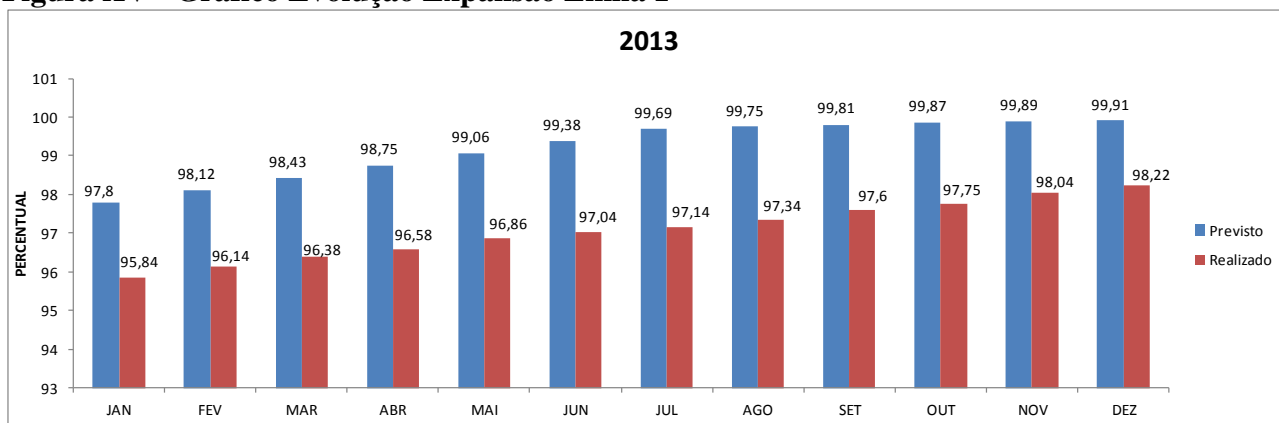


Fonte: GECOM (Gerência Comercial)

Expansão São Leopoldo - Novo Hamburgo

Uma das principais realizações da Empresa foi a conclusão do Projeto Original da Linha 1 até o Centro do Município de Novo Hamburgo. A Expansão envolveu a construção de mais 9,3 Quilômetros de Linha 1, alcançando-se 43 Km de extensão de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Todo o trecho Novo é estruturado em Via Elevada e comporta 05 Novas Estações (As Duas primeiras já em operação): Estação Rio dos Sinos, no Município de São Leopoldo, e as Estações Santo Afonso, Industrial e Fenac, no Município de Novo Hamburgo.

Figura XV - Gráfico Evolução Expansão Linha 1



Fonte: GEDEN (Gerência de Desenvolvimento de Engenharia)

O ano de 2013 foi marcado pela conclusão de empreendimentos significativos e estratégicos e o início de novos projetos importantes para o futuro da Empresa e de seus usuários.

Aquisição de novos TUE's: Em 2013 iniciou a fabricação dos 15 novos TUE'S, contratados no final de 2013, os quais serão entregues a partir de maio de 2014. O objetivo deste investimento é ampliar a capacidade de transporte da Empresa em razão do crescimento da demanda e da expansão e proporcionar maior qualidade de atendimento à população do Eixo Norte da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Programa de renovação e modernização das Estações: Em 2013 a TRENSURB iniciou ações de renovação das demais estações e dos ambientes de trabalho. O programa de renovação e modernização inclui a adequação de todas as suas estações à legislação de acessibilidade universal. Os serviços incluem a instalação de elevadores, pisos podotáteis (para auxiliar deficientes visuais), sinalizações, corrimãos, rampas, adequação de sanitários e outras adaptações, bem como a renovação de pinturas e a recuperação de estruturas e equipamentos já existentes. O programa terá prosseguimento em 2014 até a sua conclusão.

Novo sistema de bilhetagem eletrônica: A implantação da bilhetagem eletrônica tem como objetivo criar condições para desenvolver a interoperabilidade com os demais sistemas em operação na cidade de Porto Alegre e demais municípios da região metropolitana de Porto Alegre – RMPA. A bilhetagem eletrônica já está implantada em todas as estações da TRENSURB. Permite maior controle do fluxo de passageiros e da receita, aumento da receita por eliminar distorções na comercialização e utilização de créditos de viagem e a diminuição do risco de roubos e assaltos a bilheterias.

Modernizações da Frota: Em 2013 a TRENSURB consolidou o projeto de modernização da frota atual de TUE's, encaminhando para apreciação governamental e inclusão nos próximos programas federais de investimentos. O objetivo é propiciar maior qualidade aos usuários, como a climatização, melhorias no layout interno e acessibilidade, e comunicação visual e sonora nos carros. Este último com potencialidade para melhorar a audição das mensagens, inclusão de equipamentos e dispositivos para orientar usuários com deficiência auditiva ou visual, instalação de câmeras para monitoramento do interior dos carros e parte externa, mapa dinâmico visual das estações, dispositivos de emergência para comunicação, indicador de destino e outros.

Expansão do Sistema de Novo Hamburgo à Sapiranga: Este investimento tem a finalidade de elaborar estudos e projetos executivos para implantação de 15 km de metrô, em via elevada, visando a expansão da operação do metrô desde Novo Hamburgo até Sapiranga. A necessidade de suprir os deslocamentos entre esses dois pólos, e deles com Porto Alegre, justifica esta expansão do sistema, além de constituir-se em importante alternativa à BR - 116 e RS - 239 no que tange aos seus atuais estados de saturação.

Passagem Subterrânea do Sistema de Trens Urbanos no município de Canoas: Este investimento visa à realização de plano funcional e projetos executivos para a implantação de uma passagem subterrânea da linha da TRENSURB na região central do município de Canoas, com uma extensão aproximada de 1,2 km, restabelecendo a integridade do centro histórico proporcionando permeabilidade a área central, diminuição do impacto visual e sonoro, valorização dos espaços públicos, melhoria da qualidade ambiental e satisfação da população.

DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

A consolidação do papel institucional da TRENSURB tem por objetivo fortalecer a imagem da Empresa e ampliar o seu espaço institucional perante a sociedade através da indicação de políticas públicas para o setor de transporte no contexto metropolitano, implantação de programa de políticas socioambientais e do fortalecimento institucional das políticas assistenciais. O serviço oferecido pela TRENSURB estrutura o transporte público no eixo norte da Região Metropolitana de Porto Alegre, diminuindo a circulação de veículos rodoviários e emissão de poluentes na atmosfera.

Comprometida com o desenvolvimento sustentável, a TRENSURB desenvolve várias iniciativas que ajudam a preservar o meio ambiente. Em novembro de 2013, a TRENSURB lançou a campanha #TrensurbSustentável nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram e blog). A ideia é apresentar ao público as práticas e modelos de gestão socioambiental aos quais a empresa vem aderindo e aprimorando ao longo dos anos.

Principais projetos de sustentabilidade ambiental e social

- ✓ Coleta seletiva;
- ✓ Captação de água da chuva e reaproveitamento da água da lavagem dos trens;
- ✓ Plano de Logística Sustentável (PLS);
- ✓ Campanha do Agasalho;
- ✓ Estação Educar;
- ✓ Biblioteca Livros sob Trilhos;
- ✓ Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - iniciativa do Ministério do Meio Ambiente - MMA e seu objetivo é promover a internalização dos princípios de sustentabilidade socioambiental nos órgãos e entidades públicos.

É importante destacar que ao desenvolver seu serviço de transporte, a TRENSURB utiliza energia limpa e renovável contribuindo para a redução da poluição ambiental. Os indicadores econômicos de um sistema de transporte estão vinculados às externalidades que são geradas e que agridem ou possam influenciar o meio ambiente.

Contabilizou-se uma economia total de R\$ 81,147 milhões a partir da estimação dos custos unitários das externalidades. A tabela abaixo apresenta, para efeito comparativo, as economias auferidas pela comunidade provenientes das economias geradas pela introdução do modal metroviário.

Tabela III -Quadro resumo - Indicadores Econômicos

	Unidade	Quantidades
DEMANDA ANUAL	passageiros/ano	54.246.230
DEMANDA MENSAL	passageiros/mês	4.520.519,17
DEMANDA ANUAL DE VIAGENS DE ONIBUS	N.viagens.onibus/ano	774.946,14
DEMANDA ONIBUS MÉDIA MENSAL	onibus/mês	64.578,85
DISTANCIA PERCORRIDA POR VIAGEM - Mercado - Sto. Afonso	km	38,10
DISTANCIA PERCORRIDA PELA FROTA ADICIONAL DE ONIBUS POR ANO	km	29.525.448,04
NECESSIDADE DE FROTA ADICIONAL DE ONIBUS NO MÊS	km/mês	2.460.454,00
CONSUMO MÉDIO DE ÔNIBUS URBANO	km/litro	2,30
CONSUMO MÉDIO TOTAL POR MÊS	LITROS/ MÊS	5.659.044,21
CONSUMO TOTAL DE COMBUSTÍVEL	LITROS/ANO	67.908.530,50
TAXA DE CAMBIO US\$/R\$ - dez 2013	R\$	2,35

TOTAL DAS DESECONOMIAS 2013	R\$	Representatividade
Custo emissões de poluentes	R\$ 8.192.667,92	10,096%
Economia de Combustível	R\$ 30.167.305,61	37,176%
Custo com Acidentes	R\$ 11.564.045,75	14,251%
Economia tempo de viagem	R\$ 31.223.161,31	38,477%
TOTAL	R\$ 81.147.180,58	100,000%

Fonte: SERAM (Setor de Responsabilidade Socioambiental)

3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal

1) Base normativa da remuneração

Ofício nº 398/DEST-MP de 08 de abril de 2013, inciso IV do art.6º do Decreto 7675, de 20 de Janeiro de 2012, Ata da Assembléia TRENSURB, de 12 de abril de 2013.

2) Prática de remuneração

Delega ao Conselho de Administração competência para efetuar a distribuição individual dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o montante global e deduzida a parte destinada ao Conselho de Administração, condicionada esta delegação de competência à observância dos valores individuais constantes no quadro 3.3.3.

Fixa os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da diretoria, excluídos os valores relativos a: cedência , adicional e abono pecuniário de férias , auxílio alimentação e plano de saúde.

3) Composição da remuneração

A) A descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Honorários, gratificação natalina, adicional de férias, auxílio alimentação e plano de saúde.

B) A proporção de cada elemento na remuneração total:

Vide Quadros 3.3.2 e 3.3.3

C) A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Atualmente, o reajuste é feito através do IPCA acumulado de Abril a Março do ano seguinte. Depois de reajustados e aprovados pela DIREX, todos os valores são encaminhados para aprovação do DEST.

D) As razões que justificam a composição da remuneração:

As funções da diretoria executiva têm incumbências e responsabilidades relativas a todos os papéis necessários à administração propriamente dita, bem como conduzir os negócios vislumbrando o futuro, seja no âmbito externo e interno, em nível diretivo ou executivo, através das gerências que lhe são afetadas organizacionalmente.

- 4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;
- 5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;
- 6) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada;
- 7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;
- 8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia;
- 9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:
 - a) termos e condições gerais;
 - b) objetivos do plano;
 - c) número máximo de ações abrangidas;
 - d) condições de aquisições de ações;
 - e) forma de liquidação;
 - f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.
- 10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:
 - a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);
 - b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;
 - c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);
 - d) a descrição dos benefícios oferecidos.

Itens 4 A 10 – NÃO SE APLICAM.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Cavalheiro, A. J. S.	01/01/2013	31/12/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.128,04	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	2.128,04	26.877,38
Macedo, A. C.	01/01/2013	10/11/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.521,61	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	0,00	25.142,91
Nascimento, C.	01/01/2013	31/12/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.521,61	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	2.128,04	27.270,95
Konzen, F.	01/01/2013	31/12/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.521,61	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	2.128,04	27.270,95
Kasper, H.	01/01/2013	31/12/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.128,04	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	2.128,04	26.877,38
Gomes, M. O.	01/01/2013	31/12/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.521,61	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	2.128,04	27.270,95
Total geral			11.981,10	11.981,10	11.981,10	11.981,10	11.981,10	11.981,10	14.342,52	12.768,24	12.768,24	12.768,24	25.536,48	10.640,20	160.710,42

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Monteiro, F. A. (T)	01/01/2013	25/11/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.521,61	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	0,00	25.142,91
Anjos, J. R. (T)	01/01/2013	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.996,85	131,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.128,04
Filho, J. A. C. (T)	01/01/2013	31/12/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.521,61	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	2.128,04	27.270,95
Cavalcante, L. H. F.S (T)	01/01/2013	31/12/2013	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	1.996,85	2.521,61	2.128,04	2.128,04	2.128,04	4.256,08	2.128,04	27.270,95
Bitencourt, O. L. L. (S)	01/01/2013	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Miranda, L. H. P. (S)	01/01/2013	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral			5.990,55	5.990,55	5.990,55	5.990,55	5.990,55	7.987,40	7.696,02	6.384,12	6.384,12	6.384,12	12.768,24	4.256,08	81.812,85

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.3.3.3 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	3	3	3
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	858.770,53	779.711,46	927.291,29
<i>a) salário ou pró-labore</i>	837.080,33	756.560,70	912.434,93
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	21.690,20	23.150,76	14.856,36
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	858.770,53	779.711,46	927.291,29
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) / SIAFI

Quadro A.3.3.3.1 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração - CONSAD			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	6	6	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	160.710,52	142.453,08	136.495,35
<i>a) salário ou pró-labore</i>	160.710,52	142.453,08	136.495,35
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>			
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	160.710,52	142.453,08	136.495,35
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) e Relatório Gestão anos anteriores.

Quadro A.3.3.3.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal - CONFIS			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	4T, 2S	5 T, 1S	3 T, 4 S
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	81.812,85	75.915,97	75.207,08
<i>a) salário ou pró-labore</i>	81.812,85	75.915,97	75.207,08
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>			
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0	0
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	81.812,85	75.915,97	75.207,08
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) e Relatório Gestão anos anteriores.

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro A.3.3.4 - Detalhamento de itens da Remuneração Variável dos Administradores -N.A.

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

A atividade do Sistema de Correição da TRENSURB está regulamentada pela Norma de Procedimentos Gerais – NPG – PES -701, na qual constam as responsabilidades de cada unidade organizacional, comissões e empregados.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

A TRENSURB está adotando medidas para estar em consonância com os preceitos contidos nos 4º e 5º da Portaria 1043, de 24 de Junho de 2007, da Controladoria Geral da União – CGU. Para tanto, o acesso ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU–PAD) já foi disponibilizado e está sendo providenciado o registro das informações relativas aos processos disciplinares no CGU-PAD.

No ano de 2013 foram registrados 04 (quatro) processos junto ao sistema da CGU-PAD.

3.6 INDICADORES

Conforme orientação da Portaria TCU número 175/2013 página 74, os indicadores de desempenho estão elencados no item 3.2 deste relatório.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1.1 Programação

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro A.4.1.1 - Programação de Despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO: 56201		UGO: 275060	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		95.993.790,00		96.921.028,00	
CRÉDITOS	Suplementares		26.626.534,00		1.428.421,00
	Especiais	Abertos			4.493.365,00
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
	Créditos Cancelados				(20.473,00)
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		122.620.324,00	-	102.822.341,00	
Dotação final 2012(B)		112.443.201,00		90.849.755,00	
Varição (A/B-1)*100		(8,30)		(11,64)	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		10.350.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares		400.000,00		
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos	7.858.229,00		
	Créditos Cancelados		(8.366.650,00)		
Outras Operações					
Dotação final 2013 (A)		10.241.579,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		441.498.501,00			
Varição (A/B-1)*100		(97,68)			

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.1.1 Análise Crítica

A Lei de Orçamento Anual – LOA, estimou para o exercício de 2013 dotação orçamentária que se mostrou insuficiente para atender a todas as necessidades da empresa. Somando-se a isso, os cortes no orçamento, impostos pelo Decreto 7995/2013, tornou-se impossível a realização de diversos projetos que haviam sido planejados para o exercício.

A disponibilidade de recursos orçamentários pelo Governo Federal, sempre muito aquém das necessidades, faz com que a Empresa tenha que optar por realizar partes de projetos, deixando assim de executá-los integralmente, sendo isto prejudicial à execução, pois realiza-se alguns em detrimento de outros.

Para as despesas de pessoal, o valor estipulado em lei não foi suficiente, fazendo com que a Empresa tivesse que abrir pedidos de créditos suplementares no SIOP, para poder honrar seus compromissos. Os recursos disponibilizados tiveram uma execução aproximada de 97,96%.

As outras despesas correntes tiveram créditos adicionais, para a ação 2012- Auxílio Alimentação foi solicitado um crédito no valor de R\$ 760.000,00, a ação 2010 – Assistência Pré-escolar foi suplementada em R\$ 50.000,00, já para a ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica o montante foi de R\$ 510.000,00, sem o que a TRENSURB não poderia honrar os compromissos assumidos com empresas contratadas para a prestação dos serviços. Para a conclusão dos estudos de elaboração de plano funcional e consequentes projetos básicos e executivos da variante da Linha 1 da TRENSURB no município de Canoas para o rebaixamento da estação Canoas, o Ministério das Cidades ofereceu um destaque de recursos no valor de R\$ 4.493.365,00 que somado a outros dois destaques, servirá para conclusão do projeto. A execução destas despesas atingiu o percentual de 95,00% no exercício.

Os créditos para as despesas de investimento, também não se mostraram suficientes, mesmo que a Empresa não tenha utilizado toda a dotação estimada em lei. O Decreto contingenciando os créditos e mais o limite de empenho imposto, fizeram com que os poucos recursos disponibilizados não fossem utilizados em sua totalidade. No decorrer do exercício foram abertos créditos adicionais que somaram R\$ 400.000,00, mas que não puderam ser utilizados, pois não havia limite para tanto. Na ação de Fomento a Expansão, houve um remanejamento de crédito no valor de R\$ 508.421,00, para as ações 2843, mas que não foram utilizados por não haver limite orçamentário. Mesmo com os limites impostos no exercício, executou-se um percentual de 100% dos créditos disponíveis e 76,53% dos créditos estimados em lei.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.1.2.1 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa – N.A.
Quadro A.4.1.2.2 - Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	560003	275060	15.451.2054.1D73.0001			4.493.365,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

Quadro A.4.1.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária:	Código UO: 56201		UGO: 275060	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	54.869.307,45	201.058.643,36	50.647.735,55	148.530.289,40
a) Convite	132.245,69	103.197,80	127.166,58	101.894,42
b) Tomada de Preços	578.052,66	1.451.348,31	532.281,06	1.395.068,63
c) Concorrência	24.778.148,38	121.347.294,55	21.937.455,81	119.700.370,83
d) Pregão	29.380.860,72	29.405.602,70	28.050.832,10	27.332.955,52
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		48.751.200,00		
2. Contratações Diretas (h+i)	26.479.981,66	33.613.591,50	25.985.743,23	32.953.934,44
h) Dispensa	3.522.500,41	4.592.938,91	3.442.600,78	4.168.344,78
i) Inexigibilidade	22.957.481,25	29.020.652,59	22.543.142,45	28.785.589,66
3. Regime de Execução Especial	20.235,97	1.508,24	20.235,97	1.508,24
j) Suprimento de Fundos	20.235,97	1.508,24	20.235,97	1.508,24
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	120.044.594,01	108.507.604,64	117.397.741,12	108.246.924,64
k) Pagamento em Folha	119.829.944,01	108.329.642,64	117.183.091,12	108.068.962,64
l) Diárias	214.650,00	177.962,00	214.650,00	177.962,00
5. Outros	120.815.167,58	31.968.129,27	120.168.289,89	31.887.018,12
6. Total (1+2+3+4+5)	322.229.286,67	375.149.477,01	314.219.745,76	321.619.674,84

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Executados Diretamente pela UJ

Não aplicável.

Quadro A.4.1.3.2 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ – N.A.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total

Quadro A.4.1.3.3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A			Código UO: 56201				UGO: 275060	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
<i>1. Despesas de Pessoal</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<i>Vencimentos e Vantagens Fixas</i>	63.170.196,99	58.748.121,55	63.167.673,67	58.748.121,55	2.523,32	-	62.019.046,83	58.517.736,18
<i>Obrigações Patronais</i>	27.213.170,20	24.855.465,42	27.213.170,20	24.855.465,42	-	-	25.715.320,15	24.855.465,42
<i>Sentenças Judiciais</i>	24.645.542,45	18.434.644,97	24.645.542,45	18.434.644,97	-	-	24.645.166,45	18.434.144,97
<i>Demais elementos do grupo</i>	4.803.557,69	6.291.410,40	4.803.557,69	6.291.410,40	-	-	4.803.557,69	6.261.616,07
2. Juros e Encargos da Dívida								
<i>1º elemento de despesa</i>								
<i>2º elemento de despesa</i>								
<i>3º elemento de despesa</i>								
<i>Demais elementos do grupo</i>								
3. Outras Despesas Correntes								
<i>Outros Serviços de Terceiros</i>	77.642.568,42	72.519.028,00	69.213.015,61	67.703.036,06	8.429.552,81	4.815.991,94	65.677.991,73	65.187.461,05
<i>Material de Consumo</i>	9.187.796,53	11.904.003,91	7.599.748,79	8.898.565,63	1.588.047,74	3.005.438,28	7.311.379,29	7.695.846,42
<i>Serviços de Consultoria</i>	5.023.295,47	737.547,24	2.183.508,86	255.832,63	2.839.786,61	481.714,61	1.582.987,98	232.830,33
<i>Demais elementos do grupo</i>	3.982.318,19	3.568.754,81	3.732.328,59	3.400.314,75	249.989,60	168.440,06	3.724.052,22	3.346.564,91
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
<i>4. Investimentos</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<i>Obras e Instalações</i>	3.937.071,72	159.089.810,74	281.082,58	107.544.560,86	3.655.989,14	51.545.249,88	281.082,58	106.861.031,13

Equipam. e Mat. Permanente	2.409.051,69	262.409.786,91	1.000.372,26	49.301.990,39	1.408.679,43	213.107.796,52	930.116,72	541.738,94
Serviços de Consultoria	1.491.578,59	1.000.000,00	559.341,96	-	932.236,63	1.000.000,00	345.953,00	-
Demais elementos do grupo	-	11.140.674,35	-	11.011.094,55	-	129.579,80	-	11.011.094,55
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ

Não aplicável.

Quadro A.4.1.3.4 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários - Valores Executados Diretamente pela UJ – N.A.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Conforme orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013 da Portaria TCU Nº 175, de 12 de julho de 2013, não é necessário à discriminação dos quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

Quadro A.4.1.3.5 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação – N.A.

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Conforme orientações quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2013 da Portaria TCU Nº 175, de 12 de julho de 2013, não é necessário à discriminação dos quadros deste demonstrativo, pois são semelhantes aos quadros explanados no conjunto de demonstrativos associado à execução orçamentária de créditos originários da UJ.

Quadro A.4.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação – N.A.

4.1.3.7 Análise Crítica da Realização da Despesa

Fixados os limites na lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2013, constatou-se que os recursos não seriam suficientes para a manutenção, conservação das atividades administrativa e operacional de toda a estrutura da planta metroviária, a Empresa com certeza deveria solicitar créditos suplementares ao orçamento, como de fato ocorreu.

Para a conclusão dos estudos de projetos de rebaixamento da estação Canoas no município de Canoas/RS, o Ministério das Cidades fez um destaque para a TRENSURB no valor de R\$ 4.493.365,00, que juntamente com outros destaques em exercícios anteriores serviram para dar continuidade aos pagamentos efetuados a Consultoria que somam R\$ 3.149.556,34, representando 53,36% de realização financeira.

A realização física contempla os seguintes itens principais: Plano Funcional em conclusão, restando finalizar o relatório preliminar de impacto ambiental e documentos complementares; o projeto básico urbanístico e de circulação, o projeto operacional e plano de vias do trem, o projeto dos túneis, integração intermodal e projeto da nova estação Canoas, com percentual superior a 50%.

As despesas executadas por modalidade de licitação não tiveram uma discrepância de valores de um exercício para outro, a não ser nas modalidades concorrência, que devido a obra de expansão da linha até o município de Novo Hamburgo, obteve valores de liquidação e pagamento muito maiores aos executados em 2013 e na modalidade regime diferenciado de contratação, devido a compra dos novos trens. As contratações diretas, o regime de execução especial, pagamento de pessoal e outros, também não sofreram muitas alterações de valores de um exercício para outro.

Da mesma forma, a execução por elemento e grupo de despesa, obteve uma diferença de valores nos grupos e elementos referentes a aquisição dos novos trens e as obras de expansão da linha até o município de Novo Hamburgo, recursos estes que são oriundos de restos a pagar de exercícios anteriores que ainda refletem na execução orçamentária.

Os aspectos negativos estão evidenciados nos valores estipulados na Lei Orçamentária, somado aos cortes impostos e as limitações de empenho no exercício. A Empresa sujeita a estes cortes, se vê obrigada a executar projetos de menor importância, deixando de colocar em prática outros tantos de maior impacto nos serviços oferecidos aos usuários do sistema. Projetos como a adequação do sistema à acessibilidade Universal, que tem decreto estipulando prazo para conclusão e ainda a reforma das estações tipo.

Quanto aos aspectos positivos, a execução em 100% dos recursos que não foram contingenciados, mesmo com o pouco tempo para a conclusão dos trabalhos de licitação, pesquisa de preços e o empenho das despesas, utilizou-se de forma criteriosa os valores disponibilizados, atendendo a todas as necessidades prementes à gestão administrativa e operacional da Empresa.

4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência **Posição em 31.12.2013**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A									
CNPJ: 90.976.853/0001-56					UG/GESTÃO: 275060				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
4	001/2009	88.814.693/0001-60	34.900.000,00		1.600.312,25	34.857.488,41	14/12/2009	13/12/2013	4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Gerencial

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
CNPJ:	90.976.853/0001-56					
UG/GESTÃO:	275060/27208					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso				1.600.312,25	6.900.429,90	10.678.306,67
Totais	0	0	0	1.600.312,25	6.900.429,90	10.678.306,67

Fonte: SIAFI Gerencial

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termos de Cooperação e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente					
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A					
CNPJ: 90.976.853/0001-56			UG/GESTÃO: 275060/27208		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		1.600.312,25	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		6.900.429,90	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

2011	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		10.678.306,67	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI Gerencial

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A							
CNPJ: 90.976.853/000156			UG/GESTÃO: 275060/27208				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2013	Quantidade de Contas Prestadas						
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		1		
			Quantidade Reprovada				
			Quantidade de TCE				
			Montante Repassado (R\$)		1.600.312,25		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
			Montante Repassado (R\$)				
			Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
					Quantidade Reprovada		
	Quantidade de TCE						
	Montante Repassado (R\$)						
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade				
Montante Repassado (R\$)							
2012	Quantidade de contas prestadas						
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		1			
		Quantidade Reprovada					
		Quantidade de TCE					
		Montante repassado		6.900.429,90			

	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
2011	Quantidade de Contas Prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante Repassado		10.678.306,67
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado				
Exercícios Anteriores a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Fonte: SIAFI Gerencial				

4.4.5 Análise Crítica

Termo de Compromisso assinado entre a TRENSURB a Prefeitura Municipal de São Leopoldo e a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (na condição de agente interveniente), para a realização de obras e serviços de implantação de infraestrutura em área própria do município de São Leopoldo como também a construção de unidades habitacionais para o assentamento de famílias ocupantes da faixa de implantação da obra.

O valor total do termo importa em R\$ 34.900.000,00, sendo que no exercício de 2013, foram repassados valores na ordem de R\$ 1.600.312,25, somando um total já repassado de R\$ 34.857.488,41.

As últimas medições do termo já foram realizadas está sendo aguardando de parte da Prefeitura de São Leopoldo os respectivos termos de recebimento do contrato, para que o Termo de Compromisso seja encerrado.

4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

Quadro A.5.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1186	1156	95	74
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1186	1156	95	74
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1186	1156	95	74
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	23	23	5	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	1209	1179	100	79

Fonte: SISAC (Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões)

Fonte: CAGED (Cadastro geral de empregados e desempregados)

O provimento dos Cargos de Confiança de Gabinete da Presidência e Gerência Jurídica estão autorizados em duas modalidades: servidor de carreira vinculado ao órgão ou empregado sem vínculo. Atualmente as Funções Gratificadas Gabinete de Presidência e Gerência Jurídica são ocupadas por servidores sem vínculo.

5.1.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	14
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	11
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas RE 1089 (Cedência autorizada pelo MP. Amparo Legal: Parágrafo 6º Art. 93 Lei 8112/90); RE 110 (CC. Amparo Legal: Decreto 2355/87 e Decreto 2410/88); RE 1082 (Requisitado pela AGU. Amparo Legal: Art. 47 da Lei Complementar nº 73 de 10/02/93, c/c o Artigo 5º da Lei 8682/93)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	3
4.1. Doença em Pessoa da Família	2
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	2
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	19

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	23	23	5	5
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	23	23	5	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo*	23	23	5	5
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas**	135	132	28	28
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	135	132	28	28
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	158	155	33	33

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

* Cargos em Comissão- sob regime de trabalho da legislação trabalhista em vigor .

** Ingressos (designação) e Egressos (exoneração) da função de confiança.

O provimento dos Cargos de Confiança de Gabinete da Presidência e Gerência Jurídica estão autorizados em duas modalidades: servidor de carreira vinculado ao órgão ou empregado sem vínculo. Atualmente as Funções Gratificadas Gabinete de Presidência e Gerência Jurídica são ocupadas por servidores sem vínculo.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segunda a Idade

Quadro A.5.1.2.2 Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	173	154	185	431	58
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	173	154	185	429	58
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	16	37	24	70	8
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior*	3	6	6	7	1
2.3. Funções Gratificadas	13	31	18	63	7
3. Totais (1+2)	189	191	209	501	66

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

* Cargos em Comissão- sob regime de trabalho da legislação trabalhista em vigor .

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segunda a Escolaridade

Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	71	89	659	168	14	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			71	89	659	168	14		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	1	6	72	58	18	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1	1	8	13			
2.3. Funções Gratificadas				5	64	45	18		
3. Totais (1+2)	0	0	72	95	731	226	32	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

5.1.3 Demonstração de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.3 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2013	29.845.640,25	549.307,56	4.883.732,86	15.473.595,23	473.963,92	0,00	3.379.840,19	0,00	24.711.320,85	79.317.400,85
	2012	30.066.260,90	470.873,17	4.460.816,32	14.331.780,75	567.259,56	0,00	5.051.426,24	0,00	18.434.644,97	73.383.061,92
	2011	28.770.937,70	293.367,83	4.216.247,87	13.748.937,17	538.937,41	3.327,76	5.775.297,80	0,00	15.083.624,15	68.430.677,69
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	392.637,67	0,00	36.047,10	21.161,89	0,00	0,00	14.178,23	0,00	0,00	464.024,90
	2012	388.395,01	0,00	35.657,60	20.933,23	0,00	0,00	14.025,03	0,00	0,00	459.010,86
	2011	357.931,99	0,00	32.860,86	19.291,37	0,00	0,00	12.925,00	0,00	0,00	423.009,22
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013		858.770,53								858.770,53
	2012		779.711,46								779.711,46
	2011		620.750,27								620.750,27
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2013		7.113.679,43								7.113.679,43
	2012		7.283.536,35								7.283.536,35
	2011		6.357.600,22								6.357.600,22

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

Fonte: SIAFI (Sistema de Administração Financeira)

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.1.4.1 Qualificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Não aplicável a natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de Dezembro - N.A.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões pagas pela Unidade Jurisdicionada

Não aplicável a natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12 - N.A.

5.1.5 Cadastramento no SISAC

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	95	80	95	80
Concessão de aposentadoria	-		-	
Concessão de pensão civil	-		-	
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-		-	
Concessão de reforma	-		-	
Concessão de pensão militar	-		-	
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-		-	
Totais	95	80	95	80

SISAC (Sistema de Apreciação dos Atos de Admissões e Concessões)

5.1.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	74	97	74	97
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento	8	02	8	02
Totais	82	99	82	99

SISAC (Sistema de Apreciação dos Atos de Admissões e Concessões)

5.1.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	2	6	5	82
Concessão de aposentadoria	-	-	-	-
Concessão de pensão civil	-	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente	-	-	-	-
Concessão de reforma	-	-	-	-
Concessão de pensão militar	-	-	-	-
Alteração do fundamento legal de ato concessório	-	-	-	-
Total	2	6	5	82
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	1	13	25	35
Cancelamento de concessão	-	-	-	-
Cancelamento de desligamento	-	2	-	6
Total	1	15	25	41

SISAC (Sistema de Apreciação dos Atos de Admissões e Concessões)

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio Físico

Não aplicável a natureza jurídica da TRENSURB.

Quadro A.5.1.5.4 - Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art.14 da IN TCU 55/2007) - N.A.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Setor de Pessoal no processo de admissão na fase de checagem dos pré-requisitos verifica se o candidato já exerce algum cargo público que seja vedado a acumulação. No caso afirmativo o candidato deverá apresentar a exoneração no Diário Oficial ou desligamento da empresa anterior na carteira de trabalho. Na fase final da admissão o candidato declara formalmente que não exerce cargo público em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ao final do processo de admissão esta declaração assinada é arquivada na pasta funcional.

5.1.7 Providências Adotadas nos casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não ocorreu neste período.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Acidentes de trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicadores: Taxa de Frequência e Taxa de Gravidade de acidentes de trabalho.

Tem como objetivo classificar a empresa utilizando-se a taxa de frequência e a taxa de gravidade de acidentes de trabalho, conforme o número de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais e o número de dias perdidos e de dias debitados, de acordo com os padrões estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho.

Tabela IV - Padrão Organização Internacional do Trabalho – OIT

CONCEITO	TAXA DE FREQUENCIA	TAXA DE GRAVIDADE
MUITO BOA	0 A 20	0 A 500
BOA	20 A 40	500 A 1000
REGULAR	40 A 60	1000 A 2000
PÉSSIMA	ACIMA DE 60	ACIMA DE 2000

Fonte: OIT (Organização Internacional do Trabalho)

Classificação da empresa conforme padrão OIT

Meta – Retornar ao conceito *MUITO BOA* na taxa de frequência e retornar ao conceito *MUITO BOA* na taxa de gravidade de acidentes de trabalho.

Tabela V - Histórico Taxa de Frequência e de Gravidade de Acidentes de Trabalho

ANO	TAXA DE FREQUÊNCIA	CONCEITO	TAXA DE GRAVIDADE	CONCEITO
2010	13,68	MUITO BOA	287,17	MUITO BOA
2011	16,52	MUITO BOA	3006,92	PÉSSIMA
2012	38,93	BOA	2328,33	PÉSSIMA
2013	27,07	BOA	2190,58	PESSIMA

Fonte: SESET (Setor de Higiene e Segurança do Trabalho)

A tabela a seguir demonstra o quantitativo de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais por Ano, Tipo, N° absoluto e Número de empregados.

Tabela VI - Quantitativos Acidentes de Trabalho

ANO	COM AFASTAMENTO	SEM AFASTAMENTO	TRAJETO	DOENÇAS OCUPACIONAIS	TOTAL	MÉDIA DE EMPREGADOS
2010	23	12	11	0	46	1091
2011	26	14	9	0	49	1085
2012	63	13	6	10	92	1103
2013	30	19	8	6	63	1156

Fonte: SESET (Setor de Higiene e Segurança do Trabalho)

Verifica-se que a Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho, assim como constatado em 2012, apresenta valores mais elevados do que os historicamente registrados. Tal aumento deve-se a dois motivos, sendo eles:

1. Até o ano de 2011, contabilizávamos apenas acidentes de trabalho e não doenças profissionais e do trabalho. Como o INSS tem convertido diversos benefícios previdenciários de código B31 (auxílio doença previdenciário) em código B91 (auxílio doença acidentário), ou seja, em doenças profissionais e do trabalho, essas doenças devem passar a ser contabilizadas nas estatísticas de acidentes de trabalho. No ano de 2013, tivemos 06 doenças profissionais e do trabalho.
2. Até o ano de 2011, não havia um consenso em relação à emissão de CATs por estresse pós-traumático decorrente de assaltos nas estações. A partir de 2012, após reunião entre SESET e Clínica Equilíbrio (clínica de atendimento psicológico que presta serviço para a Trensurb), ficou definida a emissão de CAT para todos os funcionários vitimados nos assaltos. No ano de 2013, tivemos 11 CATs decorrentes de assaltos nas estações. Importante destacar que, neste âmbito, o SESET pouco pode atuar.

Embora a taxa de frequência tenha se elevado, entende-se que houve uma evolução, pois acidentes e doenças deixaram de ser subnotificados, e passou-se a agir para evitá-los.

Também se verificam valores mais elevados na Taxa de Gravidade de Acidentes de Trabalho em relação aos anos anteriores (exceto quanto ao ano de 2011, em que houve um acidente de trabalho fatal) pelos mesmos motivos expostos em relação à Taxa de Frequência. A contabilização dos dias não trabalhados em decorrência de assaltos nas estações e, especialmente, em consequência de doenças profissionais e doenças do trabalho (muitas vezes meses ou até mesmo anos de afastamento do trabalho), tem gerado uma taxa de gravidade muito elevada.

Para buscar a redução das ocorrências de acidentes de trabalho, o SESET tem realizado ações de caráter ativo e passivo. Em relação à prevenção ativa, o setor realiza inspeções periódicas nas áreas e atividades e ministra treinamentos de instrução e conscientização. Em relação à prevenção passiva, realiza a análise dos acidentes de trabalho e, quando cabível, encaminha sugestões de melhorias, competindo às Gerências e aos Setores envolvidos a efetivação das medidas propostas.

Com o intuito de reduzir os assaltos nas estações e, conseqüentemente, as CATs por estresse pós-traumático, a TRENSURB tem atuado na substituição dos bilhetes de papel por cartão eletrônico, bem como criou, em 2012, um Grupo de Trabalho para estudar a melhoria do padrão das cabinas de controle das estações, visando tanto questões de segurança quanto questões ergonômicas, de forma que as sugestões propostas pelo grupo encontram-se em fase de estudo e implantação.

Absenteísmo

O índice de absenteísmo tem como objeto medir percentualmente a quantidade de horas em que o empregado deixa de exercer suas funções por faltas justificadas ou não, com exceção dos seguintes eventos: aposentadoria por invalidez, afastados por doenças e acidentes (atestados maiores que 15 dias), liberados para o sindicato, contratos suspensos e licenças não remuneradas.

Meta – Redução do índice em análise.

Tabela VII - Índice de absenteísmo

Ano	2011	2012	2013
Absenteísmo (%)*	3,37	4,74	4,42

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégia)

*Média ano.

Rotatividade (turnover)

O indicador de rotatividade de pessoal mede a relação entre desligamentos (voluntários ou involuntários) e admissões.

Meta – Manter o decréscimo do índice em análise.

Tabela VIII - Índice de Rotatividade anual

Ano	2011	2012	2013
Rotatividade (%)*	10,03	9,60	8,12

* Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégia)

*Acumulado ano.

Tabela IX -Admissões e Desligamentos

Ano	2011	2012	2013
Admissões	106	80	95
Desligamentos	173	97	74

Fonte: SISAC (Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissões e Concessões)

Satisfação e Motivação dos empregados

A pesquisa de clima organizacional aufere o índice de satisfação dos empregados. O resultado da pesquisa é obtido através de pergunta direta e segmentada por cargo, sexo, tempo de empresa e setor. Os objetos mensurados são: relações de trabalho, condições físicas de trabalho, comunicação interna, benefícios, salário, imagem da empresa, liderança, motivação, valorização do empregado, desenvolvimento e orientação para resultados. Para fins de comparações buscamos as Pesquisas anteriores, analisando assim os resultados e ações criadas a partir deles.

Observa-se que não houve alterações significativas no nível de satisfação de 2013 (53%) comparado ao de 2011 (54%), apenas a diminuição de um ponto percentual no nível de satisfação e consequente aumento de um ponto percentual no nível de insatisfação.

Analisando de forma ampla observa-se que os empregados gostam do que fazem, apresentam relações interpessoais satisfatórias na maioria das equipes e sentem orgulho em trabalhar na empresa, fatores estes primordiais para a motivação e produtividade em um grupo, já os itens com resultados insatisfatórios poderão ser trabalhados com baixo ou nenhum custo para a empresa,

Os principais resultados obtidos na Pesquisa de Clima da TRENSURB 2013, realizada nos meses de Novembro e Dezembro de 2013 foram tabulados em forma de relatório resgatando o histórico das pesquisas já realizadas, conceito metodológico dos critérios, itens que compõe a ferramenta utilizada e planos de ação para os pontos que encontram-se abaixo das expectativas da empresa e empregados.

Tabela X - Pesquisa de Clima Organizacional - Índice Geral

ANO*	MÉDIAS (%)
2009	70
2011	54
2013	53

Fonte: GEREH (Gerência de Recursos Humanos)

*Frequência da pesquisa cada 2 anos.

Meta – Aumentar os índices alcançados.

Desempenho Funcional

A avaliação é realizada anualmente nos empregados com mais de 12 (doze) meses no cargo, padrão e processo com desempenho satisfatório.

O desempenho dos empregados é medido através do Instrumento aferidor de desempenho (IA), onde o empregado é avaliado pelo seu superior imediato, de acordo com as regras definidas em Resolução da Diretoria Executiva.

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não ocorreu neste período.

Quadro A.5.2.1- Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada - N.O.

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não ocorreu neste período.

Quadro A.5.2.2 – Autorizações Para realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados - N.O.

5.2.3 - Informações sobre a contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - Trensurb S/A													
UG/Gestão: 275060						CNPJ:90.976.853/0001-56							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	07.120.030/2008	07.725.673/0001-58	24/11/2008	23/11/2014	11	11					P
2011	L	O	01.120.011/2001	07.454.361/0001-57	17/03/2011	16/03/2014	13	13					
2008	L	O	07.120.011/2008	87.252.938/0001-87	12/06/2008	11/06/2014	120	120					
2013	V	E	07.120.021/2013	92.653.666/0001-67	06/07/2013	05/07/2013			21	21			
2012	L	O	01.120.038/2012	94.517.794/0001-09	30/06/2012	29/06/2014	18	18					
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SEACO (Setor de Administração de Contratos)

5.2.4 - Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não ocorreu neste período.

Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra – N.O.

5.2.5 - Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Como estratégia de gestão dos recursos (humanos e financeiros), a TRENURB tem realizado há alguns exercícios a terceirização dos serviços de vigilância patrimonial, limpeza das áreas de manutenção, operação e administrativa, bem como a terceirização do serviço de limpeza dos TUES (Trens Unidade Elétrica). Os contratos veem operando normalmente, e sua gestão está distribuída pela empresa, conforme sua área de atuação. Os gestores são orientados a acompanharem a fiscalização dos serviços e registrarem qualquer evento que comprometa a boa execução e continuidade da relação pactuada. Constatou-se que não foi evidenciada nenhuma situação de descumprimento contratual durante o exercício de 2013 já que não foram registrados pelos gestores, problemas de interrupção na realização das atividades. Nestes serviços, também não se evidencia o não pagamento, por parte das contratadas, das verbas trabalhistas e previdenciárias.

5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	184	178	180	190	455.980,71
1.1 Área Fim	6	7	6	6	8.661,78
1.2 Área Meio	178	171	174	184	447.318,93
2. Nível Médio	161	155	148	138	404.010,05
2.1 Área Fim	19	17	17	14	51.351,97
2.2 Área Meio	142	138	131	124	352.658,08
3. Total (1+2)	345	333	328	328	859.990,76

Fonte: Sistema SIAFI referente ao pagamento da bolsa auxílio dos estagiários.

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) **Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997.

NORMA DE PROCEDIMENTO GERAL NPG – APOIO ADMINISTRATIVO APA NPG-APA-101 - CONTROLE DE UTILIZAÇÃO, CONDUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS RODOVIÁRIOS.

NPG-APA-113 MULTAS DE TRÂNSITO.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:

Os veículos são adaptados com equipamentos especiais como guinchos, elevadores e rodeiros para realização das atividades de manutenção em via férrea e movimentação de trilhos e dormentes.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

VEÍCULOS DE MANUTENÇÃO

4 veículos rodoviários equipados com guincho;

3 veículos rodoferroviários equipados com plataforma, rodeiros e guincho.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:

Veículos rodoviários: 12.000 km

Veículos rodoferroviários: 2.750 km.

Fonte: Formulário de Autorização de Saída de Veículos

Sistema de Gerenciamento de utilização/movimentação de Veículos – SIGEV.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

Veículos rodoviários: 29 anos

Veículos rodoferroviários: 16 anos.

UO Responsável: Setor de Contabilidade e Patrimônio – SECOP

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

Veículos rodoviários: R\$ 29.800,00

Veículos rodoferroviários: R\$ 13.200,00.

UO's Responsáveis: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO e Setor de Oficina - SEOFI

g) Plano de substituição da frota:

Não.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

A gestão é realizada através dos seguintes controles:

Sistema de Gerenciamento de utilização/movimentação de Veículos – SIGEV.

Abastecimento através de Cartão Corporativo em rede de postos credenciada.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de Terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:

Renovação permanente da frota de veículos automotores sejam camionetes ou de passeio, eliminação da oficina de manutenção e seus respectivos controles e insumos. Redução de pessoal da oficina.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:

CRS - Comercial de Veículos Ltda. / CNPJ 93969707-0001/91 e Rural Rental Service Ltda. / CNPJ 93.969.707-0001-91

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

CONTRATADO	LICITAÇÃO	CONTRATO	VIGÊNCIA	VALOR CONTRATO	R\$ ACUMULADO
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	Pregão Presencial nº 034/2008.	01.120.031/2008	12/2008 até 06/2014	R\$ 33.742,29	R\$1.448.357,40
RURAL RENTAL SERVICE LTDA	Pregão Eletrônico nº 297/2010	01.120.067/2010	01/2010 até 01/2015	R\$ 21.666,66	R\$ 687.042,22
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA	Pregão Eletrônico nº 131/2009.	01.120.023/2009	07/2009 até 07/2014	R\$ 34.508,00	R\$1.853.238,16

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL – Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997.

NORMA DE PROCEDIMENTO GERAL – APOIO ADMINISTRATIVO NPG-APA-101: CONTROLE DE UTILIZAÇÃO, CONDUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS RODOVIÁRIOS.

NPG-APA-113 MULTAS DE TRÂNSITO.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Atender a mobilidade das diversas equipes de manutenção e de segurança patrimonial ao longo da via férrea e nas estações do metro.

No deslocamento de pessoal nas atividades judiciais e administrativas

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

CONTRATADO	UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Sem Motorista)	Manutenção	14 veículos
RURAL RENTAL SERVICE LTDA (Sem Motorista)	Segurança	9 veículos
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Com Motorista)	Administrativo	4 veículos

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra:

CONTRATADO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	MÉDIA ANUAL KM
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Sem Motorista)	14 veículos	267.000
RURAL RENTAL SERVICE LTDA	9 veículos	189.000
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Com Motorista)	4 veículos	63.000

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

h) Idade média anual, por grupo de veículos:

CONTRATADO	UTILIZAÇÃO	IDADE MÉDIA
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Sem Motorista)	Manutenção	3 anos
RURAL RENTAL SERVICE LTDA (Sem Motorista)	Segurança	3 anos
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Com Motorista)	Administrativo	3 anos

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

i) **Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:**

a) CONTRATADO	QUANTIDADE DE VEÍCULOS	CONSUMO COMBUSTÍVEL	EMPREGADOS TERCEIRIZADOS
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Sem Motorista)	14 veículos	R\$ 67.200,00	0
RURAL RENTAL SERVICE LTDA	9 veículos	R\$ 63.500,00	0
CRS - COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA (Com Motorista)	4 veículos	R\$ 0,00	4 Motoristas + 1 Supervisor

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

j) **Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente:**

A gestão é realizada através dos seguintes controles:

Sistema de Gerenciamento de utilização/movimentação de Veículos – SIGEV.

Abastecimento através de Cartão Corporativo em rede de postos credenciada.

UO Responsável: Setor de Apoio Administrativo – SEAPO

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	UF 1 -275060	Σ	Σ
	Município - Porto Alegre - RS	3	3
	UF "n"	n/a	n/a
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1	n/a	n/a
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	n/a	n/a
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		n/a	n/a
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro A.6.2.2 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
275060		10	4	n/a	n/a	n/a		3.456,64
Total							-	3.456,64

Os valores registrados nas despesas de manutenção referem-se à taxa de coleta de lixo da área.

Município de Porto Alegre – RS

Processo Administrativo TRENSURB - Nº 1637/99
 Processo SPU - GRU/RS Nº 04902.001076/2008-13
 Cessão de Uso - Pátio Diretor Pestana – RFFSA
 Portaria Nº 308/MPO, de 29.09.2008 - DOU, Seção I de 1º.10.2008

03 Terrenos - Área Total com Benfeitorias - 108.692.658 m²

Área I - 70.194.188m², junto à Av. Ernesto Neugebauer, com:

Prédio - A - 634.00m²

Prédio - B - 1.166.00m²

Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154959

Área II - 12.910.00m², nesga central com confrontação com o lado Oeste da Área de Lazer da TRENSURB.

Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154960

Área III -25.588.47m², nesga do lado Leste (antigo Depósito de Trilhos e Prédio da Estação Diretor Pestana)

Registro de Imóveis de Porto Alegre - Matrícula 154961

Análise Crítica:

A Superintendência Comercial da TRENSURB está discutindo com a SPU/RS a melhor forma de obtenção da cessão definitiva de uso ou aquisição das áreas acima mencionadas.

Busca-se conhecer o valor da área junto à CEF para análise da possibilidade de compra.

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

Análise Crítica dos Quadros 6.2.1 e 6.2.2

Os bens patrimoniais da TRENSURB possuem registros que permitem sua localização. É monitorado pelo Setor de Contabilidade e Patrimônio (SECOP) no sistema informatizado SISPRO módulo Patrimônio (cadastro dos bens, de centro de custo, de valores, depreciação e localização) e NOTES (informações de penhora); o inventário físico é feito sempre que há troca de comando nos setores e mandatoriamente ao final do exercício; todos os bens são identificados com plaquetas numeradas que são fixadas na incorporação do bem à TRENSURB. Existe controle de movimentação dos bens entre os setores, em que se emite termo de responsabilidade aos chefes dos setores para a guarda dos bens móveis submetidos ao seu setor; na constatação de falta de algum bem, é aberto processo administrativo para apuração de responsabilidades e ressarcimentos. Os processos administrativos nos casos de furtos, roubos, perdas e danificações do patrimônio, assim como doações são instruídos pelo rito recomendado na OSI DIRAF 001/2005, NPG –PES 701. A

NPG – PAT-203 Baixa de Bens Patrimoniais foi revisada e atualizada pelo setor de patrimônio juntamente com as demais áreas envolvidas e encontra-se em fase de revisão final pela área jurídica. Realizou-se conferência total nos bens patrimoniais por parte dos representantes de cada área que fazem parte da Comissão Especial para Inventariar os Bens Patrimoniais definidos pela REP 0319/2013.

A Administração atenta à convergência das Normas Brasileira de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade adequou a melhoria do controle dos bens patrimoniais em atendimento pleno das exigências advindas nas novas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme as Leis 11.638/2007, 11.941/2009, e no cumprimento das obrigações acessórias e tributárias, constantes nos pronunciamentos do CPC e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, principalmente CPC 27 e ICPC 10. Para 2014 está em andamento o projeto para identificação dos bens com etiquetas de código de barras que possibilitará o inventário patrimonial automatizado.

6.2.3 Discriminação dos Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ

Não ocorreu neste período.

Quadro A.6.2.3 - Discriminação de Imóveis Funcionais da União Sob Responsabilidade da UJ - N.O.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não ocorreu neste período.

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros - N.O.

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	X monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da	

própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual (is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: <i>http://www.sisp.gov.br</i>
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.

(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Questão 8 - Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): Dos meios de comunicação disponíveis aos usuários do sistema TRENSURB tem-se o GUIA DO USUÁRIO que apresenta os principais serviços como horário, tarifas, linha integração, intervalo entre trens entre outros e são distribuídos em todas as estações. Este Guia atende aos requisitos do Decreto nº 6.932/2009. Portanto caracteriza-se como Carta de Serviços ao Cidadão.	

Fonte: GEINF (Gerência de Informática)

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>A TRENSURB tem, frequentemente, utilizado critérios sustentáveis em suas licitações. Em 2013 foram adquiridos dormentes de madeira e móveis de escritório com exigências ambientais e comprovação de origem florestal. Ainda, materiais de consumo administrativo foram adquiridos com especificações ecológicas. Nas obras e serviços de engenharia, além de serviços de limpeza, todo o tratamento e correto direcionamento de resíduos é item obrigatório nos contratos. Por fim, a exigência de logística reversa já faz parte dos editais referentes à baterias e produtos químicos. Demais itens que geram “sucata” com valor comercial, são destinados à reutilização através de leilão.</p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Para a compra de móveis e dormentes de madeira, a TRENSURB mantém ativa sua DOF e exige o documento das contratadas. Para a compra e contratação da aplicação de produtos químicos, são solicitados registros na ANVISA, IBAMA e em outros órgãos pertinentes.</p>					X
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Foram adquiridas lâmpadas e refletores de led para substituição da iluminação dos jardins do prédio administrativo.</p> <p>Serão substituídos 10 refletores de lâmpada de multivapores metálicos em alta pressão de 400W, reator e o ignitor.</p> <p>A substituição se deve ao fato da frequente queima das lâmpadas bem como da necessidade de dispormos de maior área iluminada, maior durabilidade com menor consumo energético.</p>					X

<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Foram adquiridos papel A4 reciclado, lápis, canetas, colas, envelopes e recados autoadesivos sustentáveis (reciclado ou reciclável). 					X
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Através de contratação específica para reutilização, reciclagem ou reabastecimento, conforme projetos básicos. Em 2013 a TRENSURB efetuou um registro de preços para “recuperação de itens”. Neste SRP, itens deixam de virar sucata e são destinados à remanufaturamento. 					X
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>					X
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. O Plano de Logística Sustentável está disponível consta no endereço: http://www.trensurb.gov.br/paginas/paginas_detalhe.php?codigo_sitemap=3710 					X
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>					X
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X		
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>					X
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Quadro A.8.2 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Agenda ambiental na Administração Pública	2011			Comissão interna constituída por Resolução da Presidência para Implementação do Programa A3P. Criação do Setor de Responsabilidade Socioambiental (SERAM). Coleta seletiva. Descarte ecológico de lâmpadas fluorescentes. Campanhas e seminários de conscientização socioambiental.		
Plano de Logística Sustentável	2013			Aquisição de itens sustentáveis. Exigência de logística reversa nos editais de licitação.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (centos)	1.160	2.600	8.100	R\$ 2.204,00	R\$ 4.739,00	R\$ 14.060,00
Água	579550	285293	303628	R\$ 1.115.342,50	R\$ 997.920,43	R\$ 1.131.784,62
Energia Elétrica	7217634	7450674	6611317	R\$ 2.273.088,37	R\$ 3.022.343,68	R\$ 2.256.215,84
			Total	R\$ 3.390.634,87	R\$ 4.025.003,11	R\$ 3.402.060,46

Fonte: GESUP (Gerência de Suprimentos)

Fonte: SERAM (Setor de Responsabilidade Socioambiental)

8.3 MEDIDAS PARA REDUÇÃO DE CONSUMO PRÓPRIO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

- Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;
 - Campanha para uso racional da água e energia elétrica, com uso de adesivos “lembretes”;
 - Alteração das ilhas de impressão para que as páginas sejam impressas frente e verso;
 - Análise técnica de materiais que poderiam ser reutilizados;
 - Estuda-se a criação de “processos administrativos digitais”, para redução de pastas e folhas de papel.
- Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);
 - A TRENSURB aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e criou o Plano de Logística Sustentável (PLS).
- Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

O consumo e valores monetários estão descritos acima no Quadro A.8.2.

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não ocorreu no período.

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício - N.O.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.9.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A					958
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	007.077/2010-6	3290/2010 2°C.	1.4.4	DE	Of. 557/2010 TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.					958
Descrição da Deliberação:					
Dar conhecimento e adoção de medidas do Acórdão 7273/2010 no item 1.4.4 que determinou à CBTU e à TRENSURB que façam inventário completo e individualizado de todos os bens imóveis ainda não cadastrados no SPIUnet, adotando as providências legais e/ou administrativas cabíveis para sua regularização jurídica, de acordo com as características próprias de cada bem e de forma que eles se tornem aptos a serem cadastrados no SPIUnet. Ato contínuo procedam aos devidos cadastramentos dos imóveis no SPIUnet, na medida em que sua situação jurídica for sendo regularizada, informando a este Tribunal, nos próximos relatórios de gestão, as medidas que estão sendo adotadas.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Contabilidade - SECOP					958
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>a) Inventário dos bens Imóveis: O Inventário de bens imóveis de 2013 foi entregue a Presidência e está atualizado; Estamos trabalhando na regularização dos bens imóveis com pendências junto a cartórios, órgãos públicos municipais, para termos o título definitivo de propriedade, nesta situação temos 67 imóveis em processo de regularização, 239 já regularizados e 33 para regularizar.</p> <p>b) Cadastramento dos bens imóveis no SPIUnet: Após concluídas as ações do plano interinstitucional, Acórdãos TCU 2315/2344 entre SPU, TRENSURB, CBTU, M.Cidades e Serpro, foi realizado no mês de setembro em Brasília, Curso para Capacitação de cadastramento dos bens e posteriormente foi realizado Treinamento interno na TRENSURB. A partir do mês outubro deu-se início ao cadastramento dos bens no SPIUnet que iniciou-se com o cadastramento dos terrenos, até o momento já foram cadastrados 157 terrenos, o trabalho é um tanto moroso em função da TRENSURB não possuir as informações escriturais digitalizadas, porém, o trabalho está em pleno andamento e durante o ano de 2014 será continuado até o registro completo dos bens no SPIUnet.</p>					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
--

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.9.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201305721	1.2.1.1	Of. 31196/2013/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que adote medidas proativas e tempestivas visando o incremento do número de fornecedores com produtos homologados, de modo a garantir o caráter competitivo dos certames e obter a proposta mais vantajosa para a administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência de Desenvolvimento e Expansão - SUDEX			958
Síntese da providência adotada:			
Foram implementadas as ações constantes na NPG - 701 - PROCEDIMENTOS PARA PROCESSO DE NACIONALIZAÇÃO DE PEÇAS E HOMOLOGAÇÃO DE FORNECEDORES, que disciplina os processos de nacionalização de componentes com a devida transparência pública requerida na Lei de licitações 8.666/93, através do instrumento "Chamamento Público para Homologação de Fornecedores" divulgado em mídia impressa local e nacional. As providências foram implementadas a partir da data da vigência da NPG -701 de 07 de agosto de 2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201305721	1.2.2.1	Of. 31196/2013/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 01: Nos casos de dispensa de licitação com fulcro no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93 (emergência ou calamidade), apurar se a situação emergencial foi gerada por falta de planejamento, desídia ou da má gestão dos recursos disponíveis, hipótese que, quem lhe deu causa será responsabilizado na forma da lei, nos termos da Orientação Normativa AGU nº 11, de 01.04.2009			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Operações - DIROP			958
Síntese da providência adotada:			
A Empresa a partir da presente data para os casos de contratações, sob o fundamento do inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93, além da análise dos requisitos materiais da incidência do normativo legal, o ato de decisão administrativa conterà a fundamentação se a situação restou gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão, e em caso, de dúvida irá instaurar o procedimento disciplinar competente, nos termos da Orientação Normativa AGU nº 11, de 01 de abril de 2009.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201305721	1.2.2.1	Of. 31196/2013/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 02: Adotar medidas proativas na gestão dos contratos da unidade, de modo a evitar as contratações emergenciais e antieconômicas, em decorrência de insuficiência de tempo para realização do procedimento licitatório adequado.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Setor de Contratos - SEACO	958
Síntese da providência adotada:	
CI Semestral informando os contratos que estão concluindo o prazo limite de 60 meses	
Síntese dos resultados obtidos	
ATENDIMENTO TOTAL	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201305721	1.2.2.1	Of. 31196/2013/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 03: Realizar análise criteriosa sobre a adequabilidade dos preços praticados no processo nº 0925/2012, adotando, em caso de confirmação de sobrepreço, medidas no sentido de apurar as responsabilidades.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Operações - DIROP			958
Síntese da providência adotada:			
A Empresa por intermédio da CI DIROP 0019/2013 já tinha apresentado as razões técnicas e administrativas, tendo em vista a variação dos custos em relação ao contrato emergencial referente ao Processo Administrativo 0925/2012. A análise sobre a adequabilidade dos preços praticados foi apresentada através de CI DIROP 005/2014.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201305721	1.3.1.1	Of. 31196/2013/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que a unidade atente para as disciplinas contidas nos artigos. 2º e 25 da Lei nº 8.666/1993, promovendo o devido procedimento licitatório quando se tratar de contratação de serviços técnico-especializados em que haja viabilidade de competição, especialmente em relação a cursos que várias empresas oferecem, conforme determinação do TCU no Acórdão nº 2126/2010 - TCU - Plenário.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Setor de Compras - SECOM			958
Síntese da providência adotada:			
atendimento as disciplinas contidas nos artigos 2º e 25 da Lei 8.666/1993, promovendo o devido procedimento licitatório quando se tratar de contratação de serviços técnico-especializados em que haja viabilidade de competição, especialmente em relação a cursos que várias empresas oferecem, conforme determinação do TCU no Acórdão nº 2126/2010 - TCU - Plenário. Entretanto mantemos nosso entendimento sobre a contratação realizada 1612/2012, conforme já argumentado anteriormente (alinhado a Decisão nº 439/1998 TCU Plenário que diz: "considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93").			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201305721	3.1.1.1	Of. 31196/2013/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A			958
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que faça constar nos processos licitatórios o orçamento detalhado dos custos e/ou justificativa inteligível para os preços estimados, conforme determinado pela Lei nº 8.666/93 e Lei nº 12.462/2011			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Superintendência de Desenvolvimento e Expansão - SUDEX			958
Síntese da providência adotada:			
Foram encaminhados os esclarecimentos sobre premissas que nortearam a elaboração do orçamento de referência e juntada ao processo a planilha de custos que fundamentou a licitação, para os demais processos licitatórios as áreas já foram orientadas para que façam constar o orçamento detalhado dos custos e/ou justificativas dos preços estimados conforme determina a lei. A documentação foi incluída no processo a partir do dia 25/06/2013.			
Síntese dos resultados obtidos			
ATENDIMENTO TOTAL			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não ocorreu no período.

Quadro A.9.2.2 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício - N.O.

9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A) ESTRUTURA E POSICIONAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA NO ORGANOGRAMA DA UJ;

Conforme Estatuto art. 43 a auditoria interna está vinculada ao Conselho de Administração. “Art. 43º - A TRENSURB terá em sua estrutura organizacional, uma unidade de Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Presidente do Conselho de Administração, sob a responsabilidade de Chefe que somente será admitido ou dispensado por proposta da Diretoria Executiva aprovada pelo Conselho de Administração, vedada a delegação, em qualquer caso, a outro órgão da Sociedade.”

B) TRABALHOS MAIS RELEVANTES REALIZADOS NO EXERCÍCIO E PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES;

Relatório nº: 345/13 – Folha de Pagamento

Áreas Auditadas: DIRAF/GEREH/SEPES

Período: 16/01/2013 a 15/02//2013

Constatações:

4.1 Incidências da substituição de cargo sobre férias

Constatação: Verificamos que o valor da substituição de cargo pago durante o período aquisitivo de férias não está incidindo no cálculo das férias, em desacordo com o § 1º do Art. 457 da CLT e está gerando um passivo para a empresa.

4.2 Auxílio-Creche como verba remuneratória

Constatação: Verificamos que o valor do auxílio-creche não está sendo incluído nos cálculos de pagamentos de férias, 13º, e outros devidos, sendo apenas creditado o valor fixo dos acordos coletivos, situação que está em desacordo com a natureza eminentemente remuneratória do benefício em questão.

4.3 Incidência de adicional de periculosidade sobre férias

Constatação: Verificamos que o adicional de periculosidade pago de forma não habitual durante o período aquisitivo de férias não está incidindo no cálculo de férias, nos casos em que o empregado deixa de ganhar este adicional no mês de concessão das férias, em desacordo com o art. 142 § 6º da CLT.

4.4 Rescisões Contratuais

Constatação: Verificamos que nas rescisões complementares dos empregados demitidos em abril/2008, dentre outras rescisões examinadas, não foram recolhidos os valores referentes ao FGTS e INSS. Vide tabela abaixo

Relatório nº: 346/13 - Balanço de 31/12/2012

Área Auditada: DIRAF/GEORF/SECOP

Período: 24/01/2013 a 22/02/2013

Constatações:

4.1 Adiantamento a fornecedores

Constatação: Referente aos relatórios dos trabalhos de auditoria externa 02/10 (2º tri/2010, item 2.3, processo 2061/2010), 04/11 (4º tri/2010, item 2.2, processo 1092/2011), 04/11 (1º tri/2011, item 2.3, processo 1548/2011), 09/12 (1º tri/2012, item 2.2, processo 2293/2012) e de auditoria interna relatório 338/12 (balanço 31/12/2011, item 4.5, processo 1035/12), foi constatado que existem créditos pendentes de períodos anteriores na conta de Adiantamento a Fornecedores que, conforme informação da UO responsável, podem se tratar de informações incorretas no sistema de gestão dos recursos a receber ou que não possuem garantias efetivas de recebimento e/ou recuperação dos valores.

4.2 Adiantamento de férias

Constatação: Referente aos trabalhos de auditoria externa realizados, através dos relatórios 01/10 (1º tri/2010, item 3.1, processo 1663/2010), 07/11 (3º tri/2011, item 2.4, processo 3536/2011), 08/12 (4º tri/2011, item 2.3, processo 1074/2012) e 09/12 (1º tri/2012, item 2.1, processo 2293/2012), foi constatado que não há uma rotina mensal de conciliação da conta contábil 10110001001 – Adiantamento de Férias, ocasionando assim divergência entre o valor registrado na contabilidade e o valor constante no relatório de Recursos Humanos.

4.3 Adiantamento benefício INSS

Constatação: Através do relatório de auditoria externa 09/12, relativo ao 1º trimestre de 2012 (item 2.2, processo 2293/2012), constatou-se que existem créditos pendentes de períodos anteriores ao ano de 2009 na conta de Adiantamento Benefício INSS.

4.4 Adiantamento insuficiência saldo

Constatação: Através dos relatórios de auditoria externa 09/12, relativo ao 1º trimestre de 2012 (item 2.2, processo 2293/2012) e de auditoria interna 338/2012 (item 4.4, processo 1035/2012), constatou-se que existem créditos pendentes de períodos anteriores na conta de Adiantamento Insuficiência de Saldo (provisão para risco de créditos). Foi aberto o processo 1805/2011 para providências quanto ao ressarcimento e futura baixa contábil após esgotas as tratativas de cobrança.

4.5 Adiantamento de rescisões

Constatação: Foi constatado, através dos trabalhos de auditoria interna relativo ao balanço de 31/12/2010 (relatório 325/11, item 4.3, constatação 03, processo 0679/11) e de auditoria externa relativo ao 1º trimestre de 2012 (relatório 09/12, item 2.2, processo 2293/12) que há valores pendentes de rescisões de ex-funcionários, sendo que alguns foram pagos de forma irregular aos mesmos. Para as pendências relativas a 2009, tramita o processo 1804/2011 para regularizar (baixar) os respectivos valores, sendo que atualmente o mesmo encontra-se com a Gerência Jurídica (GEJUR) desde agosto/2012.

4.6 Controle manual do Relatório de Inadimplência do Plano de Saúde

Constatação: Foi constatado no trabalho de auditoria interna, através do relatório 325/11, relativo ao balanço de 31/12/2010 (item 4.2, constatação 02), que existe fragilidade no controle do relatório de inadimplência do plano de saúde da UNIMED, uma vez que o gerenciamento dos empregados e aposentados devedores é realizado por meio de planilha eletrônica, podendo acarretar perda de dados, retrabalho e morosidade no processo.

4.7 Apuração do ICMS X ISSQN

Constatação: Através dos trabalhos de auditoria externa anteriormente realizados (relatório 03/10, 3º tri/2010, item 2.5, processo 2642/2010 e relatório 04/11, 3º tri/2011, item 2.7, processo 3536/2011), constatou-se que a estrutura de operação da TRENSURB impossibilita a identificação exata da quantidade de passageiros que utilizam o transporte para deslocamento estritamente municipal (tributado pelo ISSQN) ou intermunicipal (tributado pelo ICMS), sendo que atualmente nenhuma receita de transporte está sendo tributada pelo ISSQN.

Dessa forma, apenas o Estado vem recebendo de forma direta o imposto sobre todo o serviço de transporte, seja ele intermunicipal ou não, em prejuízo daqueles municípios que possuem mais de uma estação de embarque e desembarque de passageiros (Canoas e Porto Alegre, por exemplo), que podem vir a exigir o tributo de sua competência sobre parte da receita. O Município de Porto Alegre, ainda que de forma não oficial, iniciou o pleito do tributo.

4.8 Aluguéis, arrendamentos e concessões

Constatação: Foi verificado no trabalho de auditoria externa, referente ao 1º trimestre de 2011 (relatório 04/11, item 2.2, processo 1548/2011), que há saldo na conta “aluguéis, arrendamentos e concessões” vencidos de longa data. Os valores vencidos relativos aos anos de 2004 a 2008 estão em cobrança judicial. Já os valores a partir do ano de 2009 estão em situações diversas, como cobrança administrativa, processo de baixa, análise de cobrança judicial, etc., conforme consta no relatório Conta por Cliente, anexo à CI SENOV-0003/2013 (fl. 161 processo 1548/2011).

4.9 Rescisão e contratos a pagar

Constatação: Verificou-se que há valores pendentes, relativos aos anos de 2006 a 2012, na conta contábil “rescisão e contratos a pagar”.

4.10 Fornecedores

Constatação: Foi verificado nos trabalhos de auditoria externa, conforme relatórios 08/12 (4º trimestre de 2011, item 2.6, processo 1074/2012) e 09/12 (1º trimestre de 2012, item 2.3, processo 2293/2012), que há saldos vencidos há longa data, relativo a fornecedores.

4.11 Pensão Alimentícia

Constatação: Verificou-se que há valores pendentes na conta contábil “pensão alimentícia”, relativos ao segundo semestre do ano de 2012.

Relatório nº: 347/13 – Contratos e Convênios

Áreas Auditadas: DIRAF/GEORF/SEACO - GEJUR

Período: 12/03/13 a 15/04/13

Constatações:

4.1 Aplicação de sanções administrativas

Constatação: Referente ao contrato 08.005.059/2012 (processo 1872/2012), relativo à aquisição de eixos motores para TUEs, o 1º fornecimento, correspondente a 20 eixos, cujo prazo de entrega era 18/03/2013 não ocorreu, gerando uma inexecução contratual. Conforme previsto no contrato e no edital, vencido o prazo de entrega do pedido, a TRENSURB deveria ter tomado providências visando a aplicação de sanções administrativas à contratada, mediante formalização de processo administrativo. No entanto, não consta nenhuma evidência de que foram adotadas quaisquer medidas junto ao fornecedor.

4.2 Medições dos serviços

Constatação: Referente ao contrato abaixo, relativo à contratação de empresa prestadora de serviços de engenharia para manutenção das edificações componentes da planta metroviária, o faturamento está sendo realizado no mesmo mês da medição dos serviços, contrariando o item 15.2.1 do edital que prevê que “o faturamento deverá ser efetuado com data do mês seguinte ao da medição dos serviços”, gerando pagamento ao fornecedor de forma antecipada ao estabelecido no contrato.

4.3 Prorrogação em caráter excepcional

Constatação: Prorrogação dos Contratos nº 01.120.017/2007 (serviços de atendimento psicológico) por 12 (doze) meses e Contrato nº 07.120.001/2008 (vigilância armada) por 06 (seis) meses, após ter sido atingido o limite de 60 (sessenta) meses fixado no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, uma vez que a ocorrência da hipótese de prorrogação prevista no § 4º do referido artigo, de caráter excepcional, pressupõe a superveniência de evento grave e relevante que a justifique.

4.4 Seguro Garantia – cobertura das obrigações trabalhistas

Constatação: Os contratos 08.001.065/2012 (manutenção da via permanente) e 08.120.008/2012 (reperfilamento pesado de trilhos) têm como garantia contratual apólice seguro garantia, com cláusula de desobrigação de pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias quando ocorrer inadimplência por parte da empresa tomadora. Essa situação faz com que a TRENSURB fique sem cobertura no caso de ocorrer tal sinistro, retirando a utilidade da garantia e não atende aos interesses da contratação.

Relatório nº: 348/13 – Sistema de Energia

Áreas Auditadas: DIROP/GESIS/SENERG

Período: 22/04/2013 a 04/07/2013

Constatações:

4.1 Efetivo do SENERG

Constatação: Constatamos que o atual quadro de empregados do SENERG, para cumprir com as atribuições do Regimento Interno da TRENSURB, está aquém do necessário, fato que compromete as rotinas de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de energia e dá origem a várias situações.

4.2 Atestado de Saúde Ocupacional – ASO

Constatação (1): Verificando a ficha financeira do RE 930, constatamos que o mesmo vem recebendo o adicional de periculosidade normalmente, sem exercer atividades em áreas de risco, em desacordo com o item 4.2 da NPG-PES-602.

Constatação (2): Os trabalhos realizados no SENERG são, na sua totalidade, em áreas de risco. Constatamos, conforme relato anterior, que o referido empregado não está exercendo as atividades de forma plena para os quais foi contratado, situação que acaba gerando ociosidade e prejudica a manutenção das subestações, em razão de ser um funcionário a menos na equipe.

Constatação (3): Constatamos que na norma NPG-PES-602 item 4.8 não existe previsão para a chefia imediata informar as situações de empregados que recebem adicional de periculosidade ou insalubridade e que foram impedidos de trabalhar em áreas de risco, quando é emitido parecer do médico do trabalho.

4.3 Baterias das Subestações

Constatação (1): As baterias auxiliares que foram trocadas em 2010 continuam depositadas no prédio da energia de tração de Farrapos e estão gerando resíduos de azinhavre - material tóxico resultante da oxidação do cobre que contém pesadas substâncias (hidrocarbonato de cobre). Mesma situação ocorre na Subestação São Luiz.

Constatação (2): As baterias auxiliares das subestações que foram adquiridas não são adequadas para serem utilizadas como dispositivo de proteção, pelo fato de serem projetadas para utilização em sistemas de ignição de veículos automotores, ou seja, aplicação de descarga elevada de corrente em poucos segundos, situação que prejudica a confiabilidade no sistema.

4.4 Painéis e equipamentos das subestações do primeiro trecho

Constatação: Constatamos a necessidade de modernização dos painéis e seccionadoras em razão de que os modelos atualmente em operação estão em processo de obsolescência e substituição tecnológica por parte dos fabricantes.

Relatório nº: 349/2013 – Bens Patrimoniais Móveis

Área Auditada: DIROP/GEMAN/SEVIP

Período: 21/05/2013 a 06/08/2013

Constatações:

4.1 Bens sem localização no sistema SICOB

Constatação: Através do relatório de auditoria interna 335/2011 (processo 0149/2012), item 4.2, foi constatada a existência de aproximadamente 7.700 bens na situação “Sem Loc” (sem localização) no sistema SICOB.

4.2 Inventário patrimonial dos bens não localizados

Constatação: Através do relatório de auditoria interna 335/2011 (processo 0148/2012), item 4.3 (recomendações 01 e 02), foi constatado que há bens móveis não localizados.

4.3 Doações

Constatação: Referente ao trabalho de auditoria interna realizado em 2011 (relatório 355/2011, item 4.6 - 02, processo 0149/2012), foi constatado que não existem Normas Internas que estabeleçam os procedimentos para doação de bem.

4.4 Baixa contábil

Constatação: Referente ao trabalho de auditoria interna realizado em 2011 (relatório 355/2011, item 4.5 - 02, processo 0149/2012) foi constatado que não existem Normas Internas que estabeleçam os procedimentos para baixa contábil de bens.

4.5 Identificação do número do patrimônio

Constatação: Através da verificação in loco, constatamos que os bens abaixo não possuem identificação do número do patrimônio.

4.6 Bens com divergência de localização

Constatação: Verificamos que os bens abaixo estão localizados em local (estação) diferente ao informado no sistema SICOB.

4.7 Bem sem cadastro no sistema patrimonial

Constatação: Através da verificação in loco, constatamos que o patrimônio 12089889 (cadeira giratória), localizado na POS 2 da Estação Fátima, não está cadastrado nos sistemas SICOB e SISPRO.

Relatório nº: 350/2013 – Gestão do Meio Ambiente

Área Auditada: GEPLA/SERAM

Período: 16/07/2013 a 24/09/2013

Equipe: 1 auditor

Constatações:

4.1 Posto de combustíveis – desativado

Constatação: Ausência do Plano de Encerramento de Atividades do posto desativado, em desacordo com o parágrafo 2º do artigo 1º da Resolução 273/2000 – Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA.

4.2 Posto de combustíveis - ativo

Constatação: Verificamos algumas situações:

- a) ausência de licenciamento ambiental de operação emitido pelo órgão competente;
- b) existem problemas de piso do posto fora do nível, local de abastecimento das locomotivas sem barra de contenção de vazamentos e as extensões das mangueiras estão desconformes com as normas técnicas sobre o tema;
- c) o serviço gera um custo e utilização de mão de obra (onde o controle é feito manualmente) que poderia ser reduzido com abastecimento da frota de outra maneira.

4.3 Local de armazenamento de derivados de petróleo

Constatação: O piso do local onde estão armazenados os óleos, lubrificantes e graxas foi construído com material que atualmente apresenta baixa proteção contra vazamentos, fato que possibilita a ocorrência de riscos ao meio ambiente e sujeita a empresa a multas.

4.4 Relatório de pendências ambientais da expansão Novo Hamburgo

Constatação (1): Encontramos várias licenças e autorizações ambientais com pendências referentes à ampliação Norte da Linha 01 Trensurb, inclusive muitas delas com a data de vencimento expirada. Dentre elas encontramos licenças de instalação, de porte e uso de motosserra, cadastro de atividades potencialmente poluidoras, manejo de vegetação, transplante e remoção de árvores.

4.5 Lavagem dos trucks

Constatação (1): Ausência de tratamento da água utilizada na lavagem dos trucks e demais peças da oficina antes de ser lançada no esgoto municipal, situação que gera um risco de multas e penalizações por parte dos órgãos fiscalizadores ambientais.

Constatação (2): Durante inspeção nos locais de lavagem dos trucks constatamos que o cano que leva a água restante para o esgoto municipal está quebrado e jogando os resíduos em um arroio que passa na área do trem conforme evidência fotográfica a seguir.

4.6 Projeto “Água da chuva e reuso da água de lavagem dos trens”

Constatação: Em inspeção no local da Estação de tratamento de Água, verificamos que o sistema está funcionando parcialmente, pois apenas a água da chuva é utilizada na lavagem dos trens, e a água residuária está indo direto para o esgoto sem tratamento para ser reaproveitada.

4.7 Licenças ambientais

Constatação: Ausência de licenças ambientais de operação para os sistemas relatados anteriormente, em desacordo com o Art. 2º da Resolução 237/1997 – CONAMA.

4.8 Descartes de Materiais – sucatas e lixo

Constatação: Durante inspeção pelo pátio da empresa, encontramos depósitos de lixo e de sucatas que estão se acumulando sem terem o destino final definido, conforme as fotos a seguir.

4.9 Descarte de materiais – SEOFI/SEVIP

Constatação: Ausência de local adequado para armazenamento dos resíduos gerados pelo trabalho de manutenção dos trens e da via permanente sendo alguns considerados perigosos, em desacordo com a NBR 12235/1992. Os materiais ficam ao relento e em contato direto com o solo.

4.10 Licença ambiental do Aeromóvel

Constatação: O Sistema Aeromóvel não possui “Licença Ambiental de Operação”, documento que autoriza a operação do empreendimento e que é expedido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM).

4.11 Utilização de produtos químicos na empresa

Constatação: Ausência de responsável técnico na aplicação de agrotóxico para supressão de vegetação rasteira ressurgente, fato que suspendeu a realização da atividade de capina química na via permanente.

Relatório nº: 351/2013 – BB Previdência

Área Auditada: DIRAF/GEREH/SEÉS

Período: 02/09/2013 a 11/11/13

Equipe: 1 auditor

Constatações:

4.1 Base de cálculo da contribuição do participante

Constatação: Foi identificado que há eventos de natureza remuneratória que, embora constem no cálculo de apuração do INSS a recolher (previdência social), não está sendo considerado na base de cálculo para apuração do valor a contribuir dos participantes, contrariando assim o artigo 33 do regulamento do plano.

4.2 Percentual de contribuição do participante

Constatação: Constatamos que há divergência entre o percentual formalizado pelo contribuinte no Termo de Opção de Contribuição e o percentual efetivamente utilizado para desconto da contribuição do funcionário, conforme demonstrado abaixo.

4.3 Informações aos novos participantes

Constatação: Verificamos que os novos participantes, quando da adesão ao BB Previ, não vêm recebendo as informações básicas sobre o funcionamento do plano de previdência, sobre a incidência de taxas de administração e de risco, como também sobre a forma de acompanhamento das contribuições.

4.4 Cópia do regulamento do plano, estatuto social e ficha de inscrição

Constatação: Verificamos que a empresa não vem efetuando a entrega das cópias do regulamento do plano, do estatuto social e do material explicativo ao participante quando da inscrição no plano de previdência.

4.5 Atualização do extrato de contribuição

Constatação: Através da consulta ao portal do BB Previdência na internet (<http://www.bbprevidencia.com.br>), foi constatado que as informações relativas às contribuições do participante e da patrocinadora têm sido disponibilizadas com dilação no site da BB Previdência. Como exemplo, o extrato copiado abaixo demonstra uma demora de 4 meses para a atualização das contribuições, o que ocasiona falta de transparência no acompanhamento do plano.

4.6 Incentivo à aderência ao plano

Constatação: Constatamos que não há nenhuma campanha interna junto aos funcionários que vise incentivar a aderência ao plano de previdência complementar. Esta situação é demonstrada através do Quadro I (pg. 3), onde nota-se que o percentual de participantes no período de 2006 a 2013 se manteve constante, com 14,5% e 15,2% respectivamente.

4.7 Alterações no estatuto do BB Previdência

Constatação: O processo 0256/2013 em que constam as sugestões feitas pela AUDIN em 02/04/2013, encontra-se na DIRAF desde 07/06/2013, não havendo manifestação formal posterior a esta data no referido processo.

4.8 Normas internas

Constatação: Constatamos que não há normas internas que estabeleçam os fluxos e os procedimentos referentes à contratação, alteração, cancelamento, gerenciamento e demais rotinas relativas ao Plano de Previdência Complementar BB Previdência.

Relatório nº: 352/2013 – Licitações e Compras

Área Auditada: DIRAF/GESUP/SECOM/COPEL

Período: 15/10/2013 a 16/12/2013

Equipe: 1 auditor

Constatações:

4.1 - Contrato Social

Constatação: Ausência de cópia autenticada do contrato social da empresa licitante vencedora do lote 2 – diesel, em desacordo com o subitem 1.12, do anexo 03, edital do pregão SRP (processo 1105/2013 - Aquisição de gasolina e diesel).

4.2 - Prazo de publicação na Imprensa Oficial

Constatação: Publicação da inexigibilidade de licitação fora do prazo legal nos processos.

4.3 - Cotação de preços no mercado

Constatação: Verificamos, nos processos de dispensa 0897/2013 (contratação de dois guinchos) e 1624/2013 (serviços de engenharia), ambos com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, a ausência da cotação de preços no mercado, em desconformidade com o disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, do mesmo diploma legal.

4.4 – Adjudicação

Constatação: Nos processos analisados, constatamos a ausência de juntada de termo de adjudicação aos autos de licitação, em inobservância ao art. 43, inciso VI da Lei 8.666/1993 reproduzido.

4.5 - Pregão Eletrônico x SRP

Constatação: Constatamos a realização de um pregão eletrônico do tipo menor preço para aquisição de monitores de TV processo nº 1517/2013 e outro de mesma modalidade para aquisição de aparelhos tipo split, processo nº 0049/2013. No ano de 2013 outras áreas solicitaram os mesmos objetos e verificamos que ambos deveriam ser com registro de preços, visto que as compras, sempre que possível deverão ser processadas através desta modalidade, segundo a Lei de Licitações.

C) RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES FEITAS E A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ALTA GERÊNCIA;

Processo	Relatório	Atividade	Recomendação	Atendimento	
				TOTAL	PARCIAL
0604/2013	345/2013	RH – Folha de Pagamento	5	5	0
0519/2013	346/2013	Balanco 31/12/2012	11	11	0
1360/2013	347/2013	Contratos e Convênios	7	6	1
2201/2013	348/2013	Sistemas de Energia	6	3	3
2655/2013	349/2013	Bens Patrimoniais	10	1	9
3085/2013	350/2013	Gestão do Meio Ambiente	16	2	14
0100/2014	351/2013	BB Previdência	8	4	4
0372/2014	352/2013	Licitações e Compras	6	5	1
TOTAL			69	37(54%)	32(46%)

Das 69 Recomendações feitas por esta auditoria, 54% das recomendações foram atendidas no ano de 2013, as demais seguem em acompanhamento até a sua efetiva implementação.

D) DESCRIÇÃO DAS ROTINAS DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES GERENCIAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELA AUDITORIA INTERNA;

Após o recebimento do relatório de Auditoria por parte da UO, a Diretoria responsável realiza uma reunião com as gerências envolvidas diretamente, para planejamento do cronograma para atendimento das recomendações de auditoria.

Da mesma forma como será descrito no item a seguir os encaminhamentos são acompanhados pelo SICAU que é o Sistema de Controle de Auditoria da AUDIN, caso o setor responsável pelo atendimento da recomendação não responda no prazo estipulado pela Auditoria, o mesmo encaminha um e-mail para UO superior que será alertada que a recomendação não foi atendida e deverá providenciar o atendimento.

E) INFORMAÇÃO DA EXISTÊNCIA OU NÃO DE SISTEMÁTICA E DE SISTEMA PARA MONITORAMENTO DOS RESULTADOS DECORRENTES DOS TRABALHOS DA AUDITORIA INTERNA;

O monitoramento dos trabalhos de auditoria interna acontece por meio de um sistema de gestão informatizado, denominado de Sistema de Controle de Auditoria - SICAU, onde são registrados todos os Relatórios de Auditoria e encaminhadas para as áreas às respectivas constatações e recomendações, sendo que as respostas dos gestores aos apontamentos realizados por ocasião da auditoria retornam eletronicamente, sendo impressas e arquivadas nos referidos processos, ficando uma cópia armazenada, para fins de acompanhamento dos relatórios até a sua finalização.

Os pontos são monitorados pelo SICAU que é Sistema de Controle de Auditoria que seguem o seguinte fluxo:

- a) A Recomendação é enviada para UO responsável (1) com prazo para atendimento.
- b) A(s) UO(s) imediatamente superior (es) recebe(m) uma cópia do encaminhamento;
- c) A resposta da UO é encaminhada para a Auditoria com cópia para as UO's superiores.

- d) Caso a UO responsável não responda dentro do prazo estipulado para atendimento, a UO imediatamente superior (2) recebe um e-mail em sua caixa postal cobrando a resposta.
- e) Caso a UO não responda no prazo estipulado, a UO superior (3) recebe um e-mail cobrando a resposta.
- f) Caso a UO (3) não responda o e-mail é encaminhado para caixa da Presidência.

Exemplo do Processo Implementado:

- (1) SEPES – Setor de Pessoal - UO responsável (dia para resposta)
 - (2) GEREH – Gerência de Recursos Humanos – UO Superior (no mesmo dia que a área deixa de atender a Gerência recebe e-mail)
 - (3) DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças – UO Superior (05 dias corridos após o envio para os Gerentes)
 - (4) PRES – Presidência (07 dias corridos após o envio para os Diretores)
- Caso a UO responda o e-mail é suspenso antes de ser enviado às UO's superiores.

O Sistema também possui um recurso para que a auditoria possa agendar seu monitoramento, sendo que no dia programado para acompanhamento de determinado Relatório, o mesmo dispara um e-mail para a caixa do Auditor responsável, alertando para o dia para cobrança do atendimento da recomendação.

F) COMO SE DÁ A CERTIFICAÇÃO DE QUE A ALTA GERÊNCIA TOMOU CONHECIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES FEITAS PELA AUDITORIA INTERNA E A ACEITAÇÃO DOS RISCOS PELA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DE TAIS RECOMENDAÇÕES;

Durante o exercício, a Auditoria Interna dá ciência a Alta Gerência por meio de processo administrativo, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal por meio de reuniões registradas em Atas, sobre as auditagens realizadas, as recomendações feitas e as respostas ou atitudes desenvolvidas pelos gestores em cada um dos itens apontados.

G) DESCRIÇÃO DA SISTEMÁTICA DE COMUNICAÇÃO À ALTA GERÊNCIA, AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E AO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE RISCOS CONSIDERADOS ELEVADOS, MAS ASSUMIDOS PELA ALTA GERÊNCIA AO DECIDIR NÃO IMPLEMENTAR AS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA INTERNA.

Da mesma forma como descrito anteriormente, a sistemática seria a mesma: a auditoria interna daria ciência das justificativas apresentadas, às Diretorias e ao Conselho de Administração, por meio de reuniões registradas em Atas, onde seria feito o registro das recomendações e possíveis consequências. Cumpre ressaltar que até o presente momento não existe nenhum registro desta situação

9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos (CONSAD, CONFINS)	Obrigados a entregar a DBR	12	12	12
	Entregaram a DBR	12	12	12
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	CC:5 FG :28	CC:5 FG :28	CC:23 FG :132
	Entregaram a DBR	CC:5 FG :28	CC:5 FG :28	CC:23 FG :132
	Não cumpriram a obrigação	CC:0 FG :0	CC: 0 FG :0	CC: 0 FG :0

Fonte: Sigam-Web (Sistema de Gestão de Recursos Humanos)/Arquivo.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

O controle da entrega anual das declarações de bens e rendas ou autorizações de acesso eletrônico destas no site da Receita Federal do Brasil é realizado manualmente. Gera-se um relatório no Sistema de Recursos Humanos - Sigam Web onde são identificados os empregados que ocuparam função de confiança, cargo comissionado ou cargo de Diretor realiza-se uma verificação daqueles que entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorização de acesso eletrônico a estas. Aqueles que não entregaram realiza-se contato por e-mail e/ou por telefone. Os documentos entregues são arquivados no Setor de Pessoal.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não ocorreu no período.

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013 - N.O.

10 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão

A TRENSURB busca identificar as necessidades de melhoria contínua dos serviços prestados no seu relacionamento com a sociedade e com seu público interno e, para isso, disponibiliza ferramentas e atua em diversos canais de comunicação. Através da gerência de Comunicação Integrada é feito um monitoramento diário das notícias relacionadas à empresa veiculada em jornais, emissoras de rádio, internet e televisão. Também são distribuídos press-releases diariamente buscando informar todos os seus públicos – principalmente o público-alvo do serviço -, e dessa forma manter a imagem positiva da empresa e contribuir para o fortalecimento do sistema metroferroviário e a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Abaixo, descrições dos canais de relacionamento com o cidadão:

Caixa de sugestões: Disponível em todas as estações, possui formulário apropriado para encaminhamento de sugestões, reclamações, elogios e informações.

Tele Usuário: Telefones instalados em todas as estações com linha direta e gratuita com a Central de Atendimento. É necessário apenas levantar o fone para receber atendimento. Também, no interior dos trens é divulgado número telefônico para realização de chamadas de emergência. Esse contato é feito diretamente com o CCO (Centro de Controle Operacional).

Internet: No endereço www.trensurb.gov.br é possível acessar um formulário eletrônico para registrar reclamações, sugestões e críticas. Todos os demais canais são descritos e informados na página **Atendimento**.

Redes Sociais: A empresa também participa com páginas oficiais no Facebook e Twitter, onde produz conteúdo e responde em tempo real a interatividade dos usuários dessas redes; produz, também, conteúdo para o Blog Trensurb, Instagram, Flickr, Foursquare e Youtube.

Jornal- Mural “Notícia na Linha”: Periodicidade quinzenal e conteúdos que abordam temas de interesse do usuário, dicas e orientações operacionais, campanhas sociais e ações da empresa.

Produção de “Press Release”: Diariamente, nos meios de comunicação com circulação na Região Metropolitana e no Estado. Apresenta ações, realizações e questões de utilidade pública que dizem respeito aos usuários e a sociedade.

Guias do Usuário, Ciclista, Etiqueta Urbana e Sistema Aeromóvel: Esses guias são distribuídos aos usuários apresentando os principais serviços da empresa (horários, tarifas, linhas de integração e canais de comunicação), além de orientações específicas e relativas a campanhas.

Página da Internet: Em tempo real informa a situação operacional, sendo atualizada diariamente com informações e ações das melhorias implantadas.

Informativo TRENSURB: Jornal institucional, quinzenal, impresso e em versão digital, distribuído a todos empregados e colaboradores da empresa.

Central de atendimento: Instalada na estação Aeroporto a Central de Atendimento mantém contato direto com os usuários, classificando suas demandas em sugestões, reclamações, elogios e informações. Essas demandas são recebidas pessoalmente, via telefone ou e-mail e registradas em sistema próprio e quando necessário são enviadas às áreas responsáveis para retorno. Quando isso acontece, o retorno é dado ao usuário e a meta estabelecida pela empresa em relação a esses atendimentos são de três dias.

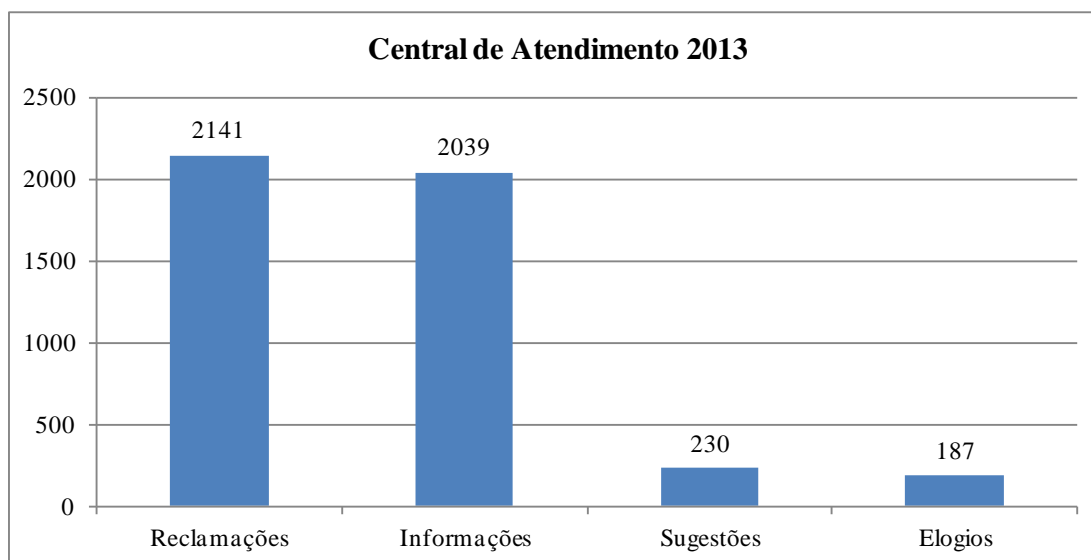
SIC (Sistema de Informação ao Cidadão): Localizado na sede administrativa da empresa o SIC possui uma estrutura física constituída para atender e orientar o público quanto ao acesso a informações. Essas solicitações são recebidas via e-mail ou pessoalmente, sendo protocoladas e respondidas pelos gestores das áreas demandadas, cumprindo os prazos e procedimentos estabelecidos pela Lei 12.527.

Informações Gerenciais e estatísticas do atendimento as demandas

A TRENSURB tem atendimento direto - através de empregados treinados e qualificados -, e outros canais e tecnologias de informação em permanente inovação: a **Central de Atendimento**, localizada na Estação Aeroporto e o **SIC** (Serviço de Informação ao Cidadão) localizado na sede do Prédio Administrativo.

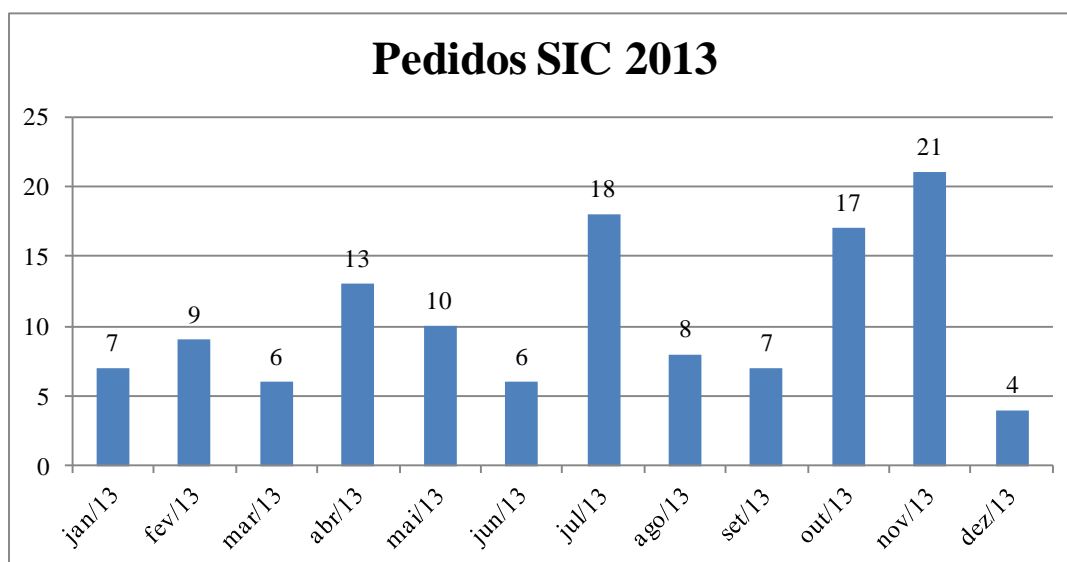
Abaixo gráfico das demandas da Central de Atendimento e SIC.

Figura XVI - Gráfico Demanda Central de Atendimento



Fonte: GECIN (Gerência de Comunicação Integrada)

Figura XVII - Gráfico Demanda Serviço de Informação ao Cidadão



Fonte: GECIN (Gerência de Comunicação Integrada)

A Gerência de Comunicação Integrada realiza mensalmente, reunião de análise dos indicadores da área com seus empregados. Abaixo segue informações desses indicadores com fórmulas de cálculo e os resultados alcançados em 2013:

Índice de Reclamação por Milhão de Passageiros Transportados

Fórmula de cálculo: Número de reclamações registradas X 1.000.000 / passageiros transportados

A meta estipulada para 2013 foi de trinta e cinco reclamações por milhão. Finalizou o ano com a média de 38,99. Com valor a ser revisto de 11,39% acima do estabelecido.

Tempo de Resposta da Central de Atendimento

Fórmula de Cálculo = somatório do número de dias de todas as comunicações / número de comunicações

OBS: Calculo elaborado pelo sistema Notes.

A meta definida para 2013 foi de três dias. Finalizou dentro do valor estipulado no ano com média de dois dias e meio.

Avaliação de Imagem da TRENSURB nos Meios de Comunicação

Forma de cálculo: Percentual de notícias positivas e neutras / total de notícias veiculadas em jornais, rádios e TV monitorada pela empresa contratada para serviço de clipagem.

A meta definida para 2013 foi de 80%. A média do ano foi de 76,25%, dentro do valor estipulado.

Tempo Médio de Resposta do Serviço de Informação ao Cidadão

Fórmula de Cálculo: Número de dias para atendimento / Número de Pedidos

Em 2013 atenderam-se cento e vinte e seis pedidos. Esses respondidos dentro da meta legal que é de vinte dias. Obtendo-se a média de oito dias na entrega das solicitações.

10.2 Mecanismos para medir satisfação dos cidadãos-usuários

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas

Os itens acima foram apresentados na Análise Crítica do item 3.2 deste relatório.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

- a) **Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;**

Considerando que a TRENSURB é uma Sociedade por Ações de Economia Mista, ela está obrigada a seguir as disposições da Lei 6.404/76, sendo assim, a TRENSURB já está adequada aos critérios dispostos na NBCT 16.9 e 16.10

- b) **Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima;**
c) **Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;**
d) **A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;**
e) **As taxas utilizadas para os cálculos;**

Letras “c”, “d” e “e”: A empresa realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10, bem como revisou a vida útil estimada de seus bens. As vidas úteis estimadas para os bens adquiridos após o Laudo são definidas com o auxílio dos gestores das áreas levando em conta as especificidades dos bens os dados do fabricante bem como o tipo de utilização.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Disponibilidades - Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

Ativos financeiros não derivativos

A empresa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A empresa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Passivos financeiros não derivativos

A empresa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes foram avaliados ao custo médio de aquisição, cujos valores não superam os de mercado.

Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam qualquer valor comercial.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

Não houve impacto no exercício tendo em vista que a empresa já seguia as disposições da Lei societária.

11.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (LEI 4.320/64) - N.A.

Não aplicável à natureza jurídica da TRENSURB.

11.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS NA LEI 6.404/76



Ministério das
Cidades

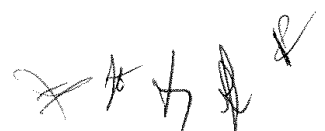


EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DIRETORIA EXECUTIVA
SETOR DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2013

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2014





Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

		2013		2012	
		NOTA	2013	NOTA	2012
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.556.797	45.475.295	14	52.060.448
Créditos pela venda de serviços	5	1.791.227	2.668.834		533.592
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	7.999.685	6.899.061		4.049.110
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	2.828.536	2.461.808		306.556
Adiantamento de fornecedores		45.229	41.965		1.014.396
Direitos a receber	8	602.960	537.059	15	331.626
Impostos a recuperar	19	1.711.596	2.552.420		233.758
Estoques	9	11.404.035	9.622.550	17	31.419
Despesas do exercício seguinte		360.112	330.360		9.764.177
		84.397.776	70.569.352	16a	182.403.115
				16b	887.546
					251.615.743
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo		21.111	21.111		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	10	16.203.927	14.796.257	12b	28.293.048
Depósitos judiciais	7	1.350.570	1.118.579	16a	50.074.632
Débitos de empregados	11	9.558.254	8.632.090	16b	791.120
Pensão si/ receita própria		27.138.862	24.768.037	17	80.414
					57.913
					56.563.070
Investimentos em participações societárias		23.370	23.370		
Imobilizado	12	1.454.954.314	1.413.678.828	18	1.454.992.927
Intangível	13	1.812.281	2.002.469		1.110.690.405
		1.496.789.566	1.415.704.661		418.566.420
					54.931.504
					(403.966.236)
					1.180.202.093
					1.259.064.704
TOTAL DO ATIVO		1.568.026.604	1.511.062.051		1.511.062.051
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		13.222.463	13.222.463		52.060.448
Impostos e taxas a recolher		508.669	508.669		533.592
Contribuições sociais a recolher		3.803.332	3.803.332		4.049.110
Obrigações trabalhistas		8.920	8.920		306.556
Adiantamento de Clientes		266.115	266.115		1.014.396
Credores por convênios		907.394	907.394		331.626
Credores por depósitos		235.439	235.439		233.758
Plano de previdência e pensão a empregados		33.174	33.174		31.419
Provisão de férias e encargos sociais		10.562.340	9.764.177		9.764.177
Provisão para contingências trabalhistas		220.515.918	182.403.115		182.403.115
Provisão para contingências civis		2.335.067	2.335.067		887.546
		252.398.829	252.398.829		251.615.743
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Provisão IRCS diferido		26.897.857	26.897.857		28.293.048
Provisão para contingências trabalhistas		29.607.300	29.607.300		50.074.632
Provisão para contingências civis		-	-		791.120
Plano de previdência e pensão a empregados		57.913	57.913		80.414
		56.563.070	56.563.070		79.244.214
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		1.454.992.927	1.110.690.405		1.110.690.405
Adiantamentos para aumento de capital		218.896.631	418.566.420		418.566.420
Ajuste avaliação patrimonial		52.213.487	54.931.504		54.931.504
Prejuízos acumulados		(467.038.341)	(403.966.236)		(403.966.236)
		1.259.064.704	1.180.202.093		1.180.202.093
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.568.026.604	1.511.062.051		1.511.062.051

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

[Handwritten signature]

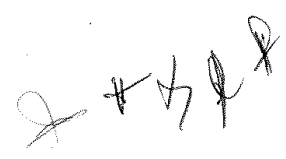
Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2013	2012
RECEITA BRUTA			
Serviço de transporte metroviário		83.745.355	71.069.239
Aluguéis, arrendamentos e concessões		4.272.615	3.623.630
		<u>88.017.970</u>	<u>74.692.869</u>
Tributos sobre a receita bruta		(3.244.417)	(4.304.452)
RECEITA LÍQUIDA	20	84.773.553	70.388.417
Custo dos serviços prestados		(145.454.943)	(136.926.004)
PREJUÍZO BRUTO		(60.681.390)	(66.537.587)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(74.124.706)	(62.787.055)
Outras receitas e despesas		(35.075.725)	(73.680.307)
Provisão/reversão ações trabalhistas	16a	(34.209.088)	(74.168.647)
Provisão/reversão ações cíveis	16b	(721.284)	(644.232)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(145.353)	1.132.572
		<u>(109.200.431)</u>	<u>(136.467.362)</u>
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(169.881.820)	(203.004.949)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(31.359.469)	(41.055.403)
Receitas financeiras		4.070.976	4.375.274
Despesas financeiras		(35.430.445)	(45.430.677)
SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL		134.070.976	130.191.621
PREJUÍZO OPERACIONAL		(67.170.313)	(113.868.731)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(67.170.313)	(113.868.731)
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(67.170.313)	(113.868.731)
Prejuízo por ação do capital social		<u>-0,011</u>	<u>-0,028</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.653/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		689.092.193	614.355.163	57.649.521	(294.235.713)	1.076.861.164
Créditos para futuro aumento de capital		-	215.809.469	-	-	215.809.469
Recursos recebidos		-	170.441.692	-	-	170.441.692
Atualização financeira		-	45.367.777	-	-	45.367.777
Aumento de Capital Por incorporação de créditos		411.598.212	(411.598.212)	-	-	-
		411.598.212	(411.598.212)	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	-	(2.718.017)	(109.750.524)	(112.468.541)
Prejuízo do exercício		-	-	-	113.868.731	113.868.731
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(2.718.017)	-	(2.718.017)
Constituição de reserva do custo atribuído		-	-	-	4.118.208	4.118.208
Constituição IRP/JCSLL diferidos		-	-	-	-	-
Realização da reserva do custo atribuído		-	-	(4.118.208)	-	(4.118.208)
Realização IRP/JCSLL da reserva do custo atribuído		-	-	1.400.190	-	1.400.190
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		1.110.690.405	418.566.419	54.931.504	(403.986.235)	1.180.202.093
Créditos para futuro aumento de capital	18	-	144.632.733	-	-	144.632.733
Recursos recebidos		-	110.676.417	-	-	110.676.417
Atualização financeira		-	33.956.317	-	-	33.956.317
Aumento de Capital Por incorporação de créditos		344.302.522	(344.302.522)	-	-	-
		344.302.522	(344.302.522)	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	-	(2.718.017)	(63.052.105)	(65.770.122)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(67.170.313)	(67.170.313)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(2.718.017)	-	(2.718.017)
Constituição de reserva do custo atribuído		-	-	-	4.118.208	4,118,208
Constituição IRP/JCSLL diferidos		-	-	-	-	-
Realização da reserva do custo atribuído		-	-	(4,118,208)	-	(4,118,208)
Realização IRP/JCSLL da reserva do custo atribuído		-	-	1,400,190	-	1,400,190
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.454.992.927	218.896.530	52.213.487	(467.038.340)	1.259.064.704

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



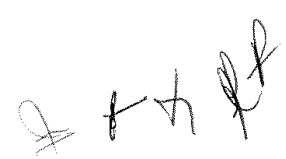
Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

 EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

	NOTA	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(67.170.313)	(113.868.731)
AJUSTADO POR:			
Depreciação e amortização		26.427.400	13.822.891
Baixa de bens do ativo imobilizado		57.692	118.739
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	18	33.956.317	45.367.777
Constituições/Reversão provisões trabalhistas e cíveis	16	34.930.372	74.812.878
		<u>28.201.468</u>	<u>20.253.554</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		877.607	2.704.315
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(1.100.624)	(567.166)
Estoques		(1.781.486)	(2.054.094)
IRPJ e CSLL a recuperar		840.824	1.962.164
Demais contas de Ativo		(2.634.069)	(2.809.601)
		<u>(3.797.747)</u>	<u>(764.383)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(38.837.985)	48.407.363
Impostos e taxas a recolher		(24.923)	(304.203)
Contribuições sociais a recolher		(245.778)	827.137
Obrigações trabalhistas e provisões para férias		500.527	(65.177)
Credores por convênios e depósitos		(170.833)	806.783
Plano de previdência e pensão a empregados		(20.747)	(867.765)
Contingências trabalhistas e cíveis	16	(16.628.500)	(9.982.378)
		<u>(55.428.238)</u>	<u>38.821.761</u>
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(31.024.518)	58.310.933
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(67.570.397)	(221.086.185)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(67.570.397)	(221.086.185)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital		110.676.417	170.441.692
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		110.676.417	170.441.692
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	12.081.502	7.666.440
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.475.295	37.808.855
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		57.556.797	45.475.295

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



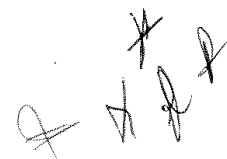
Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

 EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em Reais)

	2013	2012
RECEITAS		
Receita de transporte metroviário	83.745.355	71.069.239
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões	4.272.615	3.623.630
Outras receitas e despesas (líquidas)	(145.353)	1.132.303
Provisões trabalhistas e cíveis	(34.930.372)	(74.812.878)
	<u>52.942.245</u>	<u>1.012.294</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(7.257.805)	(6.415.599)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(67.086.723)	(69.977.843)
	<u>(74.344.529)</u>	<u>(76.393.442)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	(21.402.283)	(75.381.148)
Depreciação e amortização	(26.427.400)	(13.822.891)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODÚZIDO PELA ENTIDADE	(47.829.682)	(89.204.039)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Subvenções para custeio	134.070.976	130.191.621
Receitas financeiras	4.070.976	4.375.274
	<u>138.141.952</u>	<u>134.566.895</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>90.312.270</u>	<u>45.362.856</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>90.312.270</u>	<u>45.362.856</u>
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	76.580.325	70.435.284
Benefícios	13.296.039	11.485.611
FGTS	5.357.358	5.026.133
	<u>95.233.722</u>	<u>86.947.028</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	22.890.191	21.643.966
Estaduais	2.010.624	1.711.479
Municipais	387.556	338.486
	<u>25.288.370</u>	<u>23.693.931</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.474.128	62.900
Aluguéis	1.530.045	3.159.951
	<u>3.004.173</u>	<u>3.222.851</u>
Juros sobre adiantamento de capital	33.956.317	45.367.777
Prejuízo retido	<u>(67.170.313)</u>	<u>(113.868.731)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Ministério das
Cidades

Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reals)

	2013	2012
	R\$	R\$
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(67.170.313)	(113.868.731)
Depreciação do custo atribuído	4.118.207	4.118.207
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(63.052.105)	(109.750.524)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 00.976.853/0001-56

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TREN SURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Empresa, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 31 de janeiro de 2014.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado são as seguintes:

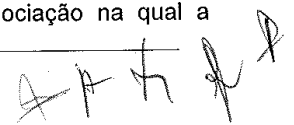
a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela venda quando oriundas de bilhetes, e pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes foram avaliados ao custo médio de aquisição, cujos valores não superam os de mercado.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

g) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil econômica estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

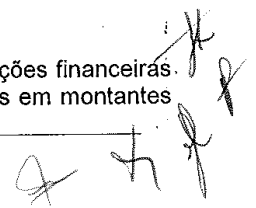
A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam qualquer valor comercial.

h) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta Companhia.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Caixa	11.050	9.950
Valores em trânsito	499.076	1.708.319
Aplicações de liquidez imediata	57.046.671	43.757.026
	<u>57.556.797</u>	<u>45.475.295</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

	2013	2012
Venda de Bilhetes	1.265.711	2.127.092
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	525.516	541.742
	<u>1.791.227</u>	<u>2.668.834</u>

Após a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica percebe-se a redução gradativa da Venda de Bilhetes impressos em virtude da migração para o sistema de créditos eletrônicos.

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E PARCELAMENTO DE DÉBITO DE EMPREGADOS

	2013		2012	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.317.222		2.188.622	
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	61.538		96.512	
Parcelamento de débitos de empregados	247.777	1.350.570	176.774	1.118.579
	<u>2.626.536</u>	<u>1.350.570</u>	<u>2.461.908</u>	<u>1.118.579</u>

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56**a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros**

Compõe os adiantamentos a empregados valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo; sendo tais valores ajustados por provisão quando a possibilidade de realização dos mesmos é considerada remota pela área de recursos humanos.

b) Parcelamento de débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando a relevância dos valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante referente ao Plano de Saúde pós-pago de R\$ 91.856 e não circulante R\$ 1.350.570, já ajustados por provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. Os demais parcelamentos de débito de empregados do ativo circulante totalizam R\$ 155.921.

8. DIREITOS A RECEBER

	2013	2012
Convênio Pessoal Cedido	169.167	79.698
Depósitos e Cauções	196.137	193.831
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	970	633
Devedores Infração Legal e Contratual	236.286	262.896
	<u>602.560</u>	<u>537.059</u>

O valor de R\$ 236.286 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A TRENSURB depois de cessadas as tentativas de cobrança administrativa está dando o encaminhamento junto à área jurídica para realização de cobrança judicial.

9. ESTOQUES

Estoques de materiais de consumo e bilhetes	2013	2012
Material de TUES e veículos	6.247.788	5.063.324
Material da via permanente	780.679	449.448
Sistemas operacionais	1.988.619	1.984.293
Peças e acessórios de equipamentos	1.339.699	1.221.093
Materiais de expediente e administrativos	688.438	488.767
Bilhetes	368.833	417.624
	<u>11.404.035</u>	<u>9.622.650</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2013	2012
Depósitos Judiciais Cíveis	13.666	12.890
Depósitos Judiciais Trabalhistas	16.134.438	14.726.684
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	60.823	56.683
	<u>16.208.927</u>	<u>14.796.257</u>

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-86

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora S/ Receita Própria de R\$ 9.558.254 (R\$ 8.832.090 em 2012) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Taxa Média Anual Depreciação (%)	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido 2013	Valor líquido 2012
Terrenos	-	39.732.797	-	39.732.797	39.719.356
Edificações, estações e depósitos	4	227.855.624	(35.236.506)	192.619.118	90.153.674
Obras de arte (passarelas e viadutos)	3	169.308.267	(48.387.608)	120.920.659	111.382.044
Via permanente	3	468.059.915	(46.184.123)	421.875.793	73.902.154
Sistemas operacionais	9	195.785.254	(49.616.947)	146.168.307	31.927.932
Veículos ferroviários/aeromóvel	5	126.215.566	(73.308.394)	52.907.172	51.698.035
Veículos rodoviários	33	888.775	(785.115)	103.660	123.096
Equip. processamento de dados	22	5.881.632	(5.289.132)	592.500	892.381
Equipamentos, máquinas e instrumentos	13	50.466.674	(20.690.112)	29.776.562	9.450.873
Instalações	11	2.019.874	(1.497.956)	521.917	385.938
Móveis e utensílios	10	7.648.128	(3.266.747)	4.381.381	3.203.449
Benefícios em bens de terceiros	17	14.091.449	(6.887.589)	7.203.860	7.293.750
Imobilizado em curso	-	434.520.251	-	434.520.251	989.915.809
Importações em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Almoxnifado de bens imobilizados	-	3.567.297	-	3.567.297	3.567.297
		1.748.104.541	(291.160.228)	1.454.954.314	1.413.678.828

Movimentação do ano

Saldo inicial	1.413.678.828
Adições	67.570.398
Baixas e Transferências	(57.692)
Depreciação	(26.237.219)
Saldo final	1.454.954.314

b) A companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando neste ano o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No exercício de 2013 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 4.118.208 referente a depreciação e no valor de R\$ 1.400.190 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

de R\$ 52.213.487 (R\$ 54.931.504 em 2012) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 26.897.857 (R\$ 28.298.048 em 2012).

c) A Administração da Companhia juntamente com a área técnica, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment") considerando que não houve fatos econômicos, mudanças de negócios ou tecnológicas ou ainda alterações na forma de utilização dos bens que tenham afetado a vida útil e/ou o valor econômico dos bens.

d) Os principais investimentos em ativo imobilizado no ano de 2013 são referentes às obras de extensão do Trecho Norte da Linha 1, entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, as obras do Aeromóvel e o Adiantamento para aquisição de novos trens no valor de R\$ 77.062.508 (R\$ 28.311.308 em 2013, R\$ 48.751.200 em 2012). No ano de 2013 foi transferido do imobilizado em curso para o imobilizado definitivo o valor de R\$ 555.395.558 referente à valorização parcial das obras de extensão do Trecho Norte da Linha 1 e do Aeromóvel. As referidas transferências do imobilizado geraram aumento da despesa de depreciação no exercício.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 226.451.403 em 2013 (R\$ 233.239.243 em 2012).

f) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval e roubo, além de danos materiais e corporais a terceiros. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 7.546.200 (R\$ 8.046.200 em 2012). Em janeiro de 2014, será renovado o seguro dos veículos, perfazendo o total segurado em 2014 de R\$10.047.729

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

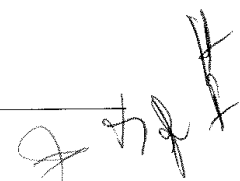
b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

Contas	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
	amortização (%)	Corrigido	Acumulada	2013	2012
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(3.106)	1.766	2.234
Softwares	20	2.306.895	(1.875.427)	431.468	618.576
Outras despesas de informática	10	26.000	(22.753)	3.247	5.852
		3.713.567	(1.901.286)	1.812.281	2.002.463

Movimentação do ano

Saldo inicial	2.002.463
Adições	-
Baixas e Transferências	(0,40)
Amortização	(190.181)
Saldo final	1.812.281



Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

14. FORNECEDORES

A variação na conta de fornecedores deve-se ao faturamento em 2012 do valor de R\$ 48.751.200, conforme contrato nº 08.170.064/2012 que tem como objeto a aquisição de 15 trens unidade elétricos – TUE, que teve sua liquidação em 2013.

15. CREDORES POR CONVÊNIO

	2013	2012
Convênios SES/SENAI	152.349	101.179
Repasso Termo Compromisso	339.664	0
Assistência Saúde	406.693	230.385
Credores Diversos	8.689	62
	<u>907.394</u>	<u>331.626</u>

O repasse do termo de compromisso refere-se ao valor transferido pela Trensurb ao Município de São Leopoldo referente à construção de unidades habitacionais para reassentamento de moradias desapropriadas ao longo da obra de expansão do trecho São Leopoldo/Novo Hamburgo.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

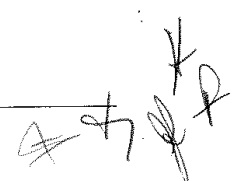
A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis em curto prazo, compõe-se de R\$ 217.364.993 (R\$ 180.138.756 em 2012), para ações de empregados e de R\$ 3.150.924 (R\$ 2.264.358 em 2012), para ações de empregados de empresas terceirizadas, cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável.

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada possível compõe-se de R\$ 78.916.164 (R\$ 77.282.827 ações de empregados e R\$ 1.633.336 ações de empregados de empresas terceirizadas) sendo que o valor de R\$ 29.607.300, encontra-se registrado no passivo não circulante, por ser remanescente de períodos anteriores e permanecerá até sua realização ou reclassificação. A reversão de R\$ 19.693.382 é oriunda da reclassificação dos passivos trabalhistas pela área jurídica da empresa.

A movimentação das provisões trabalhistas em 2013 e 2012 está composta como segue:

	2013	2012
	Circulante	Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	182.403.115	133.404.270
(+) Provisões	53.902.470	55.280.244
(-) Pagamentos	15.789.667	6.281.399
Saldo em 31 de dezembro	<u>220.515.918</u>	<u>182.403.115</u>
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	50.074.632	34.831.028
(+) Provisões	-	18.888.402
(-) Pagamentos	773.950	3.644.798
(-) Reversões	19.693.382	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>29.607.300</u>	<u>50.074.632</u>
Total Provisionado	<u>250.123.218</u>	<u>232.477.747</u>

b) Provisão para contingências cíveis



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Foram registradas no ativo circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável. A variação da provisão civil deve-se ao ingresso de novas ações sendo a de maior valor (R\$ 500.000) refere-se ao processo do Ministério Público Federal que trata de ação civil pública para que a TRENSURB indenize os usuários em caso de parada do sistema, bem como que providencie as rotinas necessárias para o caso de interrupção do sistema (Plano de Contingências). A reversão de R\$ 791.120 é oriunda da reclassificação dos passivos cíveis pela área jurídica da empresa.

A movimentação das provisões cíveis em 2013 e 2012 está composta como segue:

	2013	2012
	Circulante	Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	887.546	525.504
(+) Provisões	1.512.404	418.222
(-) Pagamentos	64.883	56.180
(-) Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro	2.335.067	887.546
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo em 1.º de janeiro	791.120	565.111
(+) Provisões	-	226.009
(-) Pagamentos	-	-
(-) Reversões	791.120	-
Saldo em 31 de dezembro	-	791.120
Total Provisionado	2.335.067	1.678.666

17. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte.

Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício.

Na fase ativa o plano não traz qualquer risco de desequilíbrio. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano passa a ter risco, pois há a opção de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

PREMISSAS ATUARIAIS	
Taxa de Juros Atuariais	5% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Taxa de Rotatividade	0,78
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC
Tábua de Mortalidade Válidos	AT 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	Ex-IAPC
Tábua de Entra em Invalidez	Hunter Conjugada com Álvaro Vindas

Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Em relação ao valor presente das obrigações atuariais do Plano e de seus ativos para cobertura dessas obrigações assumidas, os valores são:

Passivos Atuariais (Valor Presente)	2013	2012
Benefícios Concedidos	19.299.141	16.644.522
Benefícios a Conceder	18.327.739	18.872.348
	37.626.880	35.516.871
Ativos Líquidos		
Benefício Definido	3.575.216	3.701.511
Contribuição Definida	30.221.977	32.016.457
	33.797.193	35.717.968
Custo do Serviço Passado	694.127	638.046
Fundo Previdencial	560.802	536.496
Superávit/Déficit Atuarial	(3.696.362)	302.649

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

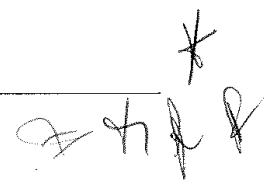
Os ganhos e perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008 e alterações conforme resolução CNPC13/2013.

Conforme parecer atuarial o resultado deficitário apurado no findo do exercício de 2013 deve-se ao impacto do aumento da longevidade da população no plano de benefícios, em virtude da alteração da tábua de mortalidade geral, e o efeito negativo da rentabilidade acumulada no exercício de -5,39%, ocorrida principalmente devido a elevação da taxa de juros básica da economia, a SELIC, o que impacta na precificação e desvaloriza os títulos públicos presentes na carteira de investimentos do plano. Parte do resultado também foi influenciado pela desvalorização da bolsa de valores brasileira (BM&FBovespa), onde o plano de benefícios também possui investimentos. Somentamos que o plano de previdência é um investimento de longo prazo, sujeito a riscos, que são mitigados no decorrer dos anos. No curto prazo, podem ocorrer variações negativas, assim como na grande maioria das aplicações financeiras.

O passivo da patrocinadora corresponde a R\$ 91.087 (R\$ 33.174 – parcela circulante e R\$ 57.913 parcela não circulante) e R\$ 111.833 em 31/12/2012 (R\$ 31.419 – parcela circulante e 80.414 – parcela não circulante).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social

O capital social está representado por 5.865.505.971 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:



Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

Composição Acionária em	2013		2012	
	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	5.857.046.685	99,8558	4.038.800.585	99,7910
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,1116	6.543.949	0,1617
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0326	1.915.337	0,0473
Total	5.865.605.971	100,0000	4.047.259.871	100,0000

b) Adiantamentos para aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta de despesas financeiras.

19. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	2013	2012
PASEP/COFINS	89,43	0
IRPJ	1.710.964	2.549.499
CSLL	542	2.921
	1.711.596	2.552.420

Embora existam prejuízos fiscais operacionais de R\$308.317.887 (R\$ 255.363.133 em 2012) e bases negativas de CSLL de R\$ 323.316.447 (R\$ 270.361.694 em 2012), não há probabilidade de lucros tributáveis futuros que permitam registrar, total ou parcialmente, ativos fiscais diferidos. Durante o exercício de 2013, os saldos das contas de IRPJ e CSLL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Pasep e Cofins.

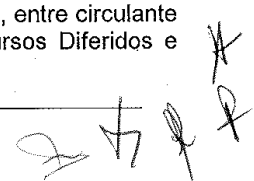
20. RECEITA LÍQUIDA

RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	83.745.355	71.069.239
Aluguéis, arrendamentos e concessões	4.272.615	3.623.630
	88.017.970	74.692.869
Tributos sobre a receita bruta	(3.244.417)	(4.304.452)
RECEITA LÍQUIDA	84.773.553	70.388.417

21. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 - SIAFI

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Ministério das Cidades, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e registro de Restos a Pagar referente orçamento do exercício findo.



Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 00.976.853/0001-56

No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2013 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores referem-se a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizados pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, até o dia 06.01.2014, que tem por base o sistema SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilidade maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

ATIVO		Nota	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
Circulante	a	R\$ 93.816.553	R\$ 84.097.776	R\$ 9.718.778	
Não Circulante	b	R\$ 1.483.768.304	R\$ 1.483.928.828	R\$ -160.524	
Total do Ativo		R\$ 1.577.584.857	R\$ 1.568.026.604	R\$ 9.558.254	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferenças
Circulante	c	R\$ 464.219.108	R\$ 252.398.829	R\$ 211.820.279	
Não Circulante		R\$ 56.563.070	R\$ 56.563.070	0	
Patrimônio Líquido	d	R\$ 1.056.802.679	R\$ 1.259.064.704	R\$ 202.262.025	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		R\$ 1.577.584.857	R\$ 1.568.026.604	R\$ 9.558.254	

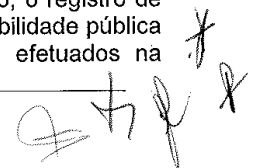
- a) A diferença no Ativo Circulante de R\$ 9.718.778 a maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorre em função da classificação entre Curto e Longo prazo, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, assim como, os ajustes efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
9.558.254	Valor referente a apropriação da receita própria penhorada pela justiça do Trabalho registrada na contabilidade societária como Depósito judicial no Realizável Longo Prazo em contra partida com a Receita.
160.524	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
9.718.778	Total da Diferença no ATIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

- b) A diferença no Ativo não-Circulante - Realizável a Longo Prazo de R\$ 160.524 a maior na contabilidade da Lei nº 6.404/76 ocorre em função da classificação entre Curto e Longo Prazo, pois não há no Realizável à Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, assim como, os ajustes efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
160.524	Valor referente a registros de Depósitos Judiciais em contas do Circulante no SIAFI e no Não Circulante na contabilidade Societária por melhor adequação do termo da conta.
160.524	Total da Diferença no ATIVO NÃO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

- c) A diferença no Passivo Circulante de R\$ 211.820.279 à maior na contabilidade da Lei nº 4.320/64 ocorreu devido à obrigatoriedade de registros cujas naturezas não sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº 6.404/76, tais como, o registro de Restos a Pagar não processados a Liquidar e em liquidação que na contabilidade pública já foi registrado e levado para o resultado, assim como, os ajustes efetuados na



Ministério das
Cidades
 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
 Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
 CNPJ 90.976.853/0001-56

contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI conforme demonstrativo abaixo:

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
9.558.254	Valor registrado no SIAFI referente a insuficiência de crédito dos valores confiscados pela Justiça do Trabalho para garantia de penhora em moeda corrente em ações ajuizadas referente a Reclamatórias Trabalhistas sem a devida dotação orçamentária e financeira aprovada para este Programa de Trabalho, considerando que os valores sacados pela Justiça foram da Fonte de Recursos Próprios (receita da venda de bilhetes) e a dotação orçamentária aprovada para este fim é fonte do Tesouro.
(593)	Valor referente a ajuste na composição da Provisão de Fornecedores a pagar com seus impostos e contribuições efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI.
202.262.618	Valor registrado em Restos a Pagar não processados a liquidar e em liquidação no SIAFI com contra partida de Resultado e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço.
211.820.279	Total da Diferença no PASSIVO CIRCULANTE entre os dois sistemas contábeis.

- d) A diferença no Patrimônio Líquido de R\$ 202.262.025 conforme demonstrativo abaixo, refere-se aos registros de ajustes com lançamentos de contrapartida na despesa ou receita, que foram efetuados no SIAFI sem registro na contabilidade societária por não serem pertinentes a esta contabilidade.

Valor – R\$	DESCRIÇÃO
202.262.618	Valor registrado em Restos a Pagar não processados em liquidação no SIAFI com contra partida de Resultado e que na contabilidade societária somente será registrada mediante a apresentação do documento fiscal com o Material e/ou serviço.
(593)	Valor referente a ajuste na composição da Provisão de Fornecedores a pagar com seus impostos e contribuições efetuados na contabilidade societária após o prazo de encerramento para registro no SIAFI, com reflexo no resultado.
202.262.025	Total da Diferença no PATRIMONIO LIQUIDO entre os dois sistemas contábeis.

22. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	25.435	20.267	22.851
Empregados	14.113	978	3.356

23. EVENTOS SUBSEQUENTES


- a) Conforme nota explicativa 17, o fechamento do exercício de 2013 apurou resultado deficitário no plano de previdência. A empresa tem programado para ano de 2014 a execução de uma campanha de adesão ao plano para os empregados, como forma de incentivar o ingresso de novos participantes, o que certamente trará reflexos positivos ao resultado. Também está previsto alteração no regulamento (que após aprovado pelo DEST, deve passar por aprovação da PREVIC) visando eliminar a obrigatoriedade de pagamento de joia para empregados há mais de 60 dias (até 60 dias já é isento) bem como fixar um teto máximo de benefício, o que limitaria o valor das contribuições da empresa, gerando maior disponibilidade para outros empregados aumentarem a sua participação no plano. O incremento nas contribuições e adesão de empregados jovens poderá tornar o plano superavitário no

Ministério das
CidadesEmpresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
Sociedade de Economia Mista – Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

horizonte de longo prazo. O resultado deficitário foi ocasionado pelo não atingimento da meta atuarial de 10,84% (INPC + 5%a.a.) frente a rentabilidade acumulada -5,39% no exercício de 2013, nos termos da Resolução CNPC nº 13/2013, o plano de equacionamento do déficit está condicionado a elaboração do estudo, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade administradora e divulgado aos participantes, assistidos e patrocinadora ao final do exercício de 2014, a vigorar a partir de abril do ano de 2015, caso o resultado deficitário permaneça no fechamento do exercício de 2014.

b) A empresa aprovou em 24 de dezembro de 2013 o Plano de Apoio a Aposentadoria, que tem como objetivo incentivar financeiramente empregados aposentados ou que estejam próximos do período de aposentadoria mediante o pedido de desligamento. Os desligamentos estão previstos para ocorrer no período de abril de 2014 até março de 2015 e todo o valor a ser desembolsado está previsto no orçamento da Trensurb junto a Secretaria de Orçamento Federal, no programa de pagamento de pessoal ativo da União para os anos de 2014 e 2015. O limite aprovado de desembolso para o Programa de Apoio a Aposentadoria é de R\$ 24.892.478.

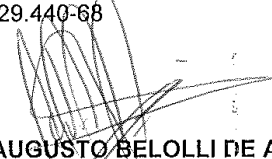
Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.




HUMBERTO KASPER
Diretor Presidente
CPF 334.129.440-68



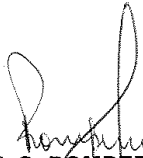
LEONARDO HOFF
Diretor de Administração e Finanças
CPF 659.293.810-20



CARLOS AUGUSTO BELOLLI DE ALMEIDA
Diretor de Operações
CPF 490.822.720-91



MARIA CECÍLIA DA SILVA BRUM
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 77.983
CPF 983.515.910-68



VANESSA G. POMPERMAYER MENEZES
Gerência de Orçamento e Finanças
Administradora - CRA-RS Nº 30.620
CPF 978.326.180-00

11.5 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.11.5.1 - Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Denominação completa				
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional	99,8558%	99,7910%	99,6292%
	Outras Entidades Governamentais	0,1442%	0,2090%	0,3708%
	Estado do Rio Grande do Sul	0,1116%	0,1617%	0,2868%
	Município de Porto Alegre	0,0326%	0,0473%	0,0840%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	100,00%	100,0000%	100,0000%
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,00%	0,00%	0,00%
Subtotal Ordinárias (%)		100,00%	100,00%	100,00%
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	0,00%	0,00%	0,00%
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,00%	0,00%	0,00%
Subtotal Preferenciais (%)		0,00%	0,00%	0,00%
Total		100%	100%	100%

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

Quadro A.11.5.2 - Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2013			
Denominação Investidora			
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Brasil Telecom S.A **	0,000000%	0,0000002%	0,000002%
Tractbel Energia S.A**	0,000000%	0,0000000%	0,000000%
Vivo Participações S.A **	0,000000%	0,0000007%	0,000007%
	0,000000%	0,0000009%	0,000009%
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Brasil Telecom S.A **	0,0000000%	0,0000019%	0,0000019%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás **	0,0000000%	0,0000000%	0,0000000%
Vivo Participações S.A **	0,0000000%	0,0000007%	0,0000007%
	0,0000000%	0,0000026%	0,0000026%

Fonte: SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio)

**** O número de ações dividido pelo total de ações da empresa conforme posição atualizada dos dados extraídos da BOVESPA, não atinge o índice de seis dígitos após a vírgula, ou seja, o percentual no total de ações nas empresas investidas é insignificante.**

11.6 RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013.

Eldorado do Sul, 14 de fevereiro de 2014.

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas de
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TREN SURB
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TREN SURB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TREN SURB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Conhecimento que Gera Valor

www.AudiLink.com.br



Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A - TRENSURB, em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. A administração da Companhia decidiu apresentar essa demonstração como informação suplementar às IFRS e legislação brasileira, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS 005275/F-2
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CRC/RS 023584/O-8 S-RS

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

RECONHECIMENTOS 2013

GesPública - A TRENSURB recebeu a certificação pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública).

PGQP - Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade - A TRENSURB foi agraciada com a certificação pela participação na Etapa da autoavaliação do SAG (Sistema de Avaliação da Gestão) 2013;

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos - A TRENSURB recebeu Troféu Prata na edição 2013 do prêmio ANTP de Qualidade, na categoria: Operadoras Metroferroviárias Urbanas e Metropolitanas.

Responsabilidade Socioambiental - Empresa certificada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Prêmios Responsabilidade Socioambiental)

Revista Amanhã - A TRENSURB é a 86ª empresa entre as 500 maiores do sul do Brasil e 31º do estado no ranking elaborado anualmente pela Revista.

PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO

(DN 127/2013 - ANEXO II – TCU)

33 UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

I - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinada:

- 1) Nome: BB Previdência
- 2) Razão Social: BB Previdência Fundo de Pensão do Banco do Brasil
- 3) CNPJ: 00.544.659/0001-09
- 4) Demonstrativo Anual, contendo:
 - a) Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes; **R\$ 13.458.114,53**
 - b) Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes; **R\$ 1.047.679,05**
 - c) Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora; **R\$ 932.246,00**
 - d) Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora; **Não se aplica.**
 - e) Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições; **Não se aplica.**
 - f) Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal;

Informações apresentadas na Tabela abaixo. As aplicações estão em conformidade com as estratégias de alocação da Política de Investimentos da BB Previdência e com os limites estabelecidos no Capítulo VII da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009.

Tabela XI - Participação dos Investimentos em relação aos limites legais

Participação dos Investimentos em relação aos limites legais - Resolução CMN Nº 3.792				
Descrição	Limite	Efetivo	Espaço	Valor
Total dos Investimentos da Fundação	100,00	100,00	0,00	R\$ 33.728.973,35
Renda Fixa	100,00	79,30	20,70	R\$ 26.748.072,16
Títulos Dívida Pública Federal	100,00	65,03	34,97	R\$ 21.934.104,22
Outros Títulos de R. Fixa (*)	80,00	14,27	65,73	R\$ 4.813.967,93
Títulos de Instituições autorizadas pelo Bacen *	80,00	1,79	78,21	R\$ 603.494,91
Debêntures *	80,00	7,59	72,41	R\$ 2.558.513,86
Fundos em Direitos Creditórios *	20,00	0,33	19,67	R\$ 112.242,14
Cotas de FI/FICFI/Multimercados *	20,00	4,56	15,44	R\$ 1.539.717,02
Renda Variável	70,00	17,92	52,08	R\$ 6.044.819,91
Ações (**)	70,00	14,17	55,83	R\$ 4.780.114,57
Ações Cias Abertas - Novo Mercado **	70,00	5,43	64,57	R\$ 1.830.236,18
Ações Cias Abertas - Nível 2 **	60,00	0,34	59,66	R\$ 116.287,93
Ações Cias Abertas - Nível 1 **	45,00	8,40	36,60	R\$ 2.833.590,46
Outras Ações Cias Abertas e Fundos de índice	35,00	3,75	31,25	R\$ 1.264.705,34
Investimentos Estruturados	20,00	0,83	19,17	R\$ 280.332,94
Fundos de Investimentos em Participações	20,00	0,68	19,32	R\$ 230.094,69
Fundos de Investimentos Imobiliários	10,00	0,15	9,85	R\$ 50.238,24
Outros Valores Não Classificados (***)	100,00	1,94	98,06	R\$ 655.748,34

*** Valores a pagar, valores a receber, saldo provisionado e valores em caixa.

Fonte: BB Previdência

g) Síntese da manifestação da Secretaria de Previdência Complementar;

No exercício de 2013, o Plano TRENURB PREV não passou por nenhuma alteração regulamentar ou ação de fiscalização, e não houve manifestação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, entidade de fiscalização e supervisão das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

h) Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciado o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional;

A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimento da BB Previdência. O documento é constituído por um conjunto de diretrizes de longo prazo que visam à preservação e melhoria da performance dos ativos financeiros, por meio de um processo prudente de investimentos. As informações contidas na Política são encaminhadas à PREVIC no prazo de 30 dias contados da data de aprovação pelo Conselho Deliberativo. Além disso, contém os itens mínimos exigidos no parágrafo 3º do Capítulo V da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de Setembro de 2009, estando com conformidade com as exigências estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A tabela abaixo consiste em informações que evidenciam o retorno das aplicações.

Tabela XII - Retorno das aplicações

BB PREVIDÊNCIA		EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE			
MÊS	RENT.	SELIC	META ATUARIAL INPC + 5%	CDI	IBOVESPA Var. (%)
2 0 1 3					
jan/13	0,48%	0,60%	1,33%	0,58%	-1,95%
fev/13	-1,08%	0,49%	0,93%	0,48%	-3,91%
mar/13	-0,93%	0,55%	1,01%	0,54%	-1,87%
abr/13	0,97%	0,61%	1,00%	0,60%	-0,78%
mai/13	-2,31%	0,60%	0,76%	0,58%	-4,30%
jun/13	-3,08%	0,61%	0,69%	0,59%	-11,31%
jul/13	1,21%	0,72%	0,28%	0,71%	1,64%
ago/13	-0,97%	0,71%	0,57%	0,70%	3,68%
set/13	1,28%	0,71%	0,68%	0,70%	4,65%
out/13	1,80%	0,81%	1,02%	0,80%	3,66%
nov/13	-2,98%	0,72%	0,95%	0,71%	-3,27%
dez/13	0,24%	0,79%	1,13%	0,78%	-1,86%
Acum. 2013	-5,39%	8,22%	10,84%	8,06%	-15,50%

Fonte: BB Previdência

5) Conclusões contidas no parecer da auditoria independente;

Conclusão extraída do Relatório da empresa GAMA Consultores Associados que apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano TRENSURB PREV, administrado e executado pela BB PREVIDÊNCIA - Fundo de Pensão Banco do Brasil, patrocinado pela TRENSURB.

“Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano TRENSURB PREV, em 31/12/2013, é deficitária em R\$ 3.696.362,42, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Em se tratando de déficit superior a 10% do total das provisões Matemáticas em Benefício Definido, a Entidade deverá elaborar um Plano de Equacionamento para solucionar o déficit, o qual deverá ser aprovado até o final do exercício de 2014”.

6) Demonstração do resultado atuarial no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, acompanhada de justificativas e análises de eventuais resultados deficitários;

RESULTADO DO PLANO - 2011

Resultado do exercício	-R\$ 476.499,68
Déficit Técnico	R\$ 279.796,51
Superávit Técnico	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 0,00

O Plano TRENSURB PREV apresenta-se deficitário em 2011.

Essa variação do resultado entre 2010 e 2011 deve principalmente à não realização da meta atuarial. A rentabilidade líquida alcançada em 2011 pelo FUVATES PREV foi de 7,2761% a.a. enquanto a Meta Atuarial (INPC + 6% a.a.) chegou a 12,4447% a.a., resultando em uma perda atuarial de 5,1686 pontos percentuais.

RESULTADO DO PLANO - 2012

Resultado do exercício	R\$ 582.445,27
Déficit Técnico	R\$ 0,00
Superávit Técnico	R\$ 302.648,76
Reserva de Contingência	R\$ 302.648,76
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 0,00

O Plano TRENSURB PREV encontra-se superavitário em 2012. A variação positiva do resultado entre 2012 e 2011 é explicada principalmente pelo bom desempenho dos investimentos durante o exercício de 2012.

RESULTADO DO PLANO - 2013

Resultado do exercício	-R\$ 3.999.011,18
Déficit Técnico	R\$ 3.696.362,42
Superávit Técnico	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 0,00

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 36.932.753,18, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2013, no montante de R\$ 33.236.390,76, verifica-se que o Plano apresentou déficit técnico-atuarial, de R\$ 3.696.362,42, em 31/12/2013.

O Plano passou de um resultado superavitário de R\$ 302.648,76 em 31/12/2012, para deficitário de R\$3.696.362,42, em 31/12/2013. Esse resultado deveu-se, especialmente, ao não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que foi negativa em 5,39% no exercício de 2013, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 5,00%, vigente no exercício de 2013, acrescida do INPC de 5,56%, totalizou 10,84% no mesmo período, gerando uma perda atuarial de 14,64%.

7) Conclusões do último estudo atuarial;

“Parecer Atuarial do Plano

Qualidade da base cadastral:

A base cadastral encaminhada pela BB PREVIDÊNCIA foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Regras de constituição a reversão dos fundos previdenciais:

Na Avaliação Atuarial de 2013, o Plano TRENSURB PREV, tem constituído o Fundo Previdencial para de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar Parcela no resgatável. Referido fundo tem como origem parcelas remanescentes das reservas patronais de poupança não resgatáveis correspondentes a Participantes que, por qualquer motivo, tenham resgatado sua reserva individual de poupança. Esse Fundo destina-se a cobrir eventuais insuficiências do Plano ou a suportar melhoria dos benefícios, na forma prevista em Nota Técnica Atuarial e no Regulamento vigentes.

Em 31/12/2013 o referido Fundo montava R\$ 560.801,93.

Variação do resultado:

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$ 36.932.753,18, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2013, no montante de R\$ 33.236.390,76, verifica-se que o Plano apresentou déficit técnico-atuarial, de R\$ 3.696.362,42, em 31/12/2013.

O Plano passou de um resultado superavitário de R\$ 302.648,76 em 31/12/2012, para deficitário de R\$3.696.362,42, em 31/12/2013. Esse resultado deveu-se, especialmente, ao não alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que foi negativa em 5,39% no exercício de 2013, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 5,00%, vigente no exercício de 2013, acrescida do INPC de 5,56%, totalizou 10,84% no mesmo período, gerando uma perda atuarial de 14,64%.

Natureza do resultado:

O resultado deficitário do Plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, do não cumprimento, no exercício de 2013, da meta atuarial pela rentabilidade do Plano a de outras oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para a

Avaliação Atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

Soluções para equacionamento de déficit:

O Plano TREN SURB PREV apresentou déficit técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer.

Observado o disposto na Resolução MPS/CGPC n° 26/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC n° 13/2013, o déficit, se superior a 10% das Provisões Matemáticas, deve ser objeto de Plano de Equacionamento até o final do exercício subsequente ao da apuração do resultado deficitário. Como o déficit deste exercício foi de 18,58% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido, haverá necessidade de, em 2014, realizar-se e aprovar-se um Plano de Equacionamento para a cobertura do referido déficit.

Adequação dos métodos do financiamento:

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização, sendo conjugado com o método Agregado para os benefícios de risco, e com o método de Capitalização Financeira para os benefícios programados, constantes para os benefícios programados do Plano.

Os métodos utilizados estão aderentes a legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC n° 18/2006.

Outros fatos relevantes:

- 1) Todos os ativos de investimentos, conforme informado pela Entidade, estavam contabilizados a valor de mercado;*
- 2) De acordo com o Balancete Contábil de 31/12/2013, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;*
- 3) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$ 704.750,37, sendo R\$ 560.801,93 referentes a Fundos Previdenciais e R\$ 143.948,44 referentes a Fundo Administrativo;*
- 4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2013, comparativamente as dotadas para o exercício do 2012, procederam-se as seguintes alterações:
 - i. Fator de Capacidade: 0,9811 em substituição a 1,0000;*
 - ii. Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000 M (Básica) em substituição da AT-83 M; e*
 - iii. Taxa de Rotatividade: 0,78% a.a. em substituição a 0,00% a.a.**
- 5) No que diz respeito ao custeio administrativo, a taxa de carregamento, incidente sobre as receitas de contribuições pessoal e patronal vertidas, a do 3,50%; e*
- 6) Quanto ao preenchimento da DA, destacamos que:
 - a) A Tábua de Mortalidade Geral foi a AT 2000 Masculina (Básica);*
 - b) A Tabua de Entrada em Invalidez foi a conjugação entre Hunter nas idades de 0 a 63 anos e Álvaro Vindas nas idades 64 a 115 anos.*
 - c) Os custos dos benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Renda Mensal de Pensão por Morte, avaliados pelo método de financiamento Agregado, foram informados no campo "BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS NO METODO DE FINANCIAMENTO AGREGADO".**

II) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em

que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

O Plano de Benefícios TRENSURB PREV não passou por ações de fiscalização no ano de 2013.

48 MEDIDAS ADOTADAS INTERNAMENTE PARA DOTAR A GERÊNCIA DE JURÍDICA DE INSTRUMENTOS EFICAZES PARA O CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS DE QUE A EMPRESA SEJA PARTE INTERESSADA

A Gerência Jurídica da TRENSURB desde o ano de 2010 vem sistematicamente se aprimorando para fins de institucionalização dos processos de forma a cumprir com o desiderato corporativo que é a redução do passivo trabalhista e assegurar que os atos administrativos e decisões administrativas detenham forma e conteúdo observando os princípios constitucionais positivados no art. 37, caput da CF/1988, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o princípio da economia dos recursos públicos, trazidos pelo art. 70 da Constituição Federal de 1988.

A força de trabalho da Gerência Jurídica está constituída com 4 empregados administrativos e 6 advogados, além do Gerente Jurídico. Os recursos humanos estão adequados para o trabalho a ser exercido e executado, nas esferas judiciais e administrativas internas, na observância do art. 38, § único da Lei 8.666/93.

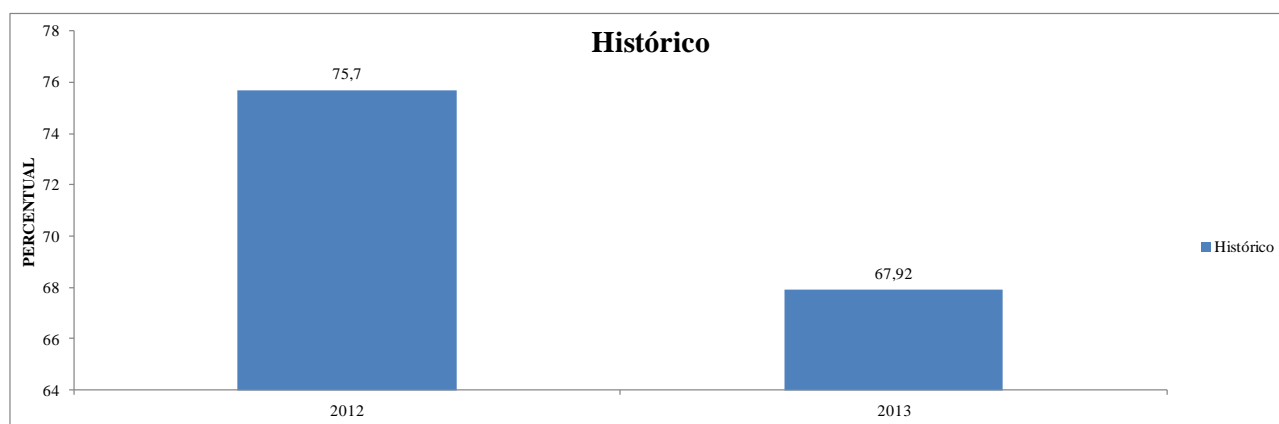
Para fins de atendimento do princípio da eficiência da máquina administrativa a Gerência Jurídica construiu ao longo do ano de 2011, para fins de homologação junto a Direção Executiva da Empresa para a aferição dos resultados judiciais e administrativos indicadores setoriais/gerenciais, sendo os quatro mais importantes, a saber: a) Êxito Judicial do corpo de advogados internos; b) Êxito Judicial do Contencioso Trabalhista; c) Pagamento de Condenações Judiciais; e d) Índice de Endividamento do Passivo Trabalhista.

Os indicadores de êxito judicial tanto do corpo interno como do contencioso trabalhista é mensurado considerando tão somente as decisões judiciais, nas diversas fases processuais (conhecimento, execução, cautelares, etc), que foram julgadas totalmente improcedentes contra a empresa. A meta a ser perseguida é o índice de 60% de julgados totalmente improcedentes contra a empresa.

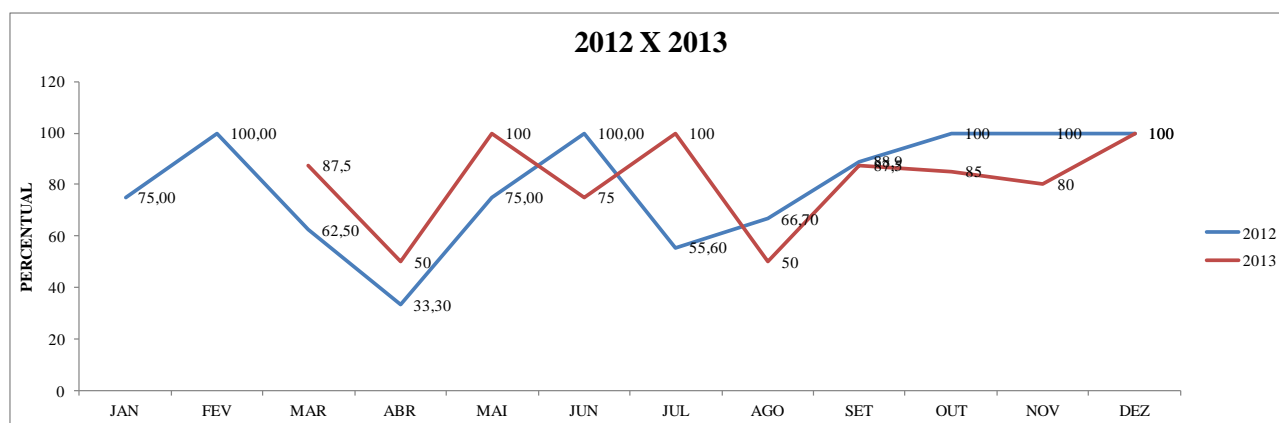
O indicador de pagamento de condenações judiciais é a aferição dos pagamentos judiciais, sendo a sua meta a diminuição constante. Por fim o indicador do endividamento do passivo trabalhista relaciona-se com a divisão do patrimônio líquido da empresa com o provisionamento do passivo circulante, sendo a meta ficar abaixo de 30%.

Abaixo estão representados os respectivos indicadores com os resultados acumulados ao longo dos anos de 2012 e 2013.

Êxito Judicial do Corpo de Advogados Internos

Figura XVIII - Gráfico Êxito Judicial do Corpo de Advogados Internos (anual)

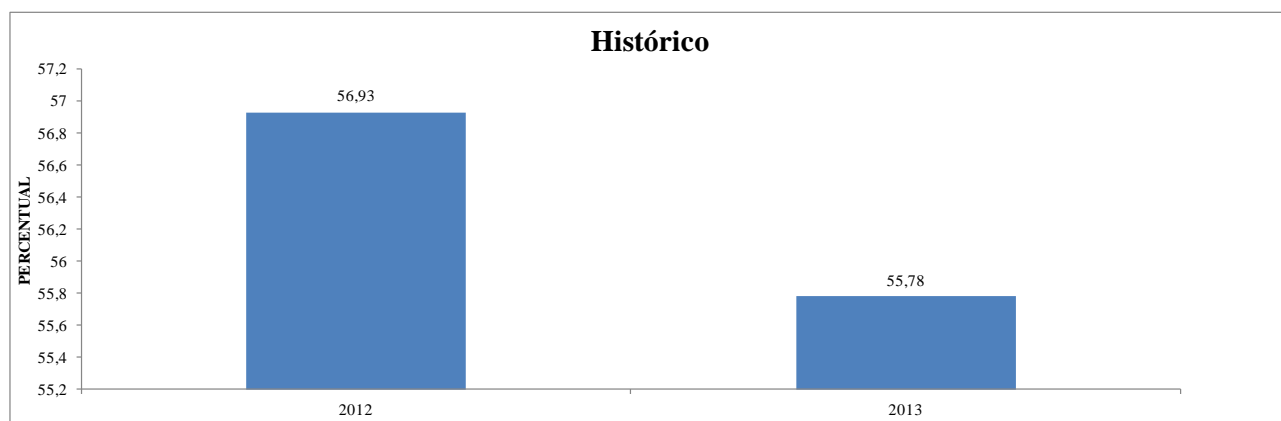
Fonte: Gerência Jurídica

Figura XIV - Gráfico Êxito Judicial do Corpo de Advogados Internos (mensal)

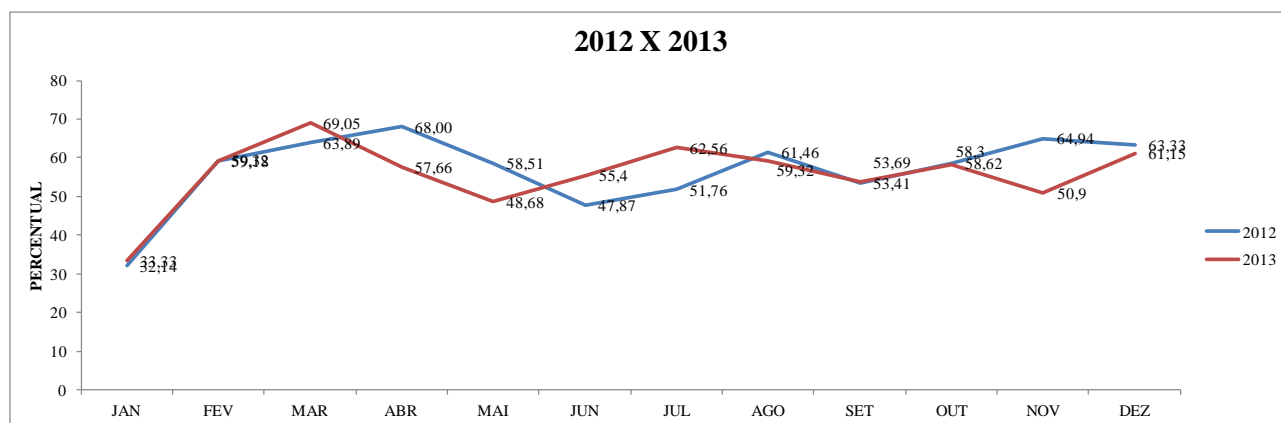
Fonte: Gerência Jurídica

O indicador demonstra o êxito judicial das ações julgadas improcedentes contra a empresa do total de julgados judiciais, em todas as áreas jurídicas, exceto o contencioso trabalhista. No ano de 2012 e 2013 o indicador consolidou-se respectivamente em 75,7% e 67,92%. A presente queda do indicador reflete a alteração da jurisprudência, principalmente em ações de responsabilidade civil da empresa em acidentes, furtos de usuários dentro do sistema metroferroviário. Todavia o indicador ainda encontra-se acima da meta perseguida de 60%.

Êxito Judicial do Contencioso Trabalhista

Figura XX - Gráfico Êxito Judicial do Contencioso Trabalhista (anual)

Fonte: Gerência Jurídica

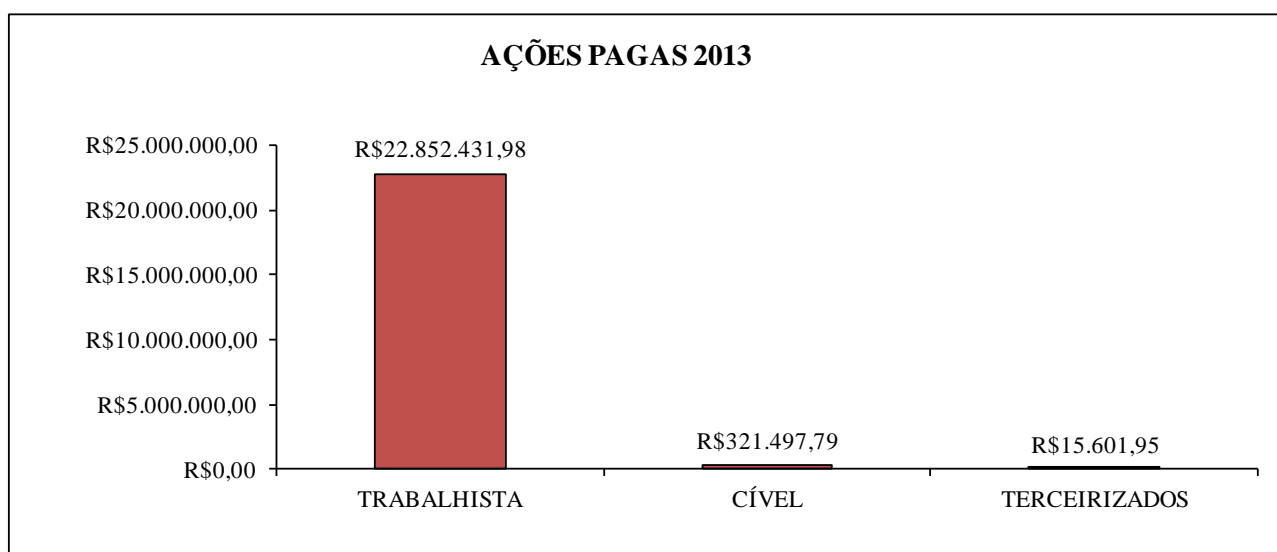
Figura XXI - Êxito Judicial do Contencioso Trabalhista (mensal)

Fonte: Gerência Jurídica

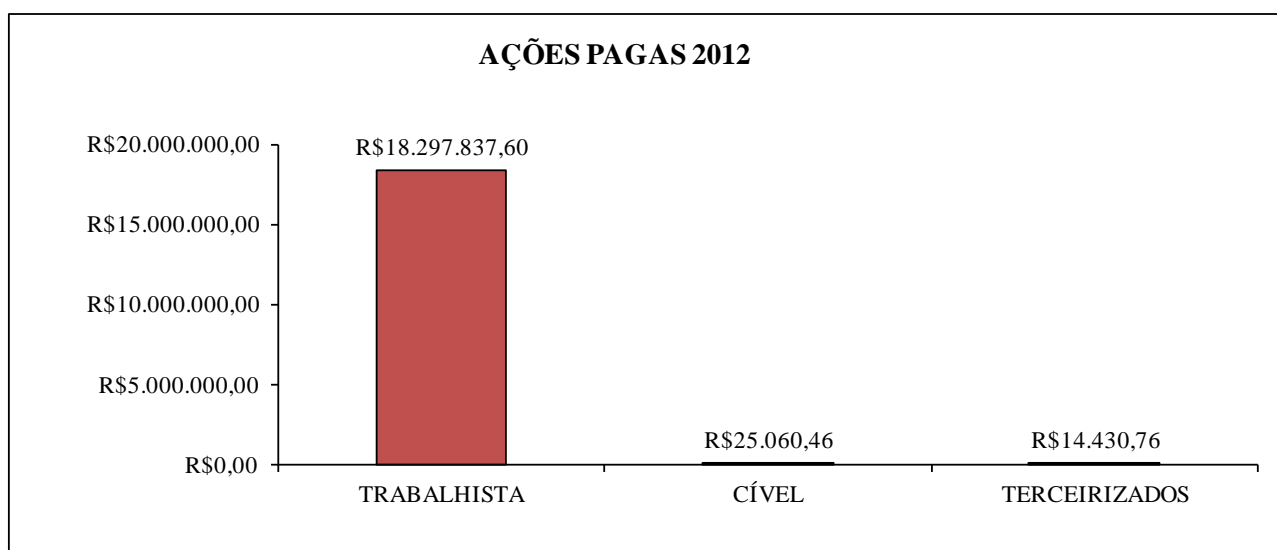
Nos anos de 2012 e 2013 praticamente o indicador obteve o mesmo índice, de 56,93% e 55,78%, respectivamente, muito próximo da meta estabelecida, o que demonstra que os procedimentos administrativos de recursos humanos estão em consonância com o objetivo estratégico de diminuição do passivo trabalhista. O presente indicador restou desmembrado do êxito geral para não contaminarmos as bases de dados e as decisões gerenciais em relação aos temas jurídicos específicos e distintos.

Ainda a Gerência Jurídica trabalha em sintonia com as unidades organizacionais com o maior índice quantitativo de reclamações trabalhistas de forma preventiva para fins de padronização jurídica e administrativa das rotinas de trabalhos, bem como com o respectivo cumprimento de sentença e alteração fática das condições que levam a formação de passivo contingente e trabalhista.

Pagamento de Condenações Judiciais

Figura XXII - Êxito Pagamento de Condenações Judiciais 2013

Fonte: Gerência Jurídica

Figura XXIII - Êxito Pagamento de Condenações Judiciais 2012

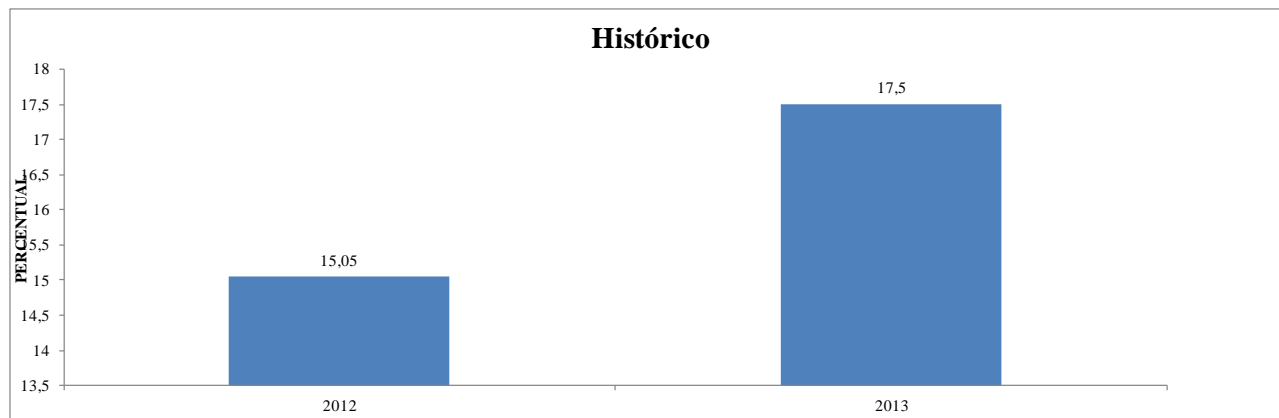
Fonte: Gerência Jurídica

O presente indicador reflete o pagamento total de ações judiciais dos anos de 2012 e 2013 divididos por classe jurídica, referente a ações trabalhistas de empregados próprios, ações de indenizações cíveis e ações de empregados terceirizados em que a empresa restou condenada a responsabilidade subsidiária trabalhista. Percebe-se claramente que mais de 98% dos pagamentos de judiciais refere-se ao contencioso trabalhista de empregados da empresa.

Tivemos um incremento de pagamento em relação ao comparativo dos anos de 2012 à 2013 que reflete por um lado o encerramento e liquidação de processos judiciais mais céleres se comparado no passado, bem como o aumento do dispêndio econômico e financeiro do passivo trabalhista.

Endividamento do Passivo Contingente

Figura XXIV - Endividamento do Passivo Contingente



Fonte: Gerência Jurídica

O presente indicador demonstra o aumento do endividamento do passivo contingente total da empresa em relação ao ano de 2012 à 2013, em relação ao patrimônio líquido, em decorrência do aumento do ingresso de ações no ano de 2013, por um lado, e da nova classificação do passivo contingente nos termos das regras da contabilidade pública nos conceitos de provável, possível e remoto, e atualizados trimestralmente, com a devida baixa dos processos pagos e encerrados, bem como a inclusão das novas demandas, por outro.

Além dos indicadores setoriais e gerenciais a Gerência Jurídica possui o controle do quantitativo do ingresso de ações ano a ano desde o ano de 2010, bem como dos processos encerrados, estando os mesmos classificados por objeto e demanda, e se são interpostos por empregados, ex-empregados, terceirizados e cíveis.

Tais controles estão consolidados em dois sistemas corporativos informatizados de gestão e transparência dos processos judiciais, um interno, vinculado ao Sistema Notes, denominado Protocolo Jurídico, com níveis de acesso a consulta por parte das diversas unidades organizacionais da empresa, e outro externo, vinculado ao Ministério das Cidades, denominado sistema Process, ambos em consonância com a política de transparências dos recursos públicos. Desde o ano de 2009 todo e qualquer pagamento de reclamações trabalhistas é obrigatório o registro no sistema Process, sendo que no ano de 2010 toda a liberação de recursos para os pagamentos está vinculada via sistema Process, ou seja, se a reclamação não estiver com as principais peças processuais digitalizadas no sistema, de acordo com a Portaria nº 546/SPOA/SE/MCIDADES, de 28 de dezembro de 2009, o Ministério das Cidades não libera os recursos para pagamento.

Além da natureza de registro das demandas, a Gerência Jurídica controla os fatos geradores de passivo trabalhista atuando de forma conjunta e articulada com as demais Unidades Organizacionais, com o objetivo de estancar o passivo trabalhista de forma preventiva, atuação efetiva na análise de processos administrativos formulados por empregados, e de forma corretiva, cumprimento de sentenças judiciais, com a abertura dos procedimentos administrativos competentes.

Por exemplo, para aqueles empregados que ajuizaram ações trabalhistas cujo objeto é o reconhecimento das 06 horas diárias, diferenças de adicional noturno, hora extra pela não concessão do intervalo para repouso e alimentação, adicional de periculosidade, e demais pedidos, com parcelas vencidas e vincendas e que gerem passivo trabalhista e que tiveram decisões favoráveis,

devem ser alocados em escalas de trabalho compatível com aquela carga horária diária deferida em juízo ou que fossem alocados para uma escala de turnos fixos. Do mesmo modo, para inclusão em folha de pagamento das parcelas deferidas judicialmente e com trânsito em julgado. Essas medidas se efetivam em dois momentos, um após o trânsito em julgado da reclamação trabalhista, evitando assim, a formação de passivo trabalhista, incidência de juros e correção monetária, honorários advocatícios e custas judiciais, e outro quando do ingresso da demanda, quando é encaminhado a Unidade Organizacional comunicação interna para fins de elidir os fatos causais do passivo trabalhista.

Outro ponto importante a destacar é a meta administrativa gerencial de evitar que o processo judicial seja levado ao pagamento de despesas com leiloeiro. Medida nem sempre fácil de cumprir tendo em vista a limitação de recursos orçamentários disponíveis para fins de adimplemento das decisões judiciais. Tal fato decorre em razão da TRENSURB não possuir natureza de fazenda pública, e estar submetida a regra do art. 173 da Constituição Federal, sendo que os seus bens podem ser penhorados para garantir a execução judicial, como também a sua receita operacional. Tal prática vem ocorrendo com maior frequência desde o ano de 2010. Para garantir a impenhorabilidade da receita operacional de numerários da empresa, teríamos que possuir alguma Portaria Ministerial informando que a receita de venda de numerários e bilhetes da empresa trata-se de renda pública e, portanto, vinculada ao Tesouro da União Federal.

Em todos os casos a TRENSURB vem sistematicamente embargando a penhora, argumentando que os recursos da venda de bilhetes e numerários da empresa trata-se de recursos públicos vinculados à União e portanto com rubrica específica, impossibilitando a sua penhora. A posição dos juízes do trabalho e do próprio Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região é pelo não reconhecimento da vinculação orçamentária frente a ausência de normativo em sentido estrito.

Em se tratando de penhora de valores de bilhetes para garantir a execução de reclamações trabalhistas, no aspecto jurídico o recurso continua sob o domínio da empresa, mas vinculado em conta bancária a disposição do juízo, em forma de depósito recursal. Em diversos casos o juízo da execução não aguarda o pagamento da empresa, por intermédio de sentenças judiciais, e acaba liberando os recursos para os reclamantes, o que acarreta em prejuízo administrativo, pois temos que observar critérios administrativos para liberação de tais recursos junto ao Ministério das Cidades, por intermédio da Portaria 546/SPOA/SE/MCIDADES já citada anteriormente.

No que se refere a mitigação do passivo trabalhista além do cumprimento de sentença após trânsito em julgado, a Gerência Jurídica atua de forma preventiva, seja, na elaboração de pareceres vinculados para o deferimento ou indeferimento de pedidos administrativos de empregados para solucionar as demandas provocadas, seja, na correção dos fatos geradores quando do ingresso da ação judicial, seja de natureza cível, seja de natureza trabalhista.

Recentemente a Gerência Jurídica em provocação para a formulação do Planejamento Estratégico da Empresa, que estabeleceu uma previsão de contingenciamento de pagamentos de reclamações trabalhistas até o ano de 2015, com o objetivo de atingir um equilíbrio na taxa de cobertura econômica, apresentamos proposta para acordos judiciais, a ser deliberada pela Direção Executiva da Empresa e do Conselho de Administração, nos termos do art. 1, § 3º da Lei 9469/1997, in verbis: "Art. 1 O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)..... § 3o As competências previstas neste artigo podem ser delegadas."

A presente proposta para acordos judiciais somente seria encaminhada em matérias consagradas e sumuladas pela Justiça do Trabalho e ou Tribunais Superiores, ou ainda em custo de

oportunidade do princípio da economicidade dos recursos públicos, nos termos do art. 1 e seu § 3 da Lei 9.469/97, devidamente amparado em Parecer Jurídico vinculado, sendo os cálculos de liquidação (fase conhecimento ou execução) elaborados pela Empresa, ou expressamente sob sua concordância, limitando ao máximo o pagamento de 80% do valor dos cálculos de liquidação, com a expressa anuência do demandante ou reclamante, dando quitação total, irrevogável e irretroatável da ação judicial.

A estimativa de pagamento e passivo contingente se reduz em razão da consolidação no tempo de juros e correção monetária, além da economia administrativa do valor principal, em um verdadeiro custo de oportunidade da administração pública, nos termos do art. 37 da CF/88, em especial o princípio da eficiência.

A proposta apresentada para fins de por fim ao litígio judicial, de acordo com o art. 1º, § 3º da Lei 9469/1997, até o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para a Diretoria Executiva da Empresa, compor acordo ou transação judicial, mediante ato de gestão que exsurge o interesse público, restando a competência privativa do CONSAD até o limite de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), nos termos dos arts. 25, 36, alínea 'm' e 'p' e 35, alínea 'a' e 'j' do Estatuto Social da Empresa, em graduações distintas atribuindo reserva de poderes, nos termos do art. 1º, § 3º da Lei 9469/1997. A proposta está no aguardo de deliberação por parte do Conselho de Administração da Empresa, uma vez que já aprovada pela Diretoria Executiva.

Registre-se ainda que tal proposição restou firmado tendo em vista a mudança do Enunciado 291 do E. TST, em relação a indenização de horas extras em razão de sua supressão ou redução parcial, e o quantitativo expressivo de demandas nesse sentido.

Ante o exposto, a Gerência Jurídica promove ações continuadas de mitigação e redução do passivo trabalhista com posicionamento preventivo, para fins de orientação e padronização de entendimentos para as diversas unidades organizacionais, bem como corretivo, quando da consolidação jurisprudencial de determinada matéria para fins de adequação dos procedimentos internos referentes a política de recursos humanos, seja, quando do cumprimento de sentença, seja quando de posicionamento de recomendação de deferimento de direito trabalhista de forma administrativa prévia, para deliberação da Direção Executiva da Empresa.